

LAURÊNCIO JOÃO KÖRBES

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NOS
PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Relações Internacionais pela UNB.

Universidade de Brasília - UNB

Orientador: Prof. Carlos Eduardo Vidigal

Brasília, 2011

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar as origens dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, analisar os resultados alcançados pelos países da América do Sul e compreender a importância e os limites da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), nos esforços para o alcance das Metas do Milênio. Para atingir os objetivos, o trabalho considera a base estatística dos dados disponibilizados pelas Nações Unidas, sobre as contribuições recebidas pelos países da América do Sul, no período de 1990 a 2010, em relação aos avanços alcançados por estes países, nos indicadores ODM. A monografia deseja comprovar a hipótese de que os recursos da AOD são essenciais para acelerar o alcance dos ODM de caráter emergencial, nos países muito pobres, e que eles se tornam cada vez menos relevantes, na medida em que os países alcançam níveis básicos de desenvolvimento, com relação ao capital humano, infra-estrutura básica.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the origins of the Millennium Development Goals, review the results achieved by countries in South America and understand the importance and limits of Official Development Assistance (ODA) in efforts to achieve the Goals Millennium. To reach the goals, the paper considers the statistical basis of the data published by the United Nations, on contributions received by the countries of South America, from 1990 to 2010 in relation to the advances achieved by these countries on MDG indicators. The paper wants to prove the hypothesis that ODA resources are essential to accelerate the achievement of the MDGs of an emergency nature, in very poor countries, and they become increasingly less relevant, to the extent that countries achieve basic levels of development in human capital and basic infrastructure.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 6

1 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO..... 7

1.1 Origens dos Objetivos do Milênio 7

1.2 As Conferências Sociais da década de 1990 9

1.3 A Declaração do Milênio e o Sistema ODM 14

2 RESULTADOS ALCANÇADOS NO PERÍODO DE 1990 A 2010 20

2.1 Os resultados dos ODM na América do Sul 22

2.1.1 Argentina 23

2.1.2 Bolívia e Paraguai 25

2.1.3 Brasil 27

2.1.4 Chile e Uruguai 29

2.1.5 Equador e Peru 30

2.1.6 Colômbia e Venezuela 32

3 UMA PARCERIA GLOBAL PARA OS OBJETIVOS DO MILÊNIO..... 34

3.1 A cooperação internacional na Declaração do Milênio 35

3.2 Consenso de Monterrey 36

3.3 Consenso Europeu 38

3.4 A cooperação internacional nos países da América do Sul 39

4 A IMPORTÂNCIA E OS LIMITES DA AJUDA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	50
4.1 A ajuda oficial para o desenvolvimento e os ODM.....	50
4.2 Controvérsias na AOD	52
4.3 AOD – Essenciais ou supérfluas para o alcance das Metas do Milênio nos países da América do Sul?	53
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	62
APÊNDICE	66

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar as origens dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, analisar os resultados alcançados pelos países da América do Sul e compreender a importância e os limites da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), nos esforços para o alcance das Metas do Milênio.

O desenvolvimento do trabalho será feito por meio de quatro objetivos específicos: a) a exposição das conferências internacionais de caráter social, promovidas pelas Nações Unidas, na década de 1990, como fontes próximas das origens dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o conhecimento do Sistema ODM; b) a apresentação dos resultados alcançados pelos dez países da região, no período de 1990 a 2010, com base nos indicadores dos ODM e dados fornecidos pelos organismos das Nações Unidas, especialmente a CEPAL e o Banco Mundial; c) o conhecimento das diversas fases do comprometimento dos países ricos com as Nações Unidas, para a ajuda aos países em desenvolvimento, e a presença da cooperação internacional nos países da América do Sul d) a investigação sobre a importância e os limites da ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD), no cumprimento das Metas do Milênio.

A problemática deste trabalho gira em torno da questão: por que os indicadores dos Objetivos do Milênio reagiram de forma positiva e marcante no conjunto dos países da América do Sul, entre 1990 e 2010, se as ajudas oficiais para o desenvolvimento diminuíram no mesmo período?

A constatação de resultados inversos ao movimento das ajudas oficiais para o desenvolvimento provoca um debate e gera posições acaloradas no ambiente internacional. O presente trabalho busca dar uma breve contribuição para o entendimento do fenômeno, por meio da avaliação do comportamento dos indicadores do ODM em relação ao volume das ajudas para o desenvolvimento, direcionado aos países da América do Sul.

O intuito do estudo não é defender a redução das ajudas para o desenvolvimento, mas compreender os limites do modelo atual, como a melhor forma para a aplicação dos recursos das doações.

CAPÍTULO I

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

1.1 – Origens dos Objetivos do Milênio

As origens dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são encontradas na própria história das Nações Unidas (ONU) que, em diversas oportunidades, estabeleceram objetivos globais e específicos para os países membros, obtendo sucesso em determinadas propostas, mas também resultados insuficientes em outras tantas iniciativas.

Um dos primeiros grandes êxitos da ONU foi alcançado na questão da descolonização, tema central das Nações Unidas nos anos de 1950 e 1960, que estimulou uma extraordinária onda de libertação e de criação de Estados soberanos na segunda metade do século XX.

Em apenas 20 anos seria dobrado o número de países: enquanto em 1950 unidades soberanas eram apenas 60 (sessenta), em 1970 o número de países já havia aumentado para 127 (cento e vinte e sete), e 40 (quarenta) anos depois já se contam 210 países no mundo. (BANCO MUNDIAL)

O crescimento econômico, a aceleração de objetivos relacionados com o emprego, a industrialização e a ajuda internacional, foram os temas centrais das Nações Unidas, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesse período, diversas conferências internacionais estabeleceram objetivos para promover a melhoria da saúde dos povos, a educação básica, a alfabetização de adultos e os direitos humanos.

Dentre os sucessos alcançados citam-se a erradicação da varíola, a vacinação das crianças, a redução da mortalidade infantil e a eliminação da poliomielite, atingida em 110 países. (NAÇÕES UNIDAS, RDH, 2003:31).

Chamam também atenção os fracassos contabilizados. Foi assim com os objetivos estabelecidos na Declaração de Alma Ata, de 1977, onde os países se

comprometeram com os cuidados da saúde para todas as pessoas até ao final do século XX e, ao contrário do esperado, milhões de pessoas pobres continuavam morrendo de doenças endêmicas e da falta de cuidados básicos de saúde.

O mesmo aconteceu com o objetivo de erradicar a malária que, apesar de ter alcançado êxitos na Ásia e na América Latina, passou ao largo da África, por considerar intratável a doença naquele continente.

O mundo também havia se comprometido com a educação universal primária das crianças e em reduzir para a metade o analfabetismo de adultos, cujos objetivos deveriam ser alcançados até o final do século XX. O resultado foi de pequena expressão e muito aquém dos propósitos estabelecidos.

Quando a comunidade internacional tinha superado os riscos da Guerra Fria, do confronto entre as ideologias do comunismo e do capitalismo, e estava às portas do novo milênio, o cenário mostrou-se particularmente propício à mobilização global, em busca de soluções que pudessem atender às exigências da nova agenda de interesse da humanidade e das relações internacionais.

A ONU tomou a frente e organizou sete conferências internacionais, que abrangeram os mais importantes temas da nova agenda. Temas globais de caráter social e ambiental, que poderiam ser abordados pelas nações, não apenas sob a ótica dos interesses e do poder, mas também pelo consenso racional e da cooperação.

Este conjunto de conferências teve relevância fundamental na preparação da comunidade das nações, para o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que aconteceria no ano 2000

As seguintes conferências foram especialmente importantes: Cúpula Mundial sobre a Criança (Nova York - 1990); Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro – 1992); Conferência sobre Direitos Humanos (Viena – 1993); Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (Cairo – 1994); Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Copenhague – 1995); IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim – 1995); Conferência sobre os Assentamentos Humanos: Habitat II (Istambul – 1996). (ALVES, 2001:47-326)

Ao longo dos sete primeiros anos da década de 1990, as conferências sociais geraram uma grande mobilização da comunidade internacional e produziram o conteúdo e o impulso necessários para que, no ano 2000, um universo de 191 países se comprometesse com um novo programa para a humanidade: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

1.2 – As Conferências Sociais da década de 1990

A primeira conferência da série (Nova York – 1990) foi dedicada à infância e lembraria ao mundo que, apesar de todos os progressos científicos e tecnológicos da civilização, havia muitos problemas das novas gerações a resolver.

Dentre os resultados da cúpula da criança estão os compromissos dos 157 países participantes em reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos, em 30% (trinta), até o ano 2000; a educação de todas as crianças até o final do século XX; a proteção das crianças contra a exploração, violência e trabalho infantil; a diminuição do número de crianças subnutridas e a garantia do acesso à água potável. (ALVES, 2001:53-54)

Em Nova York foi também aprovada a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), que assumiu prioridade sobre as legislações nacionais de diversos países. No caso do Brasil, a convenção e as demais recomendações da cúpula tiveram papel relevante na definição dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1991. O plano de ação dessa conferência deu origem ao 4º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a comunidade internacional realizaria a segunda conferência da série, esta sobre meio ambiente e desenvolvimento, e que também se tornaria conhecida como Rio-92 e ECO-92. A cúpula tomou características sociais pelo envolvimento dos movimentos da sociedade civil, cujas posições discordavam de várias tendências do movimento ambientalista, de posições ecocêntricas, mas os movimentos sociais insistiam no antropocentrismo, em cujo

conceito os seres humanos estão no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável:

[...] em função da natureza predominantemente econômica e técnica de seu tema, [...] a Rio-92 talvez não viesse a enquadrar-se adequadamente no conjunto das conferências sociais da década de 1990, se não tivesse contado com impulso decisivo da sociedade civil, inclusive de movimento sociais com amplo escopo e ONGs voltadas para os direitos humanos de grupos e categorias específicas de indivíduos. A idéia de que um meio ambiente sadio constitui um dos direitos fundamentais de “terceira geração” vinha sendo reiteradamente repetida, havia anos, em meios jurídicos, acadêmicos e pela maioria das ONGs atuantes em esferas variadas. (ALVES, 2001:65-66)

A Rio-92 daria continuidade aos esforços anteriores da ONU, sobre a preservação do meio ambiente, iniciados ainda na década de 1960, e cuja primeira expressão internacional aconteceu com a realização da cúpula mundial de Estocolmo, em 1972, numa época dominada por preocupações estratégicas de segurança, em que governos autoritários predominavam em todos os continentes.

O conceito do desenvolvimento sustentável, que seria consagrado na ECO 92, já integrava os documentos preparativos, englobando os sistemas produtivos, os padrões de consumo, a pobreza, o crescimento econômico, a população e a sustentabilidade da vida no planeta.

Em meados de 1980, a ONU havia encomendado ao PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) a formulação de estratégias que fossem além do ano 2000. Dessa demanda originou-se o famoso Relatório *Brundtland*, que discorria sobre a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável, ou seja, um desenvolvimento que procurasse satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades. (ALVES, 2001:63).

Dentre os documentos mais importantes resultantes da Conferência do Rio, estão a Agenda 21 e a Carta da Terra. Esta, uma espécie de código de ética planetário, semelhante à Declaração Universal dos Direitos Humanos, voltada à sustentabilidade, à paz e à justiça socioeconômica.

A Agenda 21 chama atenção para a importância da cooperação na preservação da natureza e estabelece as formas como cada país pode se comprometer e agir, por meio dos governos, empresas e organizações da sociedade civil para

preservar o meio ambiente, sendo as ações pensadas globalmente, mas adaptadas às necessidades nacionais e locais.

A Agenda 21 estabeleceu um programa de ação, para médio e longo prazos, e assim, praticamente, definiu o modelo para as demais conferências sociais que haveriam de se seguir:

Para se ter uma rápida noção da interligação dos assuntos tratados na Rio-92 com as demais conferências, basta atentar para os seguintes títulos de capítulos da Agenda 21: “Combate à Pobreza” (seção I, capítulo 3) – um dos três objetivos principais da Cúpula de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social; “Dinâmica Demográfica e Sustentabilidade” (seção I, capítulo 5 – matéria essencial da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento; “Promoção de uma Modalidade Viável para os Assentamentos Humanos” (seção I, capítulo 7) – tema da Conferência de Istambul “Habitat – II”; “Medidas Mundiais em favor da Mulher para o Alcance de um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo” (seção III, capítulo 24 – espécie de prelúdio para dois dos três focos da Conferência de Beijing sobre a Mulher: igualdade, desenvolvimento e paz. (ALVES, 2001:71-72)

A Conferência Rio-92 criou as bases para a elaboração do 7º Objetivo do Milênio e contribuiu na formatação do Sistema dos ODM, insistindo na necessidade de indicadores de acompanhamento:

Os métodos de avaliação da interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são imperfeitos ou se aplicam deficientemente. É preciso elaborar indicadores do desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e o desenvolvimento. (Agenda 21, 1992: Cap. 40).

A conferência seguinte, realizada em Viena, tratou dos direitos humanos. A primeira cúpula sobre esta matéria tinha se realizado no Irã, em 1968, no auge da Guerra Fria, e naquele cenário político, apesar da participação de 84 países, que buscavam aperfeiçoar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o conflito provocava distorções nas abordagens relativas ao tema.

Enquanto a Conferência de Teerã teve como preocupação principal a normatização dos Direitos Humanos, a de Viena buscou a criação de instrumentos, que pudessem promover os direitos humanos.

Dentre os resultados de Viena destacam-se os avanços conceituais obtidos em cinco áreas de impacto global: a) a universalidade dos direitos humanos; b) a legitimidade do sistema internacional de proteção aos direitos humanos; c) o direito

ao desenvolvimento; d) o direito à autodeterminação; e) e o estabelecimento da inter-relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos. (ALVES, 2001:107)

No Cairo, em 1994, foi realizada a quarta cúpula mundial que prepararia o mundo para o lançamento dos Objetivos do Milênio, e seu tema foi a população e desenvolvimento. Anteriormente, em Roma (1954), Belgrado (1965), Bucarest (1974) e no México (1984), outras conferências da ONU já havia tratado sobre esta questão.

Coube à Conferência do Cairo trazer novas abordagens, que até então não se viabilizavam em função de diversos fatores decorrentes das rivalidades ideológicas entre comunismo e capitalismo, próprios da Guerra Fria.

Dentre eles, destacaram-se a relação entre população, meio ambiente, crescimento econômico sustentado e desenvolvimento, a capacitação e o fortalecimento (*empowerment*) da mulher, o envelhecimento da população, a urbanização e migrações internas e as migrações internacionais, a saúde reprodutiva e o planejamento familiar e as parcerias entre governos e organizações não governamentais – ONGs. (ALVES, 2001:169)

Como as anteriores, a Conferência do Cairo também tinha por objetivo a mobilização mundial para reduzir as taxas de crescimento populacional e estabilizá-las em níveis compatíveis com os recursos do planeta. No entanto, influenciada fortemente pelos resultados de Viena, seu programa de ação caracterizou-se por uma ampla declaração de direitos, reafirmando o direito ao desenvolvimento, como uma prerrogativa inalienável:

[...] a diferença fundamental da conferência do Cairo com relação às anteriores se encontra no enfoque adotado. Enquanto as conferências de Bucarest e do México encaravam a população pela ótica dos interesses estratégicos e geopolíticos dos Estados, supervalorizando sua capacidade de controle e atribuindo aos governos o poder de decidir se a população de um país deveria aumentar ou diminuir conforme suas conveniências, a abordagem do Cairo se baseia, acima de tudo, nos direitos humanos. (ALVES, 2001:168).

A Cúpula Mundial de Copenhague [1995] foi a primeira a abordar o tema do desenvolvimento social, caracterizando-se pela tentativa de superar o estado de descaso da comunidade internacional em relação à problemática do

desenvolvimento. Essa conferência ressaltou o desenvolvimento, não como um fim em si, mas como um meio para o aperfeiçoamento da vida humana.

Seu amplo programa de ação iria influenciar fortemente a Declaração do Milênio, com as resoluções relativas aos compromissos de criar um desenvolvimento econômico e social que promovesse a erradicação da pobreza no mundo, a capacitação das mulheres e dos homens para uma vida sustentável e a formação de sociedades estáveis com base nos direitos humanos

A conferência social sobre a mulher, realizada em Pequim [1995], foi a 4ª cúpula mundial sobre esta questão e tornou-se conhecida como Conferência de Beijing. Reuniu 180 delegações governamentais e mais de 2.500 organizações não-governamentais, que discutiram as mais amplas questões relacionadas à mulher.

Os artigos do plano de ação destacaram o estabelecimento de sistemas de análise da situação das mulheres, a implantação de programas e de políticas públicas de promoção da equidade de gênero, e ações afirmativas para o acesso a cargos públicos e de decisão, e a mandatos efetivos nos parlamentos. A conferência teve um significado especial para a Declaração do Milênio, reafirmando o papel central da equidade de gênero nos esforços para o alcance dos ODM. (ALVES, 2001:232-236)

A sétima e última grande reunião da agenda social das Nações Unidas aconteceu em Istambul [1996], e tratou dos Assentamentos Humanos: Habitat II. A Habitat I fora realizada em Vancouver, 1976.

Organizada em função da explosão demográfica mundial da segunda metade do século XX, e a conseqüente concentração de bilhões de pessoas nas regiões urbanas, essa conferência tornou-se um referencial. A partir de então, os assentamentos humanos passaram a ser considerados entre os temas prioritários, notadamente, em função da degradação generalizada dos ambientes urbanos.

O plano de ação de Istambul orientou a mobilização para a melhoria das condições de vida nas periferias urbanas existentes e as futuras, sobretudo, relativas às necessidades e contribuições das mulheres e grupos sociais vulneráveis, mas encontrou grandes dificuldades nas negociações oficiais, como relata diplomata Lindgren Alves:

[...] os países desenvolvidos opunham-se a qualquer menção a “recursos novos” nas partes da Agenda Habitat, relativas ao financiamento de projetos e à cooperação internacional, em matéria de assentamentos humanos, em oposição ao que desejavam os países em desenvolvimento. Sublinhavam, em lugar da cooperação internacional, a responsabilidade primordial dos governos nacionais, o conceito de enablement e a idéia da parceria como equação suficiente para se proporcionar às comunidades diretamente interessadas os meios para lidar com as respectivas dificuldades. (ALVES, 2001:259).

As resoluções da Habitat II foram importantes para a elaboração dos dois últimos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que tratam da preservação do meio ambiente e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Lindgren (2001) considera que as conferências sociais tiveram um papel relevante na construção da paz mundial ao final da Guerra Fria, realizando o trabalho diplomático que, historicamente, segue às guerras. Afirma que ao final da I Guerra Mundial este papel coube à Conferência de Versalhes, criando a Liga das Nações, e no final da II Guerra Mundial, à Conferência de São Francisco, que estabeleceu a Organização das Nações Unidas. “Se algo minimamente aproximado ocorreu [ao final da Guerra Fria], esse algo foi o conjunto de conferências sobre temas globais da década de 1990”, afirma. (ALVES, 2001:296)

1.3 – A Declaração do Milênio e o Sistema ODM

Quando chegou o século XXI, a comunidade internacional retomou a agenda do desenvolvimento, a partir dos acordos firmados nas conferências sociais, e elaborou a Declaração do Milênio, comprometendo 191 Estados membros das Nações Unidas, na Cúpula do Milênio, a desenvolver uma parceria global para reduzir a pobreza, melhorar a educação, a equidade de gênero, a saúde das pessoas e a sustentabilidade ambiental, com o propósito de alcançar o bem estar de todos e a paz mundial.

A partir da Declaração do Milênio [2000] foi elaborado o Sistema ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou os "Oito Jeitos de Mudar o Mundo", como se tornaria também conhecido no Brasil.

Foram estabelecidos como objetivos: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a equidade de gênero e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade na infância; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; e Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O Sistema ODM, divulgado no ano seguinte, forma um conjunto de propósitos globais, com metas e indicadores, assumidos com o compromisso de promover uma postura internacional, para melhorar as condições de vida da humanidade, e com o intento de alcançá-los até o ano de 2015:

A lista completa dos Objetivos, Metas e Indicadores de Desenvolvimento do Milênio surgiu pela primeira vez em setembro de 2001, no documento da ONU “Roteiro de Metas para a Implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas”. A declaração foi aprovada em setembro de 2001 e os objetivos foram seguidos pelas idéias dispostas na seção “Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza”. (PNUD. Introdução aos ODM: 08)

O primeiro conjunto oficial do Sistema ODM vigorou no período de 2002 a 2007 e compunha-se de 8 (oito) Objetivos, de 18 (dezoito) Metas e de 48 (quarenta e oito) Indicadores. A prática mostrou que seriam necessários aperfeiçoamentos e as primeiras propostas, neste sentido, foram apresentadas na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2005.

Um novo conjunto de metas e de indicadores ODM foi aprovado em 2007 [atualmente vigente], e compõe-se de 8 (oito) Objetivos, 21 (vinte e uma) Metas e de 60 (sessenta) Indicadores. (NAÇÕES UNIDAS)

Na ordem de prioridades, o primeiro Objetivo, que propõe a erradicação da pobreza extrema e da fome, é considerado o mais importante de todos. Sua origem mais elaborada localiza-se na Conferência de Copenhague, que tratou do desenvolvimento social.

Considera-se que a falta de acesso a alimentos é uma das manifestações mais graves e urgentes da pobreza extrema, mas não a única. É preciso avaliar também a qualidade da alimentação que, quando é inadequada, afeta não somente aos que vivem em condições de extrema pobreza, mas também aos que integram os grupos humanos que residem em regiões de insegurança alimentar.

As metas estabelecidas, para o alcance do objetivo número um, tratam de ambos os problemas e propõem reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, o percentual de pessoas, cuja renda seja inferior a 1 (um) dólar PPC¹ por dia e alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens e ainda, reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome.

Com a primeira meta pretende-se superar as privações extremas que afetam a capacidade básica das pessoas para se desenvolverem adequadamente na sociedade. Esta ocupa um lugar central no conjunto dos objetivos, considerando que a luta contra a pobreza extrema tem uma relação importante com as possibilidades de alcance de, praticamente, todas as demais metas.

Cada meta tem seus indicadores econômicos ou sociais, que permitem a mensuração dos resultados alcançados. Assim, por exemplo, a meta número um, tem três indicadores para avaliar os avanços em relação aos ODM, ou seja, a proporção da população que ganha menos de 1(um) dólar por dia², na paridade do poder de compra (PPC), o índice do hiato de pobreza³ e a participação dos 20% (vinte por cento) mais pobres da população, no consumo nacional.

Para a mensuração dos avanços e resultados dos países em relação à segunda meta, de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome, estabeleceu-se como indicadores, o percentual de crianças com menos de 5 (cinco) anos, com peso abaixo do normal e a proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo de calorias.

1 Com a finalidade de equalizar o poder de compra das rendas, a moeda local é expressa em termos de sua equivalência em poder aquisitivo, ou seja, a “paridade do poder de compra” (PPC). Em 1991 o Banco Mundial estimou uma linha internacional de pobreza equivalente a 1 dólar PPC por dia, a preços de 1985, cujo parâmetro passou a ser conhecido mundialmente para a determinação da linha de pobreza, inclusive dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No ano 2000 em novo cálculo, com base nos preços de 1993, a linha da pobreza seria fixada em 1,08 dólares PPC e posteriormente, em com base nos preços de 2005, o Banco Mundial fixaria a linha da pobreza em 1,25 dólares PPC diários. (NAÇÕES UNIDAS, *Objetivos de Desarrollo Del Milenio*, Chile, 2010:25).

2 Neste trabalho será utilizado o parâmetro equivalente a 1 dólar PPC por dia para a definição da linha de pobreza, por facilitar a interpretação dos dados. Esta prática é adotada pelas Nações Unidas em diversos documentos oficiais.

3 Hiato de pobreza é a distância entre a renda per capita e o custo da cesta básica para a satisfação das necessidades essenciais; (CEPAL, *Panorama Social da América Latina*, 2009:30)

O segundo ODM origina-se da Cúpula Mundial sobre a Criança [1990] e propõe o alcance do ensino básico universal, como garantia para que todas as crianças possam concluir um ciclo completo de educação primária. De acordo com a UNESCO, a educação básica supõe a garantia de um aprendizado vinculado à formação da identidade das pessoas, com uma sólida educação básica em leitura, escrita e aritmética, junto com conhecimentos gerais, ciências naturais, arte e música.

A taxa líquida de matrícula no ensino primário, a proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano escolar e a taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos, são os indicadores estabelecidos para acompanhar e retratar os avanços dos países, e assegurar que meninos e meninas de todo o mundo possam alcançar uma educação de nível básico.

Promover a equidade de gênero e a autonomia das mulheres é o terceiro ODM. Considerado um objetivo central, está presente nos planos de ação de diversas conferências sociais, de maneira especial, nas Cúpula do Cairo e de Pequim.

O Ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, em suas mensagens, afirmava:

[...] não há estratégia de desenvolvimento eficaz em que a mulher não desempenhe um papel central. Quando a mulher participa plenamente dos benefícios, percebe-se que as famílias estão alimentadas melhor e se encontram mais saudáveis. Não existe uma política de promoção do desenvolvimento, da saúde e da educação mais eficaz do que o aumento no poder das mulheres e das moças. (NAÇÕES UNIDAS)

A percepção é registrada também no relatório de 2005, sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, publicado pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina:

Segundo os dados disponíveis, as mulheres estão representadas sobremaneira entre os pobres e a pobreza tem efeitos diferenciados sobre homens e mulheres e as mulheres contribuem para a diminuição da pobreza, tanto quando obtém renda financeira, como quando assumem a responsabilidade do cuidado das crianças, dos doentes e dos adultos maiores e, em geral, de todas as atividades vinculadas com a reprodução social. (CEPAL, 2005:113)

Eliminar as desigualdades em todos os níveis de ensino, até 2015, é uma das metas estabelecidas para o terceiro objetivo, que identifica na desigualdade de gênero, fator determinante para as situações de pobreza e de fome. Por essa razão, indicadores priorizam as taxas de alfabetização entre mulheres e homens e os

resultados na educação primária, secundária e superior, assim como a presença de mulheres nos parlamentos dos países.

O propósito do quarto Objetivo do Milênio é a redução da mortalidade infantil. Tem relação estreita com os direitos à saúde e aos seus aspectos éticos, sociais. A boa saúde é um fator decisivo para o bem estar das pessoas, das famílias e das comunidades, um fator preponderante para a erradicação da pobreza e da fome.

Por essa razão são vários os objetivos, metas e indicadores do ODM, que se relacionam com a saúde e direcionam esforços especiais para a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna e o controle de enfermidades, como o HIV/Aids, a malária e a tuberculose.

Com relação à saúde materna, a OMS - Organização Mundial de Saúde destaca o alto índice de mortalidade ou graves seqüelas que são resultantes do inadequado controle relacionado à gravidez, da realização insegura de abortos e dos partos não assistidos, bem como a elevada infertilidade e a alta incidência de enfermidades sexualmente transmissíveis.

Para concentrar os esforços na melhoria da saúde materna, a ONU estabeleceu no quinto objetivo, a meta de reduzir a mortalidade de mães, em três quartos, por uma questão de direito à saúde, mas também por se tratar de fator que tem enorme impacto no bem estar das famílias e na redução da pobreza e da fome no mundo.

Dentre as metas e indicadores definidos no sexto objetivo, incluem-se políticas que asseguram níveis mínimos de acesso aos serviços básicos de saúde, que incentivam o uso generalizado de preservativos para conter a disseminação das doenças sexualmente transmissíveis e medidas de prevenção e de vigilância direta, no tratamento do HIV/Aids, da malária e da tuberculose.

O sétimo objetivo do milênio, com origem na Conferência do Rio de Janeiro, tem em vista a mobilização dos países para garantir a sustentabilidade ambiental, com base nos acordos e no plano de ação da conferência global sobre o clima, realizada em 1992. Busca soluções para as crescentes mudanças climáticas, a degradação dos ecossistemas, a preservação da camada de ozônio e da biodiversidade.

As metas do sétimo objetivo direcionam a atenção para a necessidade de mudanças nos padrões de produção e de consumo e a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, para reverter perdas de recursos ambientais, para a melhoria do acesso à água potável, ao saneamento básico e promover a melhoria da qualidade habitacional.

Estes são os Objetivos do Milênio que têm como foco a mobilização das forças internas de cada país. Com base nos sete primeiros objetivos, a ONU convida os governos a implantarem políticas públicas que contribuam para a superação dos problemas sociais e ambientais existentes em seus países.

O último ODM estabelece as metas para uma cooperação internacional, que prevê o apoio dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. A ONU convoca os países ricos a contribuírem para a superação dos estágios de pobreza, por meio do alívio das dívidas externas, da assistência técnica, do acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação e da implantação de um sistema comercial aberto e justo, com regras claras e previsíveis para todos.

CAPÍTULO II

RESULTADOS ALCANÇADOS NO PERÍODO DE 1990 A 2010

Quando chegou a última década do século XX um clima de euforia tomou conta dos países desenvolvidos: após longo período de Guerra Fria, o mundo estava livre dos riscos do enfrentamento entre capitalismo e comunismo e vivia a era da globalização, unificado pela tecnologia. A realidade mostrava-se favorável, para que as barreiras remanescentes fossem vencidas, e parecia viável a busca de soluções conjuntas para os problemas da humanidade.

Esse panorama extremamente otimista ganhava, no entanto, colorações muito distintas quando o olhar se direcionava para determinadas regiões, como a América Latina, cujos países chegaram aos anos 1990, oprimidos por enormes dívidas internacionais e elevadíssimas taxas de inflação [Tabela 41]. Um forte processo de concentração de renda, que lançava milhões de pessoas desprotegidas em situações de pobreza e de miséria.

O mesmo cenário caracterizaria os países da América do Sul. Com um passado de períodos de ditadura, os países dessa região haviam deixado a década de 1980 como jovens democracias, tendo enfrentado experiências de instabilidade política, enormes endividamentos externos e desastrosos experimentos econômicos realizados pelos governos locais, que buscavam sem sucesso, a estabilidade de suas moedas. Uma “década perdida”, como seria denominada por muitos estudiosos.

Para as camadas sociais menos favorecidas, a década de 1980 não tinha características apenas de década perdida. Ao contrário, as precárias condições de progresso tinham acentuado fortemente os níveis de pobreza e de miséria, já existentes anteriormente, e a situação havia se deteriorado, sobretudo, em função dos longos períodos de elevadíssimos índices de inflação e das altas taxas de juros praticados pelos mercados, que a uns negava o crédito e de outros tirava o sustento da mesa.

O resultado foi uma maciça exclusão social das camadas mais pobres da população e o distanciamento das oportunidades de educação e de geração de renda, opções que poderiam reverter o quadro.

Foi nesse contexto que as Nações Unidas realizaram as conferências sociais, com o objetivo de discutir amplamente as novas questões da agenda internacional, na busca de caminhos para o desenvolvimento e a projeção de um mundo melhor para todos, em ambiente de paz e de prosperidade no século XXI, que se aproximava.

Na América do Sul, os primeiros alívios viriam em meados da década de 1990, quando a maioria dos governos locais, beneficiados pela estabilidade do ambiente internacional, tinha renegociado as dívidas externas e levado a cabo as reformas que priorizaram a luta contra a inflação, abrindo um horizonte de estabilidade que uma geração inteira não havia conhecido.

Quando, no ano 2000, a comunidade internacional viria a se comprometer com os propósitos da Declaração do Milênio, a pobreza e a proporção de pessoas subnutridas já estava caindo lentamente na América do Sul. Na educação primária verificavam-se progressos e as taxas de mortalidade infantil e materna diminuía fortemente em todos os países. A equidade de gênero e diversos indicadores de saúde continuava sendo um objetivo distante, como demonstram os dados das Nações Unidas. (APÊNDICE, Tabelas: 01, 08, 10, 14, 24).

As taxas da mortalidade infantil e materna, apesar de melhores, permaneciam inaceitavelmente altas na maioria dos países, refletindo a falta de atenção pública às necessidades das mulheres e ao acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva. Milhares de pessoas eram portadoras do HIV/AIDS, registrando constantes aumentos dos índices de infectados. Por outro lado, a parcela da população com acesso à água potável segura e ao saneamento havia melhorado substancialmente em todos os países, exceto na Venezuela. (APÊNDICE, tabelas: 14, 18, 24, 30 e 31).

Para a análise mais detalhada dos avanços sociais e ambientais realizados pelos dez países da região, no período de 1990 a 2010, em relação aos Objetivos do Milênio, foi elaborado um apêndice para este trabalho, cuja formatação contou com os dados disponibilizados pelos diversos organismos das Nações Unidas.

Antes de iniciar a leitura das tabelas do apêndice, que trazem os avanços referentes a 35 indicadores ODM, relativas aos resultados dos países da América do Sul, cabe esclarecer que os indicadores relativos às Metas 6B e 6C do sexto ODM, referentes ao tratamento do HIV/Aids e à redução da incidência da malária e de outras doenças graves, não fazem parte da apresentação, por falta de informações suficientes nas fontes das Nações Unidas.

Da mesma forma, não há disponibilidade regular de dados para os indicadores do sétimo Objetivo, relativos à proporção da população de peixes que vivem em limites biológicos seguros, à proporção do total de recursos hídricos utilizados e à proporção das áreas terrestres e marinhas protegidas.

2.1 – Os resultados dos ODM na América do Sul

Transcorridos dez anos desde a realização da Cúpula do Milênio, a América do Sul contabiliza progressos em todos os países da região, avançando nas metas estabelecidas pela ONU, em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os avanços mais significativos, neste sentido, foram alcançados na década de 2000, principalmente, no período de 2003 a 2008, quando o contexto internacional de dinamismo econômico contribuiu para que os países registrassem, em média, elevados índices de melhoria das condições de vida, favoráveis ao alcance dos ODM.

Os países impulsionaram a economia da região, gerando em conjunto, um elevado PIB [Produto Interno Bruto], que alcançou um crescimento médio anual de 5,95%. Reduziram a taxa de concentração de renda [Coeficiente de GINI] da região em 5,83%, fizeram crescer o PIB *Per Capita* da região em 77,04%, ampliaram o gasto público social por habitante/ano em 5,34%, e reduziram a taxa de desemprego, nos três últimos anos, em 36,20%. (APÊNDICE, tabelas: 36, 37,38, 39, 40).

A CEPAL relata que, se os países da América do Sul tivessem continuado a apresentar um desempenho semelhante ao da década de 1990, apenas o Chile, a Colômbia e o Uruguai atingiriam as metas de redução da pobreza até o ano de 2015. O Brasil continuaria a reduzir a incidência de pobreza extrema, mas a um ritmo

muito lento, enquanto a Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e a Venezuela aumentariam seus níveis de pobreza extrema, em função da ampliação das desigualdades e da diminuição da renda per capita. (CEPAL, 2003:10).

O citado relatório não se refere à Argentina, que havia encerrado a década de 1990 com índices semelhantes aos do Chile e Uruguai, mas que desde 2001 enfrentava a mais importante crise política e econômica da sua história recente e procurava reafirmar seus compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como ilustra o título do informe *Los ODM en Argentina: La oportunidad para su reencuentro*, publicado em 2003. (ARGENTINA, 2010:10).

2.1.1 – Argentina

Quando em 2009 o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, dirigia-se ao mundo, com a afirmação de que [...] “não podemos permitir que um ambiente econômico desfavorável nos obrigue a anular os compromissos assumidos em 2000”, referindo-se à crise financeira mundial de 2008, e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, esta frase certamente teve repercussão na Argentina, não por ter sido afetada menos que outros países pela recente crise financeira⁴, mas pela lembrança do período de 2001 a 2003, quando aquele país enfrentou uma das piores crises econômicas e sociais da sua história e milhares de pessoas passaram a engrossar as fileiras da pobreza e da fome.

A crise de então, impactou fortemente o primeiro indicador dos ODM, que mede o percentual da população que recebe menos de um dólar PPC por dia e afetou de tal forma a população mais pobre do país, que o índice de 8,20%, de 1990, então o segundo melhor da América do Sul, passou para 16,90%, em 2004, duplicando o grau de pobreza extrema e empurrando o país para o quarto lugar no *ranking* da região, depois do Uruguai, Chile e do Brasil. (APÊNDICE, Tabela: 01).

⁴ A crise internacional impactou em cheio os mercados emergentes no ano de 2009. Graças ao alcance de sólidos fundamentos macroeconômicos e a uma agressiva estratégia de política econômica que buscou contrapor-se aos efeitos negativos da crise internacional, a economia argentina pode, pela primeira vez em sua história, minimizar o impacto interno da crise e sair dela fortalecida, com um crescimento que na primeira metade de 2010 alcançou um ritmo semelhante ao de 2003-2008. (ARGENTINA, Relatório ODM 2010:18).

A Argentina reagiria, no entanto, rapidamente nos anos seguintes e, em quatro anos, já havia superado novamente o Brasil, apesar dos avanços vigorosos dos brasileiros, que diminuiram pela metade seu grau de pobreza, no mesmo período.

Com relação ao segundo Objetivo [ensino básico], os índices demonstram que a Argentina ocupa desde 1990 uma posição de destaque entre todos os países da América do Sul e continua avançando em direção à universalidade do ensino básico.

Quando se trata de promover a equidade de gênero, os argentinos colocam-se na vanguarda da América do Sul, não apenas pela boa posição já ocupada em 1990, mas em função dos avanços realizados nas duas décadas, quando as meninas superaram [em 6%] o número de meninos no ensino básico e médio, e a proporção de mulheres assalariadas no setor urbano aumentou em mais de 20%. (APÊNDICE, Tabelas: 12, 13)

Um reflexo desse avanço é o crescimento da participação das mulheres que tomou conta das cadeiras do parlamento nacional: ao passo que em 1990 eram somente 6,3%, em 2009 o número de mulheres na representação nacional alcançava os 42%, o maior índice da América do Sul, até então. (APÊNDICE, Tabela: 14)

Apesar desses avanços, o indicador que registra a taxa da mortalidade materna continua sendo o ponto fraco da Argentina. O país avançou apenas 2,86% em 18 anos, e o número de mães que ainda morrem em decorrência de complicações de parto, permanecia em 2008, praticamente igual ao de 1990. Neste item o país posiciona-se atrás do Brasil, do Chile, do Uruguai e da Venezuela. (APÊNDICE, Tabela: 18).

No que se refere à sustentabilidade ambiental a Argentina piorou o perfil que mede a emissão de dióxido de carbono e a proporção do território coberto por bosques e florestas. No entanto, reduziu o percentual da população que vive em favelas em 18,32%, no período de 15 anos e melhorou no mesmo ritmo também o acesso à água tratada e à infra-estrutura de saneamento. (APÊNDICE, Tabelas: 25, 26, 30, 31 e 32).

Finalmente, com relação à meta que trata do acesso aos benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicação, o país já se posicionava em lugar privilegiado em 1990 e, apesar da revolução tecnológica que ocorreu nesse setor, na

maioria dos países do mundo, a Argentina manteve-se na vanguarda da América do Sul, liderando ao lado do Uruguai, em linhas de telefone fixo e em possibilidades de acesso ao celular. Porém, no número de usuários de internet perdia para o Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Uruguai. (APÊNDICE, Tabelas: 33, 34 e 35).

No relatório de 2010 a Argentina promete reforçar as capacidades públicas para o pleno alcance das Metas do Milênio:

A caminho da meta de 2015, enfrentamos o desafio de sustentar os avanços alcançados e atender as questões pendentes para o cumprimento dos ODM. Alguns desses desafios se relacionam com a erradicação da pobreza extrema e a fome, com a redução da mortalidade materna e a mortalidade infantil em todo o país, em incluir nas políticas públicas os grupos da população até agora postergados, e garantir a sustentabilidade ambiental. (ARGENTINA, 2010: 11)

2.1.2 – Bolívia e Paraguai

O Estado Plurinacional da Bolívia, como se denomina oficialmente o país, é considerado o mais pobre da América do Sul, ao lado do Paraguai. Essa realidade aparece claramente nos índices apurados pelos indicadores ODM do período de 1990 a 2010, apesar dos avanços, que ambos os países fizeram nas duas décadas.

Enquanto na Bolívia o número de pessoas que ganhava menos de um dólar PPC por dia representava quase 40% da população, em 1990, no Paraguai o mesmo índice representava então 35%. Dezoito anos depois, pouco havia melhorado nos dois países: na Bolívia a condição de pobreza ainda era de 32,40%, enquanto no Paraguai o percentual era de 30,80%. Por outro lado, a participação dos 20% mais pobres da população boliviana e paraguaia recuperou-se de tal forma, que em 2008 deixavam para trás o Brasil, o Chile, a Colômbia e o Peru, como pode ser observado nas tabelas 01 e 03 do apêndice.

Um dos grandes destaques da Bolívia nos esforços, em direção ao alcance das Metas do Milênio, encontra-se na melhoria da alimentação das crianças com menos de cinco anos de idade. Neste setor o país liderou os avanços em toda a América do Sul, superando em 89,83% a posição de dezoito anos antes. A melhoria explica em parte os progressos alcançados também na diminuição da mortalidade infantil, mas

mesmo assim, o país continua ocupando a pior posição entre os dez da região. (APÊNDICE, tabelas: 07,16).

Na área da educação, Bolívia e Paraguai lideraram os progressos da América do Sul, na proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano escolar, alcançando patamar, próximos dos demais países, como pode ser visto na tabela 10 do apêndice.

Entretanto, o maior destaque da Bolívia ocorreu na área da saúde, na redução da taxa de mortalidade materna. Apesar de ainda ocupar o pior lugar na América do Sul [2008], com 180 mortes maternas, em cada 100.000 nascidos vivos, o país teve um avanço enorme, em relação a 1990, quando este número era de 510 mães, que não sobreviviam ao parto, resultado da falta dos cuidados pré-natais e da assistência insuficiente de profissionais de saúde. (APÊNDICE, Tabela: 18).

Os destaques da Bolívia continuam, e encontram-se ainda na proporção da população com acesso à infra-estrutura de saneamento, ao acesso a uma fonte de água tratada e na redução da população urbana que vive em favelas. Neste último item, o país avançou ao longo das duas décadas e superou em 38,89% a posição de 1990. (APÊNDICE, Tabela: 32).

A Bolívia acredita que a nova visão de desenvolvimento que vem sendo implantada em seu país nos últimos anos, é um processo que contribuirá para avançar mais em direção às Metas do Milênio:

Creemos que o atual momento de mudanças, tanto de orientação, como de estruturação do Estado, são uma oportunidade imemorable para visibilizar e impulsionar o acesso universal aos serviços sociais de qualidade, bem como para o desenvolvimento de uma agenda de vínculo para a união entre todos os bolivianos. (BOLÍVIA, 2010: 01).

O maior progresso do Paraguai, e de longe o melhor entre os dez países, aconteceu na diminuição da população urbana do país, que vive em favelas. Neste setor o Paraguai registrou no período de 15 anos um avanço de 110,23% sobre a posição de 1990, o que também impactou fortemente na melhoria do acesso à água tratada. (APÊNDICE, Tabelas: 30, 32)

2.1.3 – Brasil

O Brasil, como maior e mais populoso país da América do Sul, mantinha no início da década de 1990 posições inferiores à Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela em diversos indicadores que definem o *ranking* dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Ocupava essa posição no indicador que avalia os ganhos menores de um dólar PPC por dia, na proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo de calorias, na taxa de mortalidade infantil, na taxa de mortalidade materna, na proporção de postos ocupados por mulheres no parlamento nacional, na proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano escolar e também na proporção urbana que vive em favelas, calculada então de 45% da população. (APÊNDICE, tabelas: 01, 08, 10, 16, 18, 30,31 e 32)

Com a Colômbia dividia os lugares mais atrasados na participação dos 20% mais pobres da população no mercado de consumo nacional, na taxa de matrícula do ensino primário e na baixa alfabetização da faixa etária de 15 a 24 anos. Com a Venezuela registrava as taxas mais altas de homens e de mulheres de 15 a 49 anos que viviam com HIV/Aids. Na área da proteção ao meio ambiente, como em 1990, continua sendo o país que mais afeta a camada de ozônio da atmosfera, pelo consumo de substâncias que lhe são prejudiciais. (APÊNDICE, tabelas: 03, 09, 11, 24 e 27)

Os avanços do Brasil em direção ao cumprimento das Metas do Milênio foram muito significativos e constantes ao longo das duas décadas. Em 2004 o Brasil já havia reduzido o percentual da população que ganha menos de um dólar por dia, de 23,40%, em 1990, para 14,20% e nos quatro anos seguintes reduziria este índice novamente pela metade, registrando, com o Chile, os maiores avanços na diminuição de pobreza da América do Sul.

Outro destaque foi registrado na melhoria da proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo de calorias. O Brasil avançou especialmente a partir de 2003, posicionando-se, já em 2006, no mesmo nível da Argentina, do Chile e do Uruguai. (APÊNDICE, tabelas: 01 e 08)

Com as melhoras promovidas na área da educação, o Brasil alcançou, em 18 anos, um perfil semelhante aos países mais avançados da região. Todos os países da América do Sul avançaram na educação, especialmente, aqueles que tinham uma grande defasagem, no início da década de 1990, como era o caso da Bolívia, do Brasil e do Paraguai.

Quanto à promoção da equidade de gênero, o melhor índice do Brasil encontra-se na razão entre meninas e meninos que freqüentam o ensino básico e médio, onde o número de meninas estudando, supera em 5% o número de meninos, segundo os dados de 2007. Na proporção de postos ocupados por mulheres no parlamento nacional registrou também uma melhora significativa, de 69,81% [2009]. (APÊNDICE, Tabelas: 12, 14).

Políticas públicas implantadas na área da saúde também empurraram os índices para cima. Os dados mostram uma melhora constante nas duas décadas, especialmente na taxa de mortalidade infantil, na vacinação contra o sarampo, na taxa de mortalidade materna, na proporção de partos assistidos, na maternidade entre adolescentes e nos cuidados pré-natais. (APÊNDICE, Tabelas: 16, 17, 18, 19, 21 e 22).

No que se refere à sustentabilidade ambiental, segundo os dados de 2005 e 2006, o país havia piorado, em relação à cobertura da superfície terrestre por bosques e florestas, na emissão de dióxido de carbono e melhorado com relação ao consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio. Os dados do mesmo período demonstram ainda uma boa melhoria no que se refere ao acesso à água de boa fonte, ao saneamento e na redução da proporção da população urbana que reside em favelas. (APÊNDICE, tabelas: 25, 26, 27, 30, 31 e 32).

Enormes avanços ocorreram em relação ao acesso aos benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicação. O país foi destaque, com o Peru, na ampliação do acesso a linhas de telefone fixo, e no número de usuários de internet, onde colocou-se na vanguarda da América do Sul, com a Colômbia e o Uruguai. (APÊNDICE, Tabelas: 33, 34 e 35).

As estratégias do Brasil para cumprir os Objetivos do Milênio compreendem um conjunto de políticas públicas estruturadas, e de alcance nacional:

É o caso do conjunto de ações estruturadas para o combate à fome e à pobreza. Somadas a outros fatores, como o crescimento da economia e a geração de empregos, elas já possibilitaram não apenas eliminar pela metade a proporção da população pobre no país [...], como também cumprir a meta mais ousada, assumida voluntariamente em 2005, de reduzir essa proporção para um quarto da população. (BRASIL, 2010: 12)

2.1.4 – Chile e Uruguai

Apesar de se encontrarem em conjunturas bastante distintas no início da década de 1990, os dois países destacam-se dos demais da região, por ocuparem as melhores posições, na maioria absoluta dos índices relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A eles junta-se ainda a Argentina, cujos arranjos foram afetados pela crise de 2001, mas que recuperou rapidamente seu perfil, como visto acima.

Estranhamente, o Uruguai mantém números muito elevados no percentual de crianças com menos de cinco anos que tem peso abaixo do normal. Em situação pior, pelos dados de 2003/2008, estaria apenas a Colômbia, o Equador e o Peru. O Chile, por sua vez, tem sua situação pior na proporção de mulheres entre os assalariados do setor urbano, onde apenas o Equador tem posição inferior.

Nos indicadores que se referem à sustentabilidade ambiental, em função das características da própria natureza, os países do pampa e o Chile têm as menores coberturas florestais da região.

Na área da preservação do meio ambiente, o Chile destaca-se pela elevada emissão de dióxido de carbono que, conforme dados de 2006, teria aumentado em 26,30% no período de 16 anos, e no consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio, bem superior ao Uruguai e diversos outros países da América do Sul. (APÊNDICE, Tabelas: 25, 26 e 27).

Com índices excelentes na maioria dos outros indicadores do ODM, os chilenos acreditam que os bons resultados devem-se às estratégias de desenvolvimento definidas e implantadas no país desde a recuperação da democracia:

Desde 1990, os governos da *Concertación* estabeleceram como seu objetivo central, melhorar a qualidade de vida de toda a população e, em particular,

superar a pobreza, a desigualdade e as diversas formas de discriminação e de exclusão, na perspectiva de construir uma sociedade democrática aberta e igualitária, que permita a plena realização de direitos de todos os cidadãos. (CHILE, 2008: 06)

Na América do Sul, o Uruguai é o país que possui o maior índice de usuários de internet [2008] e que, ao longo dos últimos 20 anos, apresentou a maior estabilidade em manter bons índices relativos às Metas do Milênio.

O país encontra-se em plena sintonia com os ODM e reconhece neles sua agenda de políticas públicas e uma pauta de intercâmbio para o desenvolvimento sustentável:

Sem dúvida, não se deve esquecer que o alcance dos ODM não é somente uma questão de elevação dos indicadores, mas que é resultado de ações concretas, inseridas em projetos, programas e políticas. [...] as políticas públicas consideradas boas práticas para o alcance dos ODM constituem-se como material de intercâmbio de experiências realizadas em distintos países, contribuindo para o cumprimento dos ODM. (URUGUAI, 2010: 105)

2.1.5 – Equador e Peru

Como países vizinhos e integrantes da Comunidade Andina, o Equador e o Peru cumprem um desempenho bastante semelhante em diversos indicadores que avaliam os progressos em relação aos ODM.

Semelhanças encontram-se nos bons resultados dos indicadores que tratam do combate à pobreza, da melhoria da educação e da saúde. Mais próximos ainda, estão os índices da população que ganha menos de um dólar por dia, da proporção de alunos que iniciam o 1º grau e atingem o 5º ano escolar e da taxa de alfabetização da faixa etária de 15 a 24 anos. (APÊNDICE, Tabelas: 01, 10, 11)

Mas, os mais destacados progressos da parceria estão na área da equidade de gênero e na relação dos postos ocupados por mulheres no parlamento, onde ambos aparecem com avanços bem superiores à maioria dos países. Os dois registram ainda os maiores progressos, entre os dez, na diminuição das taxas de mortalidade infantil, na vacinação de crianças e no planejamento familiar. Neste último item foram superados somente pelo Paraguai. (APÊNDICE, Tabelas: 14, 16, 17, 23)

Entretanto, há outros tantos itens dos ODM em que o Equador e o Peru tiveram desempenho diverso, como no índice do hiato de pobreza [incidência em relação ao grau de pobreza], na participação dos 20% mais pobres no consumo nacional e na relação entre emprego e população, no qual o Peru teve a melhor evolução entre os países. (APÊNDICE, Tabelas: 02, 03, 05).

As diferenças aparecem também na redução do percentual de crianças com peso abaixo do normal e na proporção da população ocupada que trabalha por conta, ou em empresa familiar, onde o Peru afirma uma peculiaridade nacional, detendo os melhores índices da América do Sul, desde 1990. (APÊNDICE, Tabelas: 06, 07)

Os dois países compartilham também posições desfavoráveis, e isso acontece na proporção da população que não alcança o nível mínimo de consumo de calorias. O Peru mostra-se atento ao problema: (APÊNDICE, tabela: 08).

Dos nove programas articulados e idealizados para 2009, o primeiro é o Programa Articulado Nutricional. Este programa estratégico busca como resultado reduzir a crônica desnutrição dos menores de cinco anos de idade. Para enfrentar esta situação, o programa se propõe a alcançar a redução do número de crianças que nascem abaixo do peso, melhorar a alimentação e a mortalidade por infecções respiratórias. (PERU, 2008: 34)

Individualmente, o Peru registra grandes avanços na taxa líquida de matrícula do ensino básico, ocupando a dianteira da América do Sul, com o Uruguai, e na área da saúde, onde foi o país que obteve a maior diminuição da taxa de mortalidade materna, em relação a 1990, depois da Bolívia. (APÊNDICE, Tabelas: 09,18)

Quanto aos esforços no campo da sustentabilidade ambiental, os números indicam que o Equador tem a menor taxa de cobertura florestal entre os países da América do Sul, localizados em região tropical, e que regrediu neste aspeto no período de 1990 a 2005. O país deseja posicionar-se melhor, mas verifica a necessidade de financiamento: (APÊNDICE, Tabelas: 25)

Utilizando como referência as prioridades das províncias e as políticas públicas setoriais, desenvolveremos uma proposta de relação e de implantação dos ODM para o ano de 2008. Será necessário revisar os planos operativos anuais dos diferentes setores do Estado e projetar sua intervenção para 2008. É importante registrar que as conexões com o eventual financiamento dos ODM irão aparecer. (EQUADOR, 2007: 243)

2.1.6 – Colômbia e Venezuela

Como países vizinhos, que na década de 2000 viveram uma série de conflitos políticos, por razões ideológicas, a Colômbia e a Venezuela diferem também significativamente nos números indicadores dos ODM, que avaliam a erradicação da extrema pobreza e a fome.

A referência que mede os ganhos financeiros da população mais pobre, aponta para uma disparidade bem grande no grau de pobreza da população dos dois países, ao longo das duas décadas. Enquanto a população colombiana, que ganhava menos de um dólar PPC por dia, havia melhorado 13,97% [de 26,10% em 1990 para 22,90% em 2008], na Venezuela os progressos foram de 45,45% no mesmo período, o que diminuiu a extrema pobreza para 9,90%. (APÊNDICE, Tabela: 01)

Os indicadores dos ODM indicam que na Venezuela havia ocorrido um grande empobrecimento da população na década de 1990, e que melhorias significativas foram alcançadas no período de 2004 a 2008, quando o índice da parte da população que ganha menos de um dólar PPC por dia, foi reduzido de 22,7%, para 9,9%. (APÊNDICE, Tabelas: 01, 02, 03, 06, 07).

Na área da educação a Colômbia foi melhor, e registrou os progressos mais significativos da América do Sul, na taxa líquida de matrícula do ensino primário e na taxa de alfabetização das pessoas com faixa etária entre 15 e 24 anos, deixando para trás a posição de 1990, quando ocupava o pior lugar entre os países da região, ao lado da Bolívia. (APÊNDICE, Tabelas: 09, 11)

Quando se tratou de melhorar a equidade de gênero, ambos os países mostraram bom desempenho nas duas décadas. Apenas a Colômbia teve um retrocesso no número de cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento nacional. (APÊNDICE, tabela: 14).

Na área da saúde verifica-se uma disparidade entre os dois países. A Venezuela tem um patamar de índices melhores nos indicadores relativos à mortalidade infantil e de mortalidade materna. Mas, a Colômbia supera em muito o país vizinho na vacinação contra o sarampo e obteve bons resultados quando a questão foi reduzir as taxas de mortalidade infantil e materna, e também em atender

melhor a população nas necessidades relativas ao planejamento familiar. (APÊNDICE, Tabelas: 16, 17, 18).

Na preservação do meio ambiente a Venezuela se equipara à Colômbia em cobertura vegetal, mas é a maior fonte de emissão de dióxido de carbono de toda a América do Sul, conforme dados de 2006. A Colômbia, por sua vez, continua com grande consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio. Um aspecto negativo aparece para a Venezuela, e é relativo ao acesso a fontes de água tratada e à infraestrutura de saneamento. Os dados das Nações Unidas demonstram que o país regrediu nestes dois indicadores. (APÊNDICE, tabelas: 26, 27, 30, 31).

Colômbia vê na avaliação dos dados relativos ao alcance dos ODM, tanto para o Governo, como para as agências de cooperação que atuam no país, uma oportunidade para fortalecer as políticas públicas e melhorar a vida de milhões de pessoas:

É um chamado para pensar e atuar mais no local com o objetivo de reduzir as enormes diferenças que se observam entre as regiões do país, que impedem que se alcance o desenvolvimento verdadeiramente equitativo. [...] é um convite para trabalhar pelo país e mobilizar todas as forças necessárias para alcançar as metas propostas no tempo que falta até 2015. (COLÔMBIA, 2010: 15)

A Venezuela ressalta os avanços alcançados na luta contra a pobreza, nutrição e mortalidade infantil, com a clara convicção de que o conjunto das estratégias do Governo alcançará as Metas do Milênio, dentro do prazo estabelecido:

Os progressos alcançados na instrumentalização da política social, avaliada constantemente por meio do exercício da realização efetiva, permitem visualizar nossa realidade à luz das Metas do Milênio, adequando sempre os programas e projetos às demandas emergentes no marco das necessidades reais da população. (VENEZUELA, 2010: 10)

CAPÍTULO III

UMA PARCERIA GLOBAL PARA OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

No oitavo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio a ONU faz o chamado para a formação de uma parceria global, com o propósito de promover o desenvolvimento de todos os povos, de maneira conjunta e coordenada, e superar a pobreza no mundo.

Rodrigo de Rato y Figadero, ex-Diretor Geral do FMI, [2004 a 2007], cobrava a responsabilidade dos países desenvolvidos para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não ficassem no projeto. Referindo-se à necessidade de melhorar a qualidade de ajuda aos países pobres, afirmava:

Se vamos realizar os Objetivos do Milênio, a maior carga de responsabilidade inevitavelmente deve recair sobre as economias avançadas, que têm uma tarefa dupla. Primeiramente, devem cumprir com seu compromisso de fornecer níveis mais elevados de ajuda e [...] em segundo lugar, os países desenvolvidos devem melhorar o acesso a seus mercados para exportações dos países em desenvolvimento e retirar subsídios que distorçam o comércio. (NAÇÕES UNIDAS. Projeto do Milênio, 2005:44).

Quando a ONU elaborou o conjunto dos Objetivos do Milênio, formulando o Sistema ODM com objetivos, metas e indicadores, deu grande importância à cooperação internacional e distribuiu as responsabilidades.

Ao passo em que dedicou os sete primeiros objetivos a metas específicas e recomendações e a serem seguidas e perseguidas pelos países em desenvolvimento, no âmbito interno de suas economias, reservou o oitavo objetivo para orientar e incentivar a prática da cooperação internacional, e estabelecer uma parceria mundial, que contribuísse de maneira focada para o progresso dos países menos desenvolvidos e assim, para a sustentabilidade e a erradicação da pobreza, no âmbito global.

Ana Toni (2010) explica, em seu texto sobre a trajetória da cooperação internacional, tratar-se de uma prática de muitos anos e que, no período da Guerra Fria, foi direcionada aos países menos desenvolvidos, especialmente por interesses ideológicos.

No Brasil teria prestado serviços relevantes ao ajudar a manter e fortalecer as organizações democráticas na década de 1970, em resistência ao regime militar e, a partir da década de 1980, a articular o movimento negro, o movimento das mulheres, o MST [Movimento Sem Terra], os povos indígenas, as organizações sindicais, partidos políticos e outros. Em função da nova Constituição e por ter sediado a conferência sobre o clima, o apoio seria ainda maior na década seguinte:

[...] foi nos anos 1990 que o Brasil atingiu o seu auge no mundo restrito da cooperação internacional. Com a Eco 92 e uma Constituição sólida e inovadora, recentemente aprovada, os holofotes da cooperação internacional se voltaram para o Brasil. A cooperação internacional queria aprender com o Brasil e, como consequência, houve grande ampliação das fontes internacionais de apoio e recursos para a sociedade civil brasileira. (TONI, 2010:2)

3.1 – A cooperação internacional na Declaração do Milênio

Na Declaração do Milênio a comunidade internacional reconheceu, como seu principal desafio, a implantação de um sistema em que a globalização viesse a ser uma força positiva para todos os povos do mundo e que seus benefícios, assim como os custos, não fossem distribuídos de forma tão desigual, como vinha ocorrendo.

O princípio adotado na Cúpula do Milênio reitera que [...] “os esforços devem incluir a adoção de políticas e de medidas, em nível mundial, que correspondam às necessidades dos países em desenvolvimento e das economias em transição, e que sejam formuladas e aplicadas com a sua participação efetiva”. (NAÇÕES UNIDAS, Declaração do Milênio, 2000:5)

O Sistema ODM deu objetividade aos propósitos da Declaração do Milênio, estabelecendo também metas para o engajamento mundial: a primeira meta do oitavo objetivo propõe o desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, com base em normas previsíveis e sem discriminação; a segunda determina o atendimento das necessidades dos países menos desenvolvidos, com acesso a tarifas e cotas especiais na área do comércio e uma assistência oficial para promover a redução da pobreza.

A terceira meta busca atender às necessidades especiais dos países em desenvolvimento que não tem acesso ao mar; a quarta, o equacionamento das dívidas dos países para torná-las sustentáveis no longo prazo; a quinta meta deseja a cooperação com as empresas farmacêuticas, para proporcionar acesso aos medicamentos essenciais e, a última, tem como foco a colaboração com o setor privado para promover o acesso aos benefícios das tecnologias da informação e da comunicação.

3.2 – Consenso de Monterrey

Dois anos após à Declaração do Milênio, os líderes mundiais encontraram-se novamente e desta vez, na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em 2002, em Monterrey, México.

Nessa cúpula, os países definiram a adoção de ações conjuntas para reduzir a pobreza, comprometendo o mundo com uma ampla agenda de desenvolvimento: “Temos o objetivo de erradicar a pobreza, atingir o crescimento econômico sustentado e promover o desenvolvimento sustentável, na medida em que avançamos rumo a um sistema econômico global, plenamente inclusivo e equitativo.” (NAÇÕES UNIDAS, Consenso de Monterrey, 2005:6).

O Consenso de Monterrey afirmou diversos propósitos, reconhecendo as necessidades estabelecidas nas Metas do Milênio, na plena convicção de que era possível criar uma parceria entre os países ricos e pobres, com base na boa governança e na expansão do comércio, na ajuda oficial e no alívio das dívidas externas:

Comprometemo-nos a adotar políticas racionais, promover a boa governança em todos os níveis e a respeitar o estado de direito. Também nos comprometemos a mobilizar nossos recursos internos, a atrair fluxos financeiros internacionais, a promover o comércio internacional como um motor para o desenvolvimento, a aumentar a cooperação financeira e técnica internacional para o desenvolvimento, a promover um financiamento sustentável da dívida, a adotar medidas de alívio da dívida externa e a aumentar a coerência e a consistência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais. NAÇÕES UNIDAS, Consenso de Monterrey, 2005:6)

Monterrey destaca o comércio internacional como motor essencial para o crescimento das economias dos países de baixa renda e ressalta como fundamental para isso, a abertura dos mercados dos países desenvolvidos aos produtos primários, como também seria recomendado Projeto do Milênio⁵:

Os países de renda alta devem abrir seus mercados para as exportações dos países em desenvolvimento através da Rodada Comercial de Doha e ajudar os países menos desenvolvidos a aumentar a competitividade das exportações através de investimentos em infra-estrutura essencial relacionada ao comércio, incluindo eletricidade, estradas e portos. (PNUD, Projeto do Milênio, 2005:16).

Finalmente, a comunidade internacional obteve ainda em Monterrey o consenso sobre o financiamento do desenvolvimento sustentável nos países pobres e ratificou um importante compromisso financeiro para os países desenvolvidos: destinar o valor equivalente a 0,7% do seu Produto Interno Bruto, como ajuda aos países em desenvolvimento, para o alcance dos ODM.

Amaral Junior (2005) duvida do atendimento desses compromissos e ressalta a necessidade de se fomentar a coerência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais e o fortalecimento da ONU, no contexto do desenvolvimento, para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

Nos termos do Consenso de Monterrey é preciso, pois, uma reforma da arquitetura internacional financeira, que se proceda com transparência e participação ativa dos países em desenvolvimento, a fim de aumentar o financiamento do desenvolvimento e promover a erradicação da pobreza. (AMARAL JR, 2005:244).

A União Européia, que antes de Monterrey já contribuía, em escala mundial, com mais de 50% do orçamento da ajuda pública ao desenvolvimento, exerceu papel importante no êxito da conferência do México, defendendo elevar o nível médio do aporte dos países desenvolvidos de 0,33% do PIB em 2002, para 0,39% em 2006, como etapa transitória para a realização do objetivo de 0,7%, fixado pelas Nações Unidas. (EUROPA).

⁵ O Projeto do Milênio é um Plano Global que propõe soluções diretas para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam alcançados até 2015. Foi constituído em 2002 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e concluído em 2005. (PNUD)

Três anos depois, o Projeto do Milênio estabeleceu, entre suas recomendações, um escalonamento dos índices de cooperação internacional, de modo que os países desenvolvidos pudessem adaptar seus orçamentos e alcançar, até 2015, o patamar de 0,7% como contribuição para os ODM:

Os países de alta renda devem aumentar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) de 0,25 por cento do PNB dos países doadores em 2003 para 0,44 por cento em 2006 e 0,54 por cento [...] para apoiar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio principalmente nos países de baixa renda. Cada doador deve atingir 0,7 por cento até 2015 para apoiar os Objetivos e outras prioridades da assistência ao desenvolvimento. O alívio da dívida deve ser mais abrangente e generoso. (PNUD, Projeto do Milênio, 2005:16)

Quando, em 2002, o Conselho Europeu reconheceu a importância da dimensão do apoio aos ODM, no momento em que articulava sua participação nas Conferências de Monterrey e de Joanesburgo, definia-se uma notável fonte de recursos de ajuda oficial para o desenvolvimento.

Contudo, o engajamento efetivo da União Européia aconteceria somente três anos mais tarde, com a assinatura do Consenso Europeu, quando pela primeira vez em cinquenta anos de cooperação, os Estados europeus determinariam políticas de cooperação com objetivos complementares em princípios comuns, referendando os compromissos assumidos nas conferências mundiais. (EUROPA).

3.3 – Consenso Europeu

Trata-se do acordo que estabeleceu um objetivo comum aos países da comunidade européia, de contribuir para a redução a pobreza no mundo, no contexto do desenvolvimento sustentável e do alcance dos Objetivos do Milênio.

O Consenso reafirmou o orçamento de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)⁶ para o nível de 0,7% do Produto Interno Bruto, conforme deliberado pelas

⁶ A Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) compreende as doações financeiras e os empréstimos a países pobres e em desenvolvimento, concedidos em condições muito especiais de juro e prazo, pelo Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), constituído na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE). (CEPAL, 2010:329)

Nações Unidas em Monterrey, e determinou o índice intermediário de 0,56%, a ser alcançado até 2010. (EUROPA).

O Consenso Europeu decidiu também a destinação, da metade dos recursos da ajuda, aos países africanos e determinou critérios objetivos e transparentes para a aprovação de projetos, observando as necessidades e os resultados a serem alcançados.

Com base nas recomendações do Projeto do Milênio, escolheu as seguintes áreas que, a partir de então, seriam prioritárias para a aplicação dos recursos: comércio e integração regional; ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais; infra-estruturas; água e energia; desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar; governança; democracia, direitos humanos e apoio às reformas econômicas e institucionais; prevenção dos conflitos e da fragilidade dos Estados; desenvolvimento humano e coesão social e emprego.

No relatório de 2007, a Comunidade Européia comemorava os resultados de decorrentes do Consenso e a ampliação significativa das contribuições:

A União Européia continua a ser a principal fonte de ajuda ao desenvolvimento no mundo, fornecendo 46,9 mil milhões [bilhões] de euros (56,67%) da ajuda pública ao desenvolvimento total (APD) [AOD] comunicada à OCDE [Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico], relativamente a 2006. A ajuda externa gerida pela Comissão Européia elevou-se cerca de 12,10 mil milhões [bilhões] de euros de novas autorizações em 2006, dos quais 9,8 mil milhões [bilhões] estão classificados como APD. Mais de 160 países se beneficiaram desta ajuda. (EUROPA).

3.4 – A cooperação internacional nos países da América do Sul

A Argentina considera-se em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, na busca permanente do desenvolvimento sustentável e do bem estar da população. Pondera, no entanto, que os países desenvolvidos não estão colaborando o suficiente e reclama da falta do cumprimento das promessas dos países desenvolvidos que, em vez de ampliar, estariam diminuindo a ajuda oficial para o desenvolvimento, colocando em risco o alcance dos ODM:

A cooperação internacional constitui-se em uma ferramenta essencial para alcançar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Sem dúvida, a tendência atual de diminuição dos recursos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) por parte dos “grandes doadores” põe em risco o cumprimento dos ODM em nível global. É por isso que se reclama dos países que assim o declararam, que cumpram com o compromisso de aportar os 0,7% de sua receita nacional bruta para a assistência ao desenvolvimento até o ano de 2015, e a chegar pelo menos a 0,5% até o ano de 2010. (ARGENTINA, 2010:100).

A utilização da renda *per capita* do país, como único indicador para classificar os países e avaliar as necessidades de cooperação, representa outra discordância da Argentina, que sustenta a inclusão de dimensões sociais, culturais e políticas na análise, e justifica: “Esse indicador tende a homogeneizar situações de diferença, de pobreza e de exclusão do interior dos países, escondendo assimetrias que merecem a atenção da comunidade internacional e dos países desenvolvidos.” (ARGENTINA, 2010:100).

Os argentinos avaliam ainda que, reduzir a ajuda internacional aos Países de Renda Média (PRM) [caso da maioria dos países da América do Sul], equivale a penalizá-los pelos seus níveis de desenvolvimento alcançados, principalmente porque desta forma não se faria mais que sustentar uma cooperação desigual, que não oferece oportunidades iguais para todos.

Apesar de receber recursos de diversos projetos nos últimos dez anos, provenientes da Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, Japão e da União Européia, a Argentina forma a opinião de que a estratégia regional de integração e de desenvolvimento do MERCOSUL lhe traz contribuições tão, ou mais significativas para os propósitos em relação aos ODM:

Pode se exemplificar o mencionado, pela proliferação, dentro do MERCOSUL, de órgãos com uma dimensão mais social e política com projetos orientados a contribuir com os objetivos inerentes aos ODM. Neste contexto criaram-se a Reunião Especializada da Mulher, a Comissão Sócio-Laboral, o Sub-Grupo de Meio Ambiente, o de Assuntos Trabalhistas, Emprego e Segurança Social e Saúde, o Instituto Social do MERCOSUL, o Fórum de Consulta e a Concertação Política e o Fórum Consultivo Econômico e Social. (ARGENTINA, 2010: 102)

Em decorrência das características próprias, de constituir-se um espaço de articulação internacional aberto, e que permite a otimização dos recursos disponíveis, a Argentina estima que o seu mais importante ambiente de cooperação internacional é o da *Cooperación Sur-Sur* [Cooperação Sul-Sul], um relacionamento entre países

de nível de desenvolvimento semelhante, e que têm na cooperação mútua seu grande objetivo.

Trata-se de um exercício de convivência em que cada um reconhece as experiências dos outros, e oferece suas melhores práticas a países de igual ou menor desenvolvimento e onde, num processo de associação, se busca alcançar objetivos comuns, com fundamentos diferentes daqueles que caracterizam a cooperação tradicional, que tem como base apenas critérios econômicos.

No ambiente Sul-Sul, a Argentina atua como país que oferece, e que recebe benefícios em diversas modalidades. Com base nessa experiência, manifesta a opinião de que a cooperação internacional deveria abandonar definitivamente o conceito de ajuda:

Um novo enfoque da cooperação deveria abandonar definitivamente o conceito de “ajuda” que ainda perdura na linguagem internacional e entender a cooperação como uma atividade associativa para alcançar um objetivo compartilhado de benefício mútuo, assegurando desta maneira que a cooperação internacional se constitua em um verdadeiro fator de promoção do desenvolvimento [...] e que desta maneira se busca promover o exercício de uma cidadania plena, cujo objetivo constitui a síntese dos ODM e favorece a coerência e a articulação das diferentes formas de cooperação, em função do bem estar dos povos. (ARGENTINA, 2010:105).

Ainda que o país oriente suas principais atividades de cooperação no ambiente Sul-Sul, para a própria região, desenvolve também projetos de parceria com a África, Ásia e a Europa Oriental, onde concebe iniciativas que promovem os Objetivos do Milênio em áreas como direitos humanos, inclusão social, igualdade de gênero e segurança alimentar. (ARGENTINA, 2010:107).

A Bolívia considera que o fenômeno da globalização é o fator central na responsabilidade pelas diferenças existentes hoje entre os países ricos e pobres. Argumenta que determinados países, oportunamente, aproveitaram o momento propício para se inserir na economia mundial, concentrando capital e tecnologia, e tornando-se altamente competitivos e que, enquanto isso, a outros coube fazer o caminho de maneira marginalizada, com uma estrutura produtiva e exportadora vulnerável, com baixas taxas de crescimento e com milhões de habitantes que vivem na pobreza. (BOLÍVIA, 2008:120).

Observa que, se por um lado, a globalização criou maiores oportunidades para alcançar o desenvolvimento, por outro, aprofundou as desigualdades entre os países, de tal forma que as diferenças somente poderão ser superadas se os países desenvolvidos contribuírem objetivamente para eliminá-las, como prevêem as metas dos Objetivos do Milênio.

Apontando as falhas, a Bolívia reclama da falta de cumprimento da Meta 12 [8.A] do ODM, que empenha os países desenvolvidos a implantar um sistema comercial e financeiro abertos, com base em regras previsíveis e não discriminatórias.

O país mostra-se inconformado também com a questão dos subsídios agrícolas, insistindo que deveriam ser reduzidos mais rapidamente, para não distorcer os mercados e que as tarifas sobre as exportações dos países pobres deveriam ser eliminadas, para permitir o acesso aos mercados de alto consumo. Informa que, das exportações bolivianas de 2006, apenas 30,4% tiveram como destino países ricos, como os Estados Unidos, Canadá, Japão e os países da União Européia:

As barreiras tarifárias [...] limitam nossas exportações e explicam o baixo percentual de exportações bolivianas que chegam aos países desenvolvidos. Da mesma forma persistem os subsídios a produtos agrícolas, especialmente, frutas, café, produtos lácteos e algodão, que prejudicam países como a Bolívia e impedem alcançar a meta de desenvolver um sistema comercial aberto e não discriminatório. (BOLÍVIA, 2008:121).

Quanto à Meta 14 [8.C] do ODM, que trata das necessidades especiais dos países sem acesso ao mar, cabe destacar o gesto histórico de cooperação entre países vizinhos, ocorrido em outubro de 2010, quando Peru e Bolívia assinaram um acordo bilateral, no qual o Peru concedeu a recuperação de uma saída para o mar à Bolívia, após 130 (cento e trinta) anos de reivindicações.⁷ Trata-se de uma espécie de zona franca, com pontos para atracar embarcações e uma praia turística e desportiva, por um período de 99 anos.

⁷ A Bolívia perdeu o acesso soberano ao Oceano Pacífico na guerra territorial contra o Chile, em 1879. Desde então, vinha demandando uma solução que lhe devolvesse o acesso ao mar, para superar importantes obstáculos ao seu desenvolvimento. (Disponível em: <http://www.boliviaentusmanos.com/noticias/bolivia/articulo36218.php>. Acesso em: 10/03/2011).

Os bolivianos, que consideram os peruanos um povo irmão, avaliam o gesto do país vizinho como de grande impacto e contribuição significativa para o futuro desenvolvimento do seu país, e o alcance dos Objetivos do Milênio.

Tendo recebido ajudas de diversas fontes para o alívio da dívida pública externa, a Bolívia reclama, no entanto, mais facilidades para não colocar em risco o financiamento de programas e de projetos sociais, seguindo as recomendações das Nações Unidas aos países de menor desenvolvimento, que evitem a contração de créditos comerciais de elevados juros.

A Bolívia aponta ainda as soluções previstas na Meta 15 [8.D] como fatores importantes para que o seu país possa implantar e acelerar as políticas públicas necessárias para cumprir os ODM. A Meta prevê um tratamento global para as dívidas dos países em desenvolvimento, de modo a torná-la sustentável no longo prazo.

O Brasil, por sua vez, analisa a questão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pelo olhar da igualdade e da universalização dos direitos humanos e considera que parte da recente redução das desigualdades sociais, ocorrida no Brasil, é consequência direta de programas sociais e de políticas públicas universais, como o Sistema Único de Saúde e o Programa Bolsa Família, implantados na década de 2000.

No âmbito da cooperação internacional, o Brasil trabalha principalmente em duas frentes. Na primeira, amplia sua participação em organismos das Nações Unidas e programas internacionais, objetivamente para a construção de uma agenda internacional que leve em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Neste sentido, desempenha um papel relevante nas reuniões do G20, defendendo que o debate econômico internacional deve passar também pelos interesses dos países em desenvolvimento. O Brasil defende mudanças na governança global, especialmente no que se refere aos fluxos financeiros e regras relacionadas ao comércio, para que sejam mais justas e melhorem a qualidade dos negócios dos países pobres.

Por outro lado, o país amplia a sua participação nas ações de cooperação técnica Sul-Sul, inspirado na diplomacia solidária, onde coloca à disposição dos

demais países, especialmente da América Latina e da África, suas experiências exitosas em políticas públicas, tecnologias sociais e boas práticas que contribuem para o alcance dos Objetivos do Milênio.

Manifesta-se também preocupado com os insuficientes níveis de cooperação internacional e insiste no compromisso do apoio financeiro aos países pobres, firmado no Consenso de Monterrey. (BRASIL, 2010:155).

Coerente com suas posições, e mesmo não pertencendo ao grupo dos países desenvolvidos, o Brasil renegociou compromissos em atraso com diversos países altamente endividados, especialmente nações africanas, e cujos descontos somaram US\$ 1,25 bilhão. (BRASIL, 2010:159).

Neste cenário destina significativos, e crescentes, recursos para a assistência técnica e humanitária aos países menos desenvolvidos, por meio do programa de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional:

Durante o período de 2005-2009 [a cooperação] alcança uma cifra próxima a R\$ 2,9 bilhões, em valores correntes. [...] mais de 76%, em média, dos dados levantados, corresponde a contribuições para organizações internacionais e bancos regionais, cabendo às demais modalidades (assistência humanitária, bolsas de estudo e cooperação técnica) quase 24% do total. A cooperação praticamente dobra entre 2005 e 2009, passando de R\$ 384,2 milhões para mais de R\$ 724 milhões, respectivamente. (IPEA, 2010:19)

Acredita-se no Brasil que, além da tendência de diminuição da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), o principal entrave que impede os países pobres a alcançarem as Metas do Milênio é a indefinição nas negociações relacionadas à Rodada de Doha⁸, que tem por objetivo tornar o sistema do comércio internacional mais justo e equilibrado.

Com a demora dessa solução, o país busca novos caminhos, no âmbito da Cooperação Sul-Sul:

[...] o Brasil tem promovido esforços para firmar um acordo comercial abrangente, com vistas a adensar os laços comerciais entre esses países, o que não apenas reforça a tendência em curso de formação de uma nova geografia do comércio mundial Sul-Sul, mas também contribui para a

⁸ A Rodada de Doha originou-se da IV Conferência Ministerial da OMC – Organização Mundial do Comércio, realizada na cidade de Doha, Qatar, em novembro de 2001, onde os Ministros responsáveis pelo Comércio dos países, acordaram o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais. Essas negociações devem levar em conta o princípio de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos. (BRASIL)

criação de um sistema comercial mais aberto, previsível e menos discriminatório, como prevê a Meta 12 [8.A] dos ODM. (BRASIL, 2010:162).

Com relação à cooperação internacional, o Chile declara que recebeu uma extraordinária contribuição de recursos de países doadores durante a década de 1990 e avalia que esse grande aporte de valores foi resultado, principalmente, do desejo internacional de apoiar o processo de redemocratização do país, naquele período.

A situação começou a mudar a partir do início do século XXI, em função dos níveis de desenvolvimento alcançados pelo país, quando já na condição de economia emergente, o país deixou de ser um país receptor de recursos internacionais, não reembolsáveis, e passou a assumir uma política de custos compartilhados nos projetos.

A partir de então, com a criação do Programa de Cooperação Horizontal Chileno, o país passou a compartilhar capacidades e experiências com outras nações de igual ou menor desenvolvimento, da América Latina e do Caribe, como uma forma de retribuir o que havia recebido dos países desenvolvidos.

Com o Programa de Cooperação Horizontal, o Chile atua em três modalidades⁹, nas quais também se inserem as iniciativas que tem ligação com a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular, cujas principais parcerias aconteceram com a Alemanha, Finlândia, Suécia e Japão. (CHILE, 2008: 206-209).

A Colômbia reconhece que é preciso redobrar os esforços públicos para superar a situação de pobreza e os riscos de aumentar ainda mais as desigualdades com relação à qualidade de vida da população e ressalta sua experiência na área da captação de recursos de cooperação internacional, considerando a importância de estratégias plurianuais para a obtenção de bons resultados:

Como consequência do desenvolvimento da Estratégia de Cooperação Internacional 2003 a 2006, houve um maior nível de coordenação na demanda de cooperação por parte das instituições do Estado e consolidaram-se novos espaços de diálogo e de consulta, tanto com a

⁹ As modalidades do programa de cooperação internacional do Chile são: a) assistência técnica com intercâmbio de conhecimentos em projetos realizados nos países parceiros; b) treinamento e aperfeiçoamento de profissionais de outros países no Chile, com bolsas de estudo; c) assistência técnica na modalidade de cooperação triangular, que executa projetos com recursos de países desenvolvidos, em que um país atua na condição de outorgante, junto a um terceiro, que é o país beneficiário. (CHILE, 2008:205)

sociedade civil, quanto com a comunidade internacional e se propiciou maior visibilidade à ajuda concedida ao país. (COLÔMBIA, 2010:179).

O Equador reconhece que os avanços em relação à conquista das Metas do Milênio, não são alentadores em seu país e, que na maioria dos casos, não se verificaram grandes progressos com relação à redução da pobreza, no período de 1995 a 2005. Para avançar, aponta como melhor caminho, a geração de trabalho e renda, ressentindo-se da falta de uma estrutura produtiva no mercado interno capaz de gerar mais ocupação produtiva para sua população e exportações diversificadas¹⁰, que possam tornar o país mais competitivo.

Quanto ao direcionamento dos recursos da cooperação internacional, aponta como prioritárias as estratégias de redução da pobreza que levam em conta a proteção social no enfrentamento de crises naturais e macroeconômicas e a capacitação dos pobres. Ao longo do período de 1990 a 2008, o Equador manteve uma média bastante elevada de ingressos provenientes da cooperação internacional [US\$ 16,06 *per capita*], superior à maioria dos países da América do Sul. (APÊNDICE, Tabela 46)

Conhecendo a distância que ainda separa os índices do país das Metas do Milênio, o Paraguai percebe nos recursos da cooperação internacional (AOD) um caminho para melhorar o seu perfil, desde a qualidade dos seus dados estatísticos, fundamentais para a prática da gestão pública, quanto para tratar e equacionar a tendência de aumento dos desequilíbrios das contas públicas, relacionadas à dívida externa.

Indica como áreas prioritárias para a realização dos projetos de parceria com os países desenvolvidos, a criação de melhorias na governança nacional, na criação de uma cultura de prestação de contas e na realização de projetos de capacitação e de geração de empregos, para a melhoria dos índices sociais relativas aos Objetivos do Milênio.

¹⁰ A economia do Equador depende em grande parte das exportações da produção de petróleo. O país adotou o dólar como moeda oficial, depois das fortes crises financeiras vividas na década de 1990 e início de 2000.

Demonstrando disposição nacional em enfrentar os caminhos necessários para a melhoria da qualidade de vida e o alcance dos Objetivos do Milênio, o Paraguai afirma:

O cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio constitui-se num marco comum de toda a estratégia de desenvolvimento do Estado e não somente deste governo, das organizações da sociedade civil, do empresariado e de outras organizações sociais. No entanto, o alcance das Metas significará o cumprimento efetivo dos direitos das pessoas e da coletividade paraguaia, em suas expressões mais diversas. (PARAGUAI, 2005: 67)

O país vê nos ODM o caminho efetivo para tornar vigentes os direitos humanos em toda a sociedade e que isso terá um significado muito especial para os grupos sociais paraguaios mais vulneráveis, dentre os quais os indígenas, praticamente excluídos dos direitos fundamentais de cidadania.

O alcance dos Objetivos do Milênio dos países depende da capacidade de se inserir no cenário mundial, afirma o Peru, que verifica na melhoria deste perfil maiores facilidades para obter recursos da cooperação internacional para financiar o seu desenvolvimento sustentável e gerar postos de trabalho de boa qualidade para a população.

O país está convencido de que a capacidade de inserção na economia internacional depende em grande parte do aumento da competitividade e que para isso é necessário orientar os esforços, tanto para acompanhar os avanços tecnológicos dos países desenvolvidos, como viabilizar o acesso e o aprofundamento dos conhecimentos das tecnologias da informática e da comunicação, à população do país.

Considera o acesso aos benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicação o setor indicado para receber os recursos da cooperação internacional, porque este setor gera tanto benefícios econômicos, resultantes do aumento da competitividade, como benefícios sociais, uma vez que facilita o acesso ao crédito produtivo e aos serviços públicos. (PERU, 2008:241).

O Uruguai entende os Objetivos do Milênio como um instrumento fundamental para abranger, de forma transversal, o conjunto das políticas sociais do país, na perspectiva dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. Por

isso, gera anualmente o relatório ODM e preocupa-se com a qualidade e a sistematização dos documentos, para que as informações possam ser geradoras e orientadoras de políticas públicas no país.

Considera seu relatório ODM, *Una Agenda para La Igualdad*, um documento de boas práticas, que traz as mais importantes informações para diminuir as diversas desigualdades sociais, em relação a gênero, idade, etnia, raça e condições sócio-econômicas, que ocupam posição central e transversal em todo o trabalho que o país realiza para avançar no cumprimento das Metas do Milênio

Na América do Sul, o Uruguai é o país que de forma mais constante apresenta excelentes índices em relação aos ODM, seguido pelo Chile e a Argentina, não sendo considerado país prioritário para a destinação de recursos de ajuda internacional. O período em que recebeu maior ajuda externa, a exemplo do Chile, foi na década de 1990.

Sua atividade de cooperação internacional acontece no âmbito do MERCOSUL e da cooperação Sul-Sul. Desenvolve com diversos países programas de assistência técnica para replicar as boas práticas obtidas com suas políticas públicas voltadas para os ODM.

A Venezuela, por sua vez, confirma que está trabalhando por meio de planos, programas e de ações sociais, de forma incondicional e com vontade política a favor dos ODM, e acredita que pode cumprir, e mesmo superar, as Metas do Milênio dentro do prazo acordado.

Considera que as políticas neoliberais, que durante anos reinaram em seu país, são as grandes responsáveis pelas desigualdades sociais extremas e a situação de fome e de pobreza ainda persistentes, lembrando que os organismos oficiais da ONU foram coniventes com esses regimes e contribuíram para a injusta distribuição das riquezas no país e a exploração indiscriminada do povo:

O aumento da pobreza do nosso povo foi o resultado lógico e previsível da injusta distribuição dos recursos, da exploração indiscriminada, especialmente da classe trabalhadora e a concentração da riqueza na mão de minorias excludentes, influenciados entre outros, pela aplicação de modelos econômicos originários de centros de poder e aplicados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. (VENEZUELA, 2010:16)

O relatório ODM da Venezuela afirma que, o modelo de desenvolvimento adotado no país, tem como objetivo central o ser humano e se sustenta nos valores da solidariedade, da justiça, da inclusão social e do respeito aos direitos humanos. Quanto ao conceito de pobreza adotado pelo Banco Mundial, que utiliza o parâmetro do ganho de um dólar PPC por dia, a Venezuela discorda:

A República Bolivariana da Venezuela concebe a pobreza como uma realidade complexa e por isso deve ser avaliada com um enfoque multidimensional. A pobreza tem origem na desigualdade da distribuição dos recursos e das oportunidades, cuja medição deve atender, conseqüentemente, a desigualdade existente tanto nos aspectos econômicos [renda e despesa], como sociais [saúde, moradia, educação, segurança social] e direitos cidadãos. (VENEZUELA, 2010:17)

Na questão da cooperação internacional, considera que seu país representa a vanguarda na América Latina em colaboração estratégica nas matérias de política, economia e atividades sociais e culturais. Considera que sua cooperação com outros países em desenvolvimento não se caracteriza somente pelos termos econômicos e financeiros, mas também pelos avanços em tecnologia, educação, saúde e saneamento, responsáveis pelas grandes diferenças sociais, econômicas e culturais dos países.

A Venezuela, que detém a maior renda *per capita*, dentre os países da América do Sul [Tabela 40], qualifica-se como um país doador, que coopera na implantação de infra-estrutura médica, serviços sociais, transporte, telecomunicações, moradia, agricultura e educação. Dentre os países citados como recebedores de apoio, na América do Sul, encontram-se a Bolívia, o Equador, a Argentina e o Brasil. (VENEZUELA, 2010:98-99).

CAPÍTULO IV

A IMPORTÂNCIA E OS LIMITES DA AJUDA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Desde a sua origem, a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) tem característica solidária no atendimento às necessidades dos países mais pobres. Tem o propósito de enfrentar os problemas da pobreza extrema e da fome, da mortalidade infantil e materna, da desigualdade de gênero e da destruição do meio ambiente, por meio do aporte de recursos não reembolsáveis ou empréstimos em condições especiais. Trata-se de um complemento de outras fontes de financiamento para o desenvolvimento de países com menos capacidade de atrair recursos.

As primeiras referências à AOD, no âmbito das Nações Unidas, encontram-se ainda na década de 1950, mas foi na Assembléia Geral de 1970 que foi proposto o direcionamento de 0,7% do Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos, como ajudas a serem destinadas aos países em desenvolvimento.

Posteriormente, na conferência sobre o meio ambiente, no Rio de Janeiro, os países desenvolvidos reafirmaram o compromisso, reconhecendo a ajuda oficial para o desenvolvimento como a fonte mais importante de auxílio internacional para alcançar as metas do desenvolvimento sustentável, então acordadas pela comunidade das nações.

4.1 – A ajuda oficial para o desenvolvimento e os ODM

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio representaram um novo impulso nas deliberações relativas à ajuda oficial para o desenvolvimento, sendo o índice de 0,7% ratificado, definitivamente, pela comunidade internacional na Conferência para o Financiamento do Desenvolvimento [Monterrey, 2002].

Apesar desse entendimento e das confirmações posteriores, na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável [Johannesburgo 2002] e no Consenso Europeu [2005], o volume dos recursos doados pelos países desenvolvidos encontrava-se [2008] ainda em níveis inferiores àqueles registrados no início da década de 1990:

Ainda que tenha se observado uma tendência crescente [do índice], iniciada pelo impulso de Monterrey [2002], mesmo assim não se mobilizaram os recursos financeiros necessários e o nível de AOD se mantém muito abaixo da meta acordada. Em 2008, o nível de AOD [...] alcançou uma média de apenas 0,31% do PIB [dos países ricos]. Este nível, além de encontrar-se bem abaixo da meta de 0,7%, encontra-se inclusive abaixo do nível de 1990, quando a AOD representou 0,34% do PIB dos países doadores. (CEPAL, 2010: 329)

Como foi visto, diversos países da América do Sul manifestam-se inconformados com a diminuição das contribuições dos países ricos¹¹ para a AOD, assegurando que essa postura colocará em risco o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Outros, perguntam-se sobre o comprometimento efetivo dos países ricos com os ODM¹², considerando que os tão proclamados compromissos de Monterrey, até hoje não se traduziram em realidade.

Na opinião da CEPAL (2010), os recursos de AOD são vitais para muitos países, e que a sua falta poderia impactar em retrocessos na situação do desenvolvimento social, influenciando os indicadores relativos às Metas do Milênio. Argumenta, entretanto, que para avançar no cumprimento dos ODM não basta aumentar os recursos, sendo necessário, sobretudo, melhorar a eficácia na aplicação, canalizando as contribuições para setores produtivos e sociais, e fortalecendo as instituições locais.

¹¹ Países ricos são considerados os 22 países que formam o CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento): Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça. (CEPAL, 2010: 342-343).

¹² Somente Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Holanda e Suécia superaram a meta de 0,7% do PIB, em 2008. O maior índice foi registrado pela Suécia, com 0,98% do PIB. Os menores percentuais foram registrados pelos Estados Unidos e Japão, ambos com 0,19% do PIB. Dos demais países, onze deles contribuíram, em 2008, com índices inferiores aos praticados em 1990. (CEPAL, 2010: 330)

¹² Países ricos são considerados os 22 países que formam o CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento): Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça. (CEPAL, 2010: 342-343).

4.2 – Controvérsias na AOD

Internacionalmente, as críticas relativas à ajuda oficial para o desenvolvimento aparecem de diversos setores. Há os que sustentam que a AOD apresenta problemas de natureza, ou seja, não deveriam existir, senão em casos emergenciais, uma vez que seus resultados costumam fortalecer governos corruptos, à custa dos doadores, representados pelo CAD¹³.

Estudiosos do tema, como o economista inglês Peter Bauer, argumentam que os países pobres não devem ser objetivo de ajuda, mas ser beneficiados pela melhoria do acesso de sua produção aos mercados de consumo, de maneira que alcancem seu crescimento econômico pela poupança interna, investimentos privados e pela via da abertura dos mercados:

Ao analisar as perspectivas de crescimento e desenvolvimento das colônias que se preparavam para tornar-se Estados independentes ele recomendou que, sobretudo, eles não fossem objeto de ajuda, e sim beneficiados pela abertura dos mercados dos países desenvolvidos aos seus produtos de exportação, ou seja, que sua inserção internacional se desse pelo lado do comércio exterior, não pela via da ajuda oficial ou da “cooperação ao desenvolvimento. (ALMEIDA, 2010)

O diplomata brasileiro, Paulo Roberto de Almeida (2010), escrevendo sobre a realidade do desenvolvimento mundial nos últimos séculos, declara a falência do modelo da ajuda oficial para o desenvolvimento, contestando a sua validade como ajuda eficaz e instrumento útil para que os países pobres ultrapassem o subdesenvolvimento. Sua afirmação fundamenta-se na observação dos países que alcançaram este feito. Eles teriam superado a condição de economia primária e alcançado o crescimento sustentável por meio das próprias forças culturais e institucionais existentes no país:

[É] instrutivo constatar que nem o Japão ou os nórdicos, nem qualquer um dos países que se qualificaram posteriormente, deveram a melhoria de suas situações respectivas, à cooperação ao desenvolvimento. E resulta pelo

¹³ CAD é o Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento, pertencente à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que classifica os países de acordo com o seu Produto Interno Bruto. Em 2007 eram classificados como países de Renda Baixa aqueles que registraram um PIB *per capita* inferior a U\$ 935. Os que tiveram um PIB entre U\$ 936 e U\$ 3.705 foram denominados países de Renda Meio-Baixa, e os alcançaram um PIB entre U\$ 3.706 e U\$ 11.455, países de Renda Meio-Alta. (CEPAL, 2010:360)

menos estranho que, dos países que mais receberam cooperação ao desenvolvimento desde os anos 1950 – como os africanos, em cifras equivalentes a muitas dezenas de bilhões de dólares – nenhum conseguiu escapar do não-desenvolvimento. (ALMEIDA, 2010)

Easterly (2007) verificou, em seus estudos e trabalhos no Banco Mundial, uma enorme diferença entre as intenções de ajuda para o desenvolvimento e os resultados obtidos. Registra em seu livro uma inversão de curvas, no período de 1970 a 2000, quando houve um aumento da ajuda externa em até 18%, em relação ao PIB da África, enquanto que nos mesmos 30 anos, as taxas de crescimento do PIB *per capita*, declinaram em até 2%. Mais ainda, na década de 1990, teriam chegado a ser negativos. (EASTERLY, 2007:46)

A maior parte das opiniões, dentre as quais se encontram as conclusões do Projeto do Milênio, considera, no entanto, que os recursos de AOD contribuem para promover o alcance dos ODM, mas que seria preciso canalizá-los para os países bem governados, e para os setores da infra-estrutura básica e do desenvolvimento humano:

Nossa opinião, é que a ajuda é mais útil se canalizada para os países que verdadeiramente necessitam (principalmente aqueles presos na armadilha da pobreza) e canalizada através dos setores corretos (principalmente infra-estrutura e capital humano). (NAÇÕES UNIDAS, Projeto do Milênio: 2005:45)

4.3 – AOD – Essenciais ou supérfluas para o alcance das Metas do Milênio nos países da América do Sul?

Considerando o contexto de opiniões diversas sobre a importância das ajudas oficiais para o desenvolvimento, serão consideradas as hipóteses a seguir, de que os recursos da AOD são importantes para gerar melhorias nos índices dos Objetivos do Milênio que tem características emergenciais e, que as AOD tornam-se menos importantes e mesmo supérfluas, na medida em que os países alcançam níveis básicos de sustentabilidade no capital humano e na infra-estrutura de serviços relacionados com a saúde.

O Projeto do Milênio (2005) identifica como elementos-chave do capital humano: a alimentação básica, a melhoria da saúde da população e a alfabetização, a

educação básica e a qualificação profissional. Como serviços essenciais de infraestrutura, o acesso à água potável, saneamento básico, energia e condições boas para preparar e conservar os alimentos, bem como estradas, meios de transporte e acesso às tecnologias de informação e comunicação. (NAÇÕES UNIDAS. Projeto do Milênio: 39)

A crítica será efetuada com base em dois enfoques e no período de 1990 a 2008. Inicialmente, um enfoque conjunto verificará a relação dos aportes de AOD [*per capita*] recebidos pelo grupo países da América do Sul, comparando-os com os avanços verificados nos índices dos ODM, dos diversos países.

No segundo momento serão analisados e comparados os casos dos dois países mais pobres da América do Sul [Paraguai e Bolívia], e analisados os efeitos da ajuda oficial para o desenvolvimento sobre os índices de caráter emergencial e os de caráter não emergencial desses países.

Inicialmente, constata-se pela análise da tabela 46 do apêndice, que houve uma diminuição no aporte da AOD *per capita*, em aproximadamente 11,15%, nas ajudas oficiais para o desenvolvimento, recebidas pelo grupo dos dez países da América do Sul, da década de 1990 em relação à década de 2000.

Ao confrontar esta diminuição, com a evolução positiva dos índices ODM do grupo de países, conforme os resultados apurados no Capítulo II, surgem interrogações sobre a validade e a importância de ajudas no modelo AOD, para os países da América do Sul.

Em análise individual, verifica-se que o único país, que obteve aportes crescentes de recursos, na década de 2000, foi a Colômbia e isso, a partir de 2002. Na década de 1990, a Colômbia recebeu ajudas muito baixas, e mesmo assim, obteve relevantes progressos nos indicadores dos ODM, nas áreas da educação, equidade de gênero, saúde e nos cuidados com crianças e mães. (APÊNDICE, Tabela 46)

Constata-se também que os avanços nos ODM, após 2002, não geraram um impulso diferente daquele já registrado, anteriormente, evidenciando-se que as ajudas da década de 2000 não foram determinantes para o progresso dos ODM no país.

A Argentina, o Brasil e a Venezuela assinalam uma média muito baixa de entrada de recursos AOD no período de 1990 a 2008. Ao mesmo tempo, aparecem com avanços muito elevados, em relação aos Objetivos do Milênio, no mesmo período. Pode-se deduzir, que a AOD teve uma influência muito periférica, ou nenhuma influência, que repercutisse nas melhorias dos índices nacionais dos ODM.

Destaca-se o exemplo do Brasil, que teve a menor média *per capita* em ajuda externa, entre os dez países, e ao mesmo tempo apresentou os maiores avanços da América do Sul nos indicadores que tratam da redução da pobreza e da fome, no período. (APÊNDICE, Tabelas 01, 02, 46).

Na análise dos casos do Chile e do Uruguai, que obtiveram, relativamente, elevados recursos de AOD durante a década de 1990, e bem menos nos anos seguintes, pode-se inferir que naquele período os ODM tenham sido influenciados de alguma forma pela ajuda externa e que os níveis então alcançados nas áreas de capital humano, infra-estrutura, tenham instalado as capacidades necessárias para manter os índices ODM crescentes, durante a década seguinte.

O Peru e o Equador registram um histórico bastante semelhante, tanto no aporte de recursos de AOD [relativamente elevados], quanto nas melhorias dos indicadores ODM, que foram igualmente constantes e similares na maioria dos indicadores, ao longo do período. Caso houvesse a possibilidade de isolar as economias de outros fatores, poderia se concluir que os recursos externos geraram os positivos e idênticos resultados do ODM que ocorreram nos dois países.

No entanto, quando se examina as fortes crises financeiras e políticas, que naquele período afetaram mais profundamente o Equador, e mesmo assim, este país demonstra um perfil de indicadores ODM semelhante ao Peru, deduz-se que os avanços alcançados se devem a forças e capacidades já instaladas no país, que foram mais importantes que as ajudas externas obtidas.

As melhores posições nas áreas da educação, da saúde e da equidade de gênero, no início da década de 1990 foram, sem dúvida, vitais para que o Equador, recebendo apoio de AOD semelhante ao Peru, enfrentasse seus problemas [que o levaram a adotar inclusive o dólar americano, para estabilizar a inflação], e mesmo assim evoluísse par a par nos indicadores das Metas do Milênio, ao lado do Peru.

A evidência mais emblemática e indicativa da América do Sul, de que as AOD podem ter um impacto relevante e positivo nos resultados dos indicadores ODM dos países muito pobres e com necessidades emergenciais, verifica-se na comparação das conjunturas da Bolívia e do Paraguai. Os dois países têm características semelhantes, inclusive no valor do PIB, que evoluiu de forma parecida durante as duas décadas. (APÊNDICE, Tabela: 43)

Para a comprovação dos impactos diferenciados das AOD sobre realidades diferentes, serão comparados e analisados os efeitos das ajudas externas recebidas pelos dois países sobre seus respectivos índices dos ODM, inicialmente, sobre o grupo dos dez indicadores considerados de caráter emergencial e depois, sobre um grupo de dez indicadores, de características semelhantes, mas considerados de caráter não emergencial.

Como índices de caráter emergencial foram considerados os seguintes indicadores: 1.1 – Parte da população que ganha menos de um dólar PPC por dia; 1.2 – Índice do hiato de pobreza; 1.8 – Percentual de crianças com menos de cinco anos, com peso abaixo do normal; 1.9 – Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo de calorias; 4.1 – Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos; 4.2 – Taxa de mortalidade infantil; 5.1 – Taxa de mortalidade materna; 7.8 – Proporção da população com acesso a uma fonte de água tratada; 7.9 – Proporção da população com acesso à infra-estrutura de saneamento; 7.10 – Proporção da população urbana que vive em favelas; (APÊNDICE, Tabelas: 47 e 48)

Como índices de caráter não emergencial foram considerados: 1.3 – Participação dos 20% mais pobres no consumo nacional; 1.5 – Relação entre emprego e população; 2.2 – Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano escolar; 2.3 – Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos; 3.1 – Razão entre meninas e meninos no ensino básico e médio; 3.2 – Proporção de mulheres entre os assalariados do setor urbano; 4.3 – Proporção de crianças de um ano, vacinadas contra o sarampo; 5.4 – Maternidade entre as adolescentes; 5.5 – Cuidados pré-natais – pelo menos uma consulta; 5.6 – Planejamento familiar – necessidades não atendidas satisfatoriamente. (APÊNDICE, Tabelas: 47 e 48)

Segundo os dados do Banco Mundial, a Bolívia recebeu o maior volume de recursos AOD *per capita* entre os países da América do Sul, no período de 1990 a 2008. A ajuda representa, praticamente, seis vezes o valor proporcional das AOD recebidas pelo Paraguai, se calculadas as médias do período [Bolívia: U\$ 85,00 e Paraguai: U\$ 14,48]. (APENDICE, Tabela 46).

Ainda que tenham sido volumes *per capita* diferentes, as entradas de recursos AOD dos dois países foram relativamente constantes, com desvantagem para o Paraguai na década de 2000. Seria lógico supor que a Bolívia obteria índices ODM muito superiores, tanto no grupo dos indicadores de caráter emergencial, como no grupo de característica não emergencial, e que o Paraguai ficaria para trás, e parado em relação às Metas do Milênio.

Não foi o que ocorreu. O Paraguai, mesmo recebendo valores de ajudas bem inferiores ao país vizinho, produziu resultados de grande impacto.

Registrou, no período de 1990 a 2008, a maior redução de índices da população urbana que reside em favelas, entre os países da América do Sul e foi também o país que mais progrediu com relação ao acesso à água tratada. Promoveu o maior avanço no planejamento familiar e a maior redução da maternidade entre adolescentes, entre os dez países. Registrou ainda uma redução de 7,55% na concentração da renda do país [Coeficiente de Gini], superior à Bolívia e de diversos outros países da região. (APÊNDICE, Tabelas 21, 23, 30, 32, 33, 35, 37)

A Bolívia, por sua vez, foi melhor que o Paraguai na maioria dos indicadores dos ODM, considerados de caráter emergencial, como a redução da pobreza extrema e da fome, na melhoria das condições básicas da saúde, especialmente a redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna.

Essas contribuições de caráter emergencial da AOD, ainda que não produzissem resultados proporcionalmente superiores aos auxílios recebidos, fizeram que a Bolívia alcançasse posições semelhantes às do Paraguai, no final da década de 2000 [2008], corrigindo os enormes atrasos existentes em 1990, quando aquele país apresentava taxas de mortalidade infantil e maternas, semelhantes aos países mais atrasados do mundo.

A maior evidência de que a ajuda oficial para o desenvolvimento tem um impacto forte sobre os indicadores ODM de característica emergencial, e pouca ou nenhuma relevância quando se trata de indicadores ODM não emergenciais, aparece na análise das tabelas 47, 48, 49 e 50 do apêndice. Elas trazem os 20 indicadores ODM da Bolívia e do Paraguai, considerados relevantes para a comparação.

No exame do resultado das tabelas 47 e 49, dos indicadores ODM relativos às questões mais emergenciais na questão da qualidade de vida, constata-se que o conjunto dos dez índices registra um avanço de 69,82% em relação às posições de 1990, enquanto o Paraguai assinala menos da metade disso, ou seja, 31,07%. Considerando que o ingresso de AOD da Bolívia foi praticamente seis vezes superior, pode se concluir que os resultados confirmam o forte impacto da ajuda externa sobre os índices emergenciais dos Objetivos do Milênio.

Quando se busca este mesmo impacto no conjunto de indicadores considerados não emergenciais, reunidos nas tabelas 48 e 50, tem-se uma surpresa: a evolução dos índices é desfavorável à Bolívia. O Paraguai registrou um desempenho melhor, no conjunto desses indicadores, indicando um avanço 26,03%, em relação aos 24,72% alcançados pela Bolívia. Infere-se do resultado, que as ajudas externas não tiveram influência sobre o comportamento desses indicadores nos dois países.

Pode se concluir, portanto, com base nas diversas situações analisadas, que se confirma a hipótese de que os recursos da AOD, recebidos pelos países da América do Sul, no período de 1990 a 2008, são importantes para a melhoria dos índices dos Objetivos do Milênio, considerados emergenciais e que as ajudas externas não têm relevância e são supérfluas para acelerar os índices dos ODM, de característica não emergencial.

Encerro o trabalho em sintonia com as conclusões do diplomata Paulo Roberto de Almeida, de que “o excesso de ajuda pode prejudicar o processo de desenvolvimento, ao tornar o país dependente da assistência externa, quando ele deveria estar buscando suas próprias fontes de crescimento num ciclo autogerado de investimento produtivo”. (ALMEIDA, 2010)

As conclusões alinham-se ainda com os termos do Projeto do Milênio, de que as ajudas oficiais para o desenvolvimento são úteis, se canalizadas para os países que

verdadeiramente necessitam dela para combater a pobreza extrema, a fome, e promover o acesso a condições básicas de saúde, à água potável e ao saneamento.

E que, a partir da superação da pobreza extrema, o melhor investimento de ajuda aos países em desenvolvimento está na melhoria das condições do comércio internacional e na facilitação do acesso de seus produtos aos altos mercados de consumo, por meio da retirada das tarifas e dos subsídios que distorcem o comércio internacional, como previsto nas metas do oitavo Objetivo do Milênio.

Neste ponto, coloca-se em pauta a Rodada de Doha e a responsabilidade do G20¹⁴ na articulação dos acordos sobre as questões controversas pendentes. Um acordo em Doha permitiria acabar ao mesmo tempo com os subsídios agrícolas existentes nos países industrializados, e a proteção aos mercados, pela eliminação das tarifas de importação, promovendo a integração dos países pobres ao sistema de comércio global.

¹⁴ Existe o G20 que une países desenvolvidos e outros em desenvolvimento para falar de economia. Ele é chamado de G20 financeiro. Outro grupo de países, formado apenas por nações emergentes (mais de 20, na realidade), também se denomina G20. Ele foi batizado pela imprensa de G20 comercial, já que seu foco são as relações comerciais entre países ricos e emergentes. O G20 comercial nasceu em 2003, numa reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Cancún, no México. Liderado pelo Brasil, o grupo procura defender os interesses agrícolas dos países em desenvolvimento diante das nações ricas, que fazem uso de subsídios para sustentar a sua produção. (<http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/g20.shtml>).

CONCLUSÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela comunidade internacional na entrada do século XXI, representam um olhar e um propósito da humanidade para o futuro, onde os temas globais de caráter social e ambiental podem ser abordados pelas nações, não apenas sob a ótica dos interesses e do poder, mas também pelo consenso racional e da cooperação para o desenvolvimento e o bem estar de todos.

Os resultados alcançados desde o início do engajamento internacional em busca de avanços nos ODM mostram o valor da definição de objetivos, metas e de indicadores, para a mobilização do compromisso político e da conscientização popular em torno de causas comuns e de ação coordenada, para a melhoria da qualidade de vida das populações, pela erradicação da pobreza, pelo acesso às oportunidades de educação, à proteção à saúde e a qualidade do meio ambiente.

Estas conquistas levam à responsabilidade da superação dos desafios que se apresentaram ao longo do caminho, tanto no âmbito interno, em que os países pobres são movidos a acreditar mais em suas próprias forças e ativos sociais presentes, para mobilizar a sociedade e melhorar as políticas públicas, como no âmbito da cooperação internacional, onde os países desenvolvidos são desafiados a encontrar formas mais eficazes para a destinação das doações.

Neste domínio, o trabalho analisou o descompasso verificado entre a importância e os limites das ajudas oficiais para o desenvolvimento, que alguns consideram como ferramenta essencial para alcançar os Objetivos do Milênio, e outros, como muleta de ajuda, que pode até prejudicar o processo de desenvolvimento e tornar o país dependente da assistência externa, inibindo a energia da buscar forças próprias para promover o crescimento da economia.

As conclusões levam a considerar que as ajudas as AOD, no modelo atual, são supérfluas para promover avanços nacionais, em relação aos ODM, em países que já atingiram um nível básico de atendimento da população, em capital humano e

infra-estrutura básica, ou seja, que não têm mais necessidades emergenciais relevantes nos setores da pobreza extrema, da fome e da saúde.

Indicam, no entanto, que as ajudas oficiais para o desenvolvimento têm efetivamente um papel importante na ajuda aos países que se encontram em situação emergencial nessas áreas, e não conseguem formar capital humano e construir a infra-estrutura para a proteção social básica à população.

Estas conclusões não levam a minimizar o valor da parceria internacional instituída pelo oitavo ODM. Ao contrário, apontam para a necessidade da mudança do modelo de cooperação atual, e seu alinhamento aos instrumentos propostos nas próprias metas, que prevêm o desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, com base em normas previsíveis e sem discriminação.

A conclusão é que o atual modelo de ajuda oficial para o desenvolvimento é eficaz apenas para a solução de situações emergenciais e que não é eficaz para acelerar os demais índices dos Objetivos do Milênio, que tem caráter mais estruturante.

Os esforços da comunidade internacional, na ajuda aos países em desenvolvimento obteriam, portanto, melhores resultados, avançando mais no cumprimento das metas do oitavo Objetivo do Milênio que tratam da retirada das tarifas e dos subsídios que distorcem os preços de mercado, da melhoria das condições do comércio internacional e da facilitação do acesso dos produtos dos países pobres aos grandes centros de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Falência da assistência oficial ao desenvolvimento**. 2010. Disponível em:
<http://economia.ig.com.br/falencia+da+assistencia+oficial+ao+desenvolvimento/n1237604726706.html> [Acesso em 20/03/2011]

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais. A Década das Conferências**. Brasília. IBRI, 2001.

AMARAL JR, Alberto de. **Direito Internacional e Desenvolvimento**. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.manole.com.br/loja/produto-183996-3840-direito_internacional_e_desenvolvimento [Acesso em: 14/03/2011].

ARGENTINA. **Objetivos de Desarrollo Del Milenio**. Rendición de Cuentas, 2010. Disponível em:
http://www.politicassociales.gov.ar/odm/pdf/informe_de_avance_2010.pdf. [Acesso em 05/03/2011]

BANCO MUNDIAL. **Dados Estatísticos**. Disponível em:
<http://datos.bancomundial.org/indicador/SL.UEM.TOTL.ZS/countries>. [Acesso em 05/03/2011].

BOLÍVIA. **Objetivos de Desarrollo Del Milenio em Bolívia – Quinto Informe de Progreso**, 2008. Disponível em: <http://www.udape.gob.bo/>. [Acesso em: 05/03/2011].

BOLÍVIA. **Boletín sobre El estado de Desarrollo Humano em Bolivia**. 2010. Disponível em: <http://www.udape.gob.bo/boletinesODM/bolivia1.pdf> [Acesso em: 17/03/2011]

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Rodada de Doha**. Disponível em:
<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=373> [Acesso em 20/03/2011]

CEPAL. **Crescer com Estabilidade. O financiamento do desenvolvimento no novo contexto internacional**. Rio de Janeiro, 2002.

CEPAL. **Rumo ao Objetivo do Milênio de Reduzir a Pobreza na América Latina e o Caribe**, Chile, 2003. Disponível em:
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/12728/lcg2188p.pdf>. [Acesso em: 08/03/2011].

CEPAL. **Objetivos de Desarrollo Del Milenio** – Uma Mirada desde America Latina y el Caribe. Chile, 2005.

CEPAL. **Objetivos de Desarrollo Del Milenio** – El progreso de América Latina y El Caribe hacia los Objetivos de Desarrollo Del Milenio. Desafíos para lograrlos com Igualdad. Chile, 2010.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Chile, 2009. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/37859/P37859.xml&xsl=/dds/tpl-p/p9f.xsl> [Acesso em: 15/02/2011]

CHILE. **Objetivos de Desarrollo Del Milenio**, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.cl/odm/tercer-informe/Tercer%20Informe%20Nacional%20ODM%20Chile%202010.pdf> [Acesso em 20/02/2011]

COLOMBIA. **Los Objetivos de Desarrollo Del Milenio**. 2008. Disponível em: http://www.eclac.cl/MDG/noticias/paginas/2/35552/Colombia_2008.pdf [Acesso em: 01/03/2011]

DORN, James A. **A visão liberal de Lord Bauer**. 2008. Disponível em: <http://www.ordemlivre.org/node/144> [Acesso em: 25/03/2011]

EASTERLY, William. **The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good**. New York. 2007.

EQUADOR. **II Informe Nacional de los Objetivos de Desarrollo Del Milenio**. Disponível em: http://www.undp.org/ec/odm/II_INFORME_NACIONAL.pdf . [Acesso em: 05/03/2011].

EUROPA. **Consenso Europeu. A aplicação prática do Consenso de Monterrey**. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/r12544_pt.htm. [Acesso em 10/03/2011]

IPC –INTERNATIONAL POLICY CENTER FOR INCLUSIVE GROWTH. **Rumo a um conceito de sustentabilidade da dívida consistente com os ODM**. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager87.pdf> [Acesso em: 20/03/2011]

IPEA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf [Acesso em: 17/03/2011]

NAÇÕES UNIDAS. **Direitos Humanos**. Disponível em :
http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/milenio/onu_declaracao_do_milenio.pdf. [Acesso em: 13/01/ 2011]

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. 1992. [Disponível em:
<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>. [Acesso em: 12/01/ 2011].

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Istambul**. 1996. Disponível em:
<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/moradia-adequada-1/declaracao-de-istambul-sobre-assentamentos-humanos>. [Acesso em 13/01/2011].

NAÇÕES UNIDAS. **Indicadores ODM**. Disponível em:
<http://millenniumindicators.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>. [Acesso em 03/02/ 2011].

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH**. 2003.
Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr03-summary-POR.pdf> . [Acesso em 14/02/2011].

NAÇÕES UNIDAS. **Consenso de Monterrey**. 2005. Disponível em:
<http://www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf> [Acesso em 14/03/2011].

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs**, Brasília, FUNAG, 1999.

PARAGUAI. **Objetivos de Desarrollo Del Milenio – Informe de Paraguay, 2005**.
Disponível em: <http://www.undp.org/py/rc/ODMPY2005.pdf>. [Acesso em: 05/03/2011]

PERU. **Evolución de los Indicadores de los Objetivos de Desarrollo Del Milenio al 2008**. Disponível em:
http://www.eclac.cl/MDG/noticias/paginas/2/35552/Peru_2008.pdf. [Acesso em: 05/03/2011]

PNUD. **Projeto do Milênio**. 2005. [Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>]. [Acesso em: 14/01/2011].

PNUD. **Relatórios dos Países**. Disponível em:
<http://www.undp.org/spanish/mdgsp/informesODM.htm>. [Acesso em: 10/02/2011]

PNUD. **Introdução aos ODM**. Disponível em:
[ttp://www.pnud.org.br/odm/index.php#](http://www.pnud.org.br/odm/index.php#) [Acesso em: 15/01/2011]

TONI, Ana. **A trajetória da cooperação internacional no Brasil**. 2010. Disponível em:

<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=596&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc> [Acesso em: 14/03/2011]

URUGUAI. Objetivos de Desarrollo Del Milenio. Buenas Prácticas para El Logo de los ODM. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/mdg/noticias/paginas/2/35552/P35552.xml&xsl=/mdg/tpl/p18f-st.xsl&base=/mdg/tpl/top-bottom.xsl>. [Acesso em: 15/03/2011]

VENEZUELA. Cumpliendo las Metas Del Milenio, 2010. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/mdg/noticias/paginas/2/35552/P35552.xml&xsl=/mdg/tpl/p18f-st.xsl&base=/mdg/tpl/top-bottom.xsl>. [Acesso em 15/03/2011]

APÊNDICE

APÊNDICE

Resultados alcançados pelos países da América do Sul no período de 1990 a 2010.

(Os índices calculados indicam a evolução/declínio da última série numérica, em relação à primeira)

Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

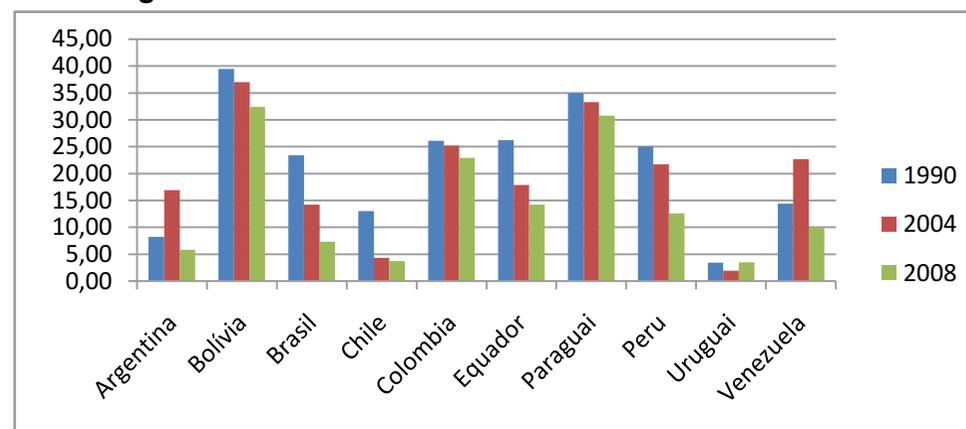
Meta 1A - Reduzir pela metade o percentual da população com renda inferior a um dólar PPC por dia

Indicador 1.1 - Parte da população que ganha menos de 1(um) dólar PPC por dia. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 01

	1990	2004	2008	Avanços %
Argentina	8,20	16,90	5,80	41,38
Bolívia	39,50	37,00	32,40	21,91
Brasil	23,40	14,20	7,30	220,55
Chile	13,00	4,30	3,70	251,35
Colombia	26,10	25,20	22,90	13,97
Equador	26,20	17,90	14,20	84,51
Paraguai	35,00	33,30	30,80	13,64
Peru	25,00	21,70	12,60	98,41
Uruguai	3,40	1,90	3,50	-2,86
Venezuela	14,40	22,70	9,90	45,45

Figura 01



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

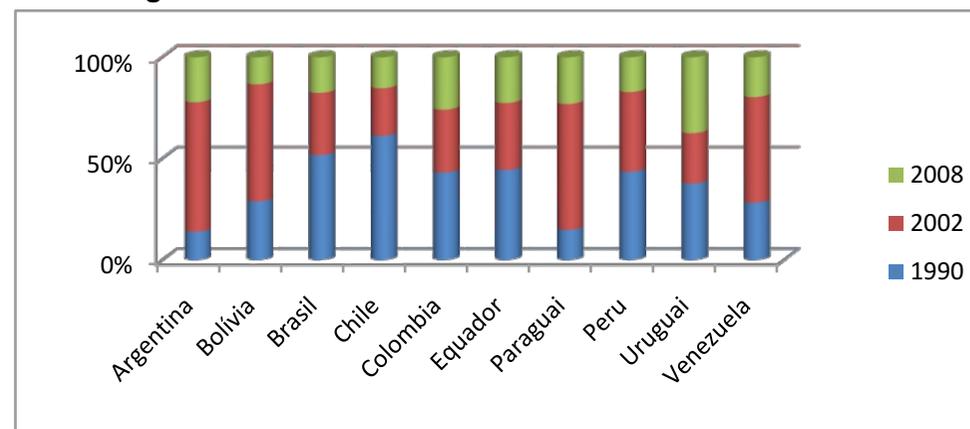
Meta 1A - Reduzir pela metade o percentual da população com renda inferior a um dólar PPC por dia.

Indicador 1.2 - Índice do hiato de pobreza (incidência x grau de pobreza). Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 02

	1990	2002	2008	Avanços %
Argentina	1,60	7,50	2,60	-38,46
Bolívia	9,70	19,50	4,50	115,56
Brasil	9,70	5,80	3,30	193,94
Chile	4,40	1,70	1,10	300,00
Colômbia	13,80	10,00	8,30	66,27
Equador	9,20	6,90	4,70	95,74
Paraguai	3,60	15,40	5,70	-36,84
Peru	10,10	9,20	4,00	152,50
Uruguai	0,90	0,60	0,90	0,00
Venezuela	5,00	9,30	3,50	42,86

Figura 02



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

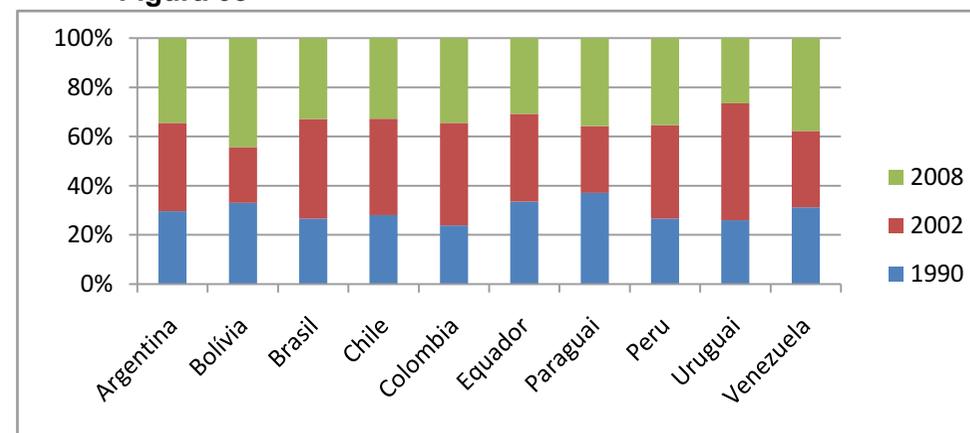
Meta 1A - Reduzir pela metade o percentual da população com renda inferior a um dólar PPC por dia.

Indicador 1.3 - Participação dos 20% mais pobres da população no consumo nacional. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 03

	1990	2002	2008	Avanços %
Argentina	4,20	5,10	4,90	16,67
Bolívia	3,20	2,20	4,30	34,38
Brasil	2,10	3,20	2,60	23,81
Chile	3,50	4,90	4,10	17,14
Colômbia	2,00	3,50	2,90	45,00
Equador	4,80	5,10	4,40	-8,33
Paraguai	5,20	3,80	5,00	-3,85
Peru	3,00	4,30	4,00	33,33
Uruguai	4,80	8,80	4,90	2,08
Venezuela	4,30	4,30	5,20	20,93

Figura 03



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

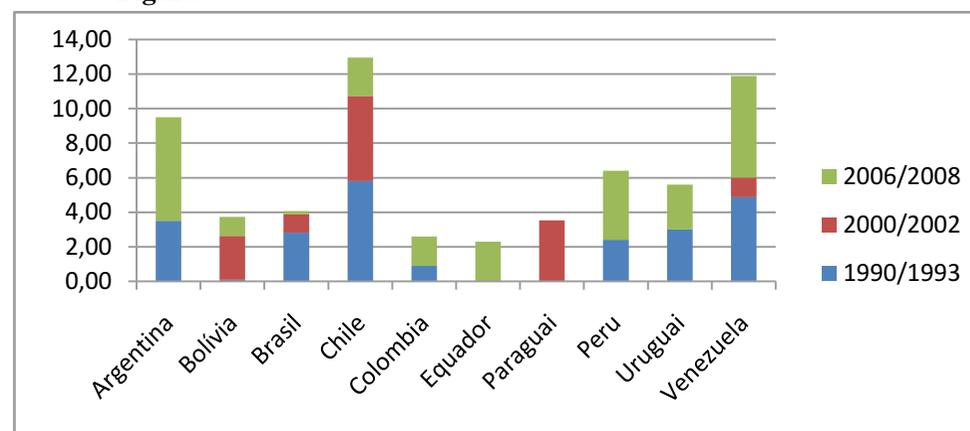
Meta 1B - Alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.

Indicador 1.4 - Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 04

	1990/1993	2000/2002	2006/2008	Avanços %
Argentina	3,50		6,00	71,43
Bolívia	0,10	2,53	1,10	1000,00
Brasil	2,82	1,06	0,18	-93,62
Chile	5,80	4,94	2,21	-61,90
Colombia	0,90		1,70	88,89
Equador			2,30	
Paraguai		3,52		
Peru	2,40		4,00	66,67
Uruguai	3,00		2,60	-13,33
Venezuela	4,87	1,15	5,88	20,74

Figura 04



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

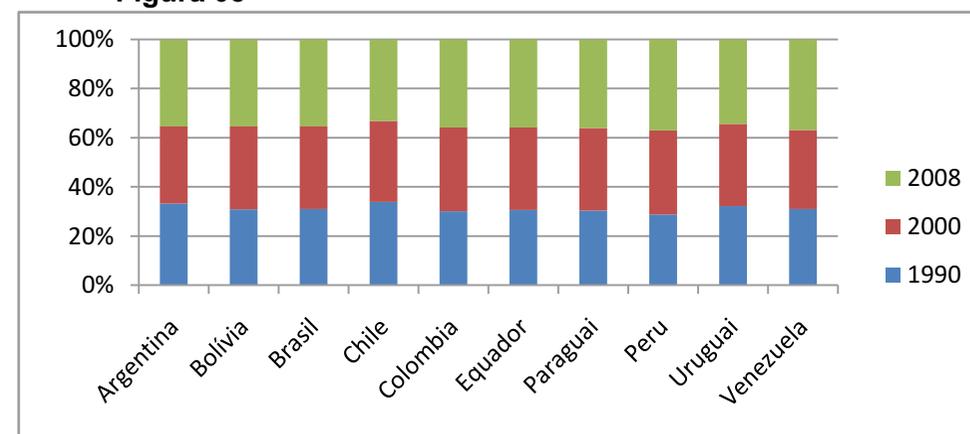
Meta 1B - Alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.

Indicador 1.5 - Relação entre emprego e população (percentagem) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 05

	1990	2000	2008	Avanços %
Argentina	53,00	50,00	56,50	6,60
Bolívia	61,40	67,20	70,70	15,15
Brasil	55,70	60,60	63,90	14,72
Chile	50,60	49,30	49,60	-1,98
Colombia	52,10	58,90	62,00	19,00
Equador	51,60	56,50	60,50	17,25
Paraguai	61,10	67,70	72,80	19,15
Peru	53,40	63,60	68,80	28,84
Uruguai	52,70	54,70	56,40	7,02
Venezuela	51,41	53,60	61,30	19,24

Figura 05



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

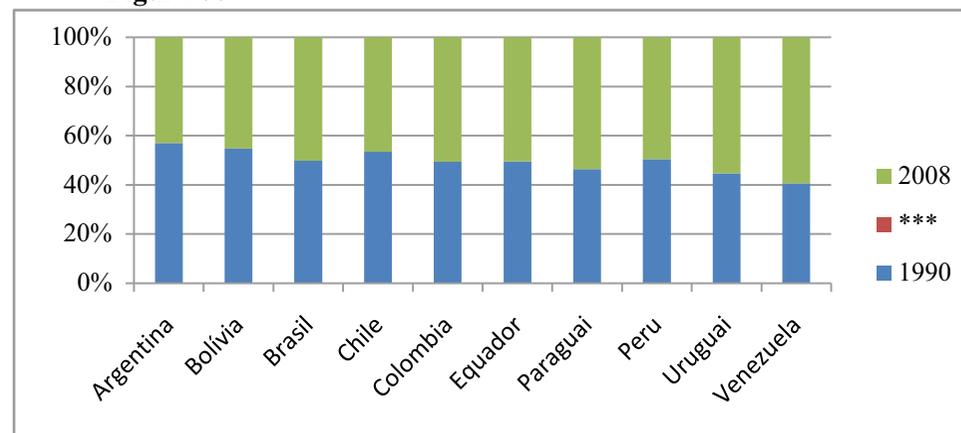
Meta 1B - Alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.

Indicador 1.7 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta ou em empresa familiar - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 06

	1990	***	2008	Avanços %
Argentina	25,60		19,30	-24,61
Bolívia	43,70		36,00	-17,62
Brasil	28,90		29,10	0,69
Chile	24,50		21,30	-13,06
Colômbia	44,60		45,60	2,24
Equador	35,60		36,20	1,69
Paraguai	22,90		26,40	15,28
Peru	52,40		51,40	-1,91
Uruguai	20,10		24,90	23,88
Venezuela	25,70		37,50	45,91

Figura 06



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

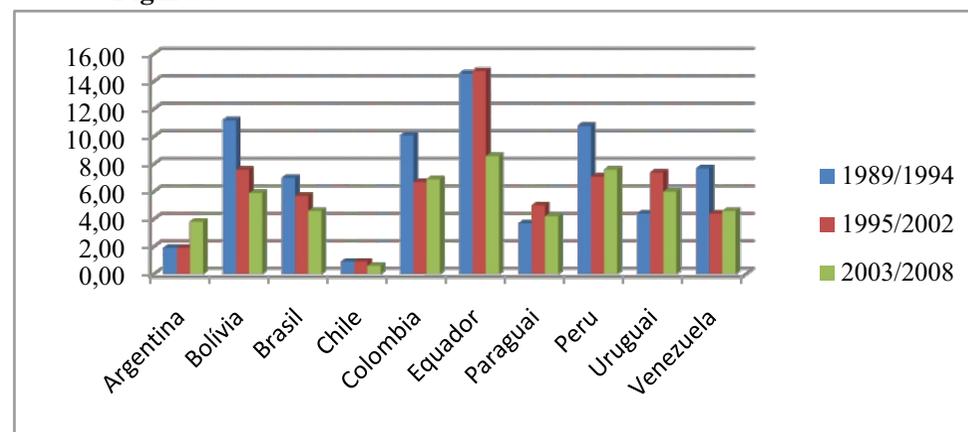
Meta 1C - Reduzir, entre 1990 e 2015, pela metade a proporção da população que sofre de fome.

Indicador 1.8 - Percentual de crianças com menos de 5 (cinco)anos, com peso abaixo do normal. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 07

	1989/1994	1995/2002	2003/2008	Avanços %
Argentina	1,90	1,90	3,80	-50,00
Bolívia	11,20	7,60	5,90	89,83
Brasil	7,00	5,70	4,60	52,17
Chile	0,90	0,90	0,60	50,00
Colômbia	10,10	6,70	6,90	46,38
Equador	14,60	14,80	8,60	69,77
Paraguai	3,70	5,00	4,20	-11,90
Peru	10,80	7,10	7,60	42,11
Uruguai	4,40	7,40	6,00	-26,67
Venezuela	7,70	4,40	4,60	67,39

Figura 07



Objetivo 01 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

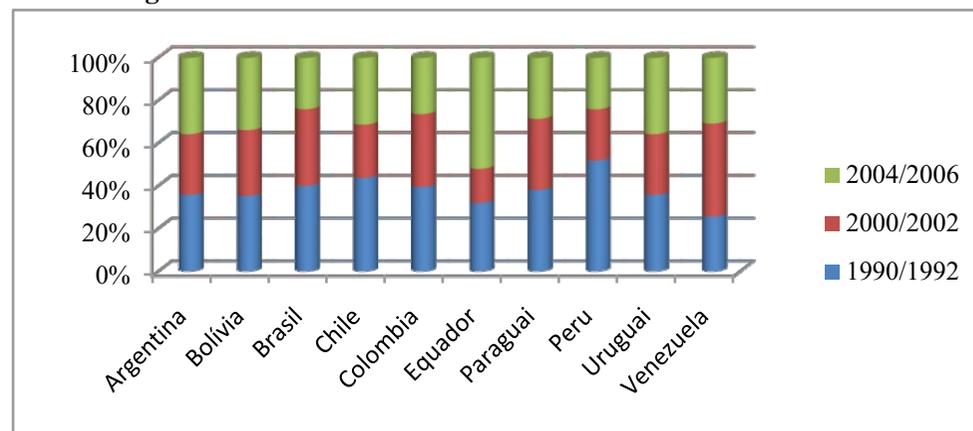
Meta 1C - Reduzir, entre 1990 e 2015, pela metade a proporção da população que sofre de fome.

Indicador 1.9 - Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo de calorias. - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 08

	1990/1992	2000/2002	2004/2006	Avanços %
Argentina	5,00	4,00	5,00	0,00
Bolívia	24,00	21,00	23,00	4,35
Brasil	10,00	9,00	6,00	66,67
Chile	7,00	4,00	5,00	40,00
Colombia	15,00	13,00	10,00	50,00
Equador	8,00	4,00	13,00	-38,46
Paraguai	16,00	14,00	12,00	33,33
Peru	28,00	13,00	13,00	115,38
Uruguai	5,00	4,00	5,00	0,00
Venezuela	10,00	17,00	12,00	-16,67

Figura 08



Objetivo 02 - Atingir o ensino básico universal

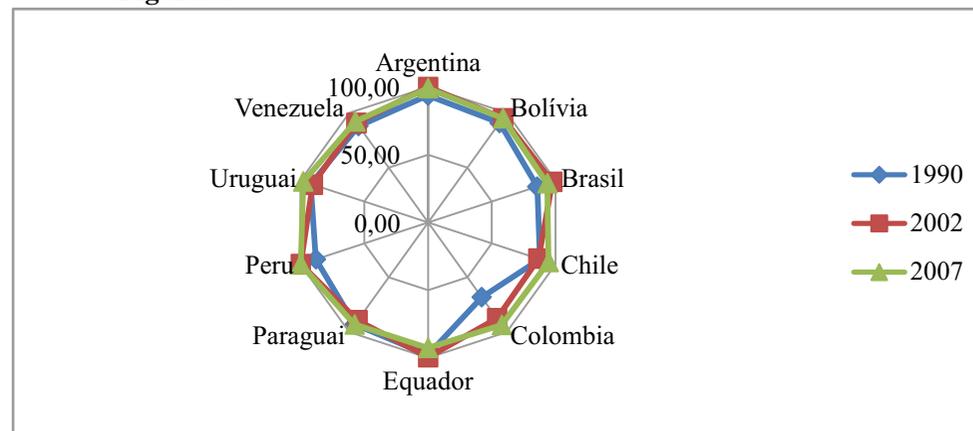
Meta 2A - Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino básico.

Indicador 2.1 - Taxa líquida de matrícula no ensino primário. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 09

	1990	2002	2007	Avanços %
Argentina	93,80	100,00	99,10	5,65
Bolívia	90,80	95,10	95,00	4,63
Brasil	85,60	97,30	93,50	9,23
Chile	87,70	86,50	94,50	7,75
Colombia	68,10	87,40	93,50	37,30
Equador	97,80	99,50	92,60	-5,32
Paraguai	92,80	89,30	93,10	0,32
Peru	87,80	99,70	99,70	13,55
Uruguai	91,90	90,40	97,80	6,42
Venezuela	88,10	90,80	92,10	4,54

Figura 09



Objetivo 02 - Atingir o ensino básico universal

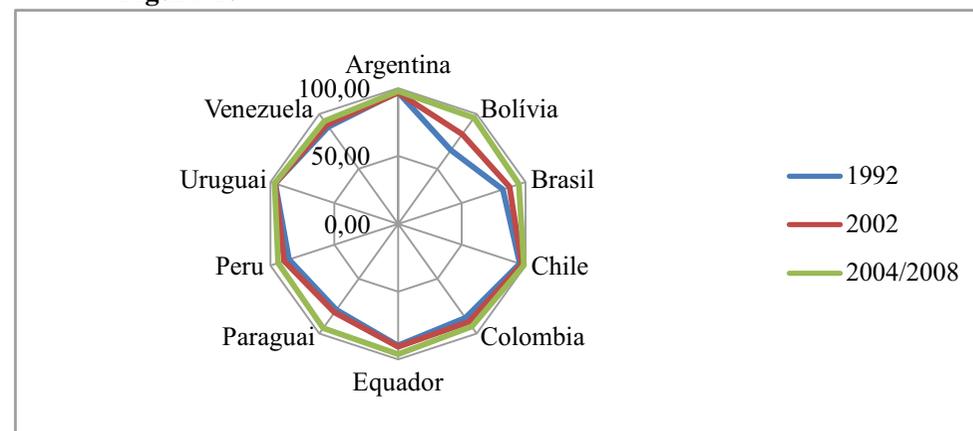
Meta 2A - Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino básico.

Indicador 2.2 - Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano escolar. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 10

	1992	2002	2004/2008	Avanços %
Argentina	97,10	96,60	97,80	0,72
Bolívia	67,10	81,60	96,40	43,67
Brasil	82,20	87,60	94,70	15,21
Chile	95,50	97,00	98,70	3,35
Colombia	85,60	89,70	93,60	9,35
Equador	89,80	90,80	96,20	7,13
Paraguai	78,30	80,80	95,00	21,33
Peru	85,40	89,40	93,90	9,95
Uruguai	96,20	96,30	96,70	0,52
Venezuela	88,30	90,20	93,50	5,89

Figura 10



Objetivo 02 - Atingir o ensino básico universal

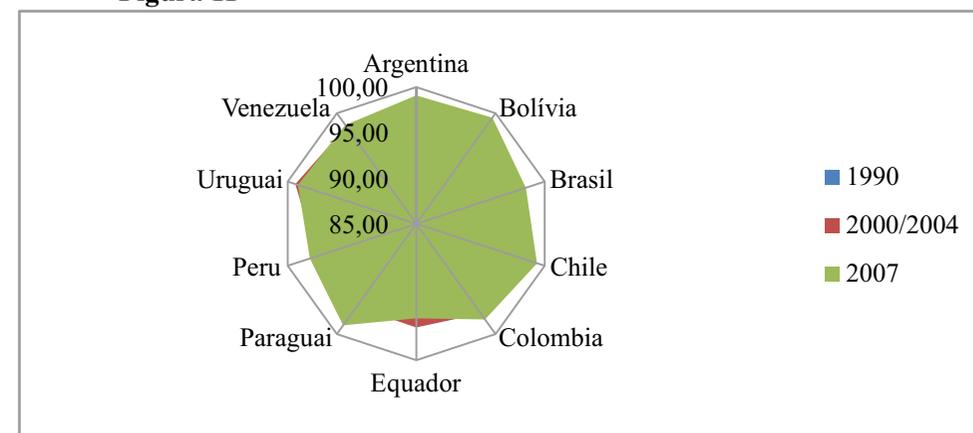
Meta 2A - Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino básico.

Indicador 2.3 - Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos, mulheres e homens. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 11

	1990	2000/2004	2007	Avanços %
Argentina	98,20	98,60	99,10	0,92
Bolívia	92,06	97,30	99,40	7,97
Brasil	91,80	94,20	97,80	6,54
Chile	98,10	99,00	99,10	1,02
Colombia	90,50	97,20	98,00	8,29
Equador	95,50	96,40	95,40	-0,10
Paraguai	95,60	96,30	98,80	3,35
Peru	94,50	96,60	97,40	3,07
Uruguai	98,70	99,10	98,80	0,10
Venezuela	95,40	98,20	98,40	3,14

Figura 11



Objetivo 03 - Promover a equidade de gênero e a autonomia das mulheres

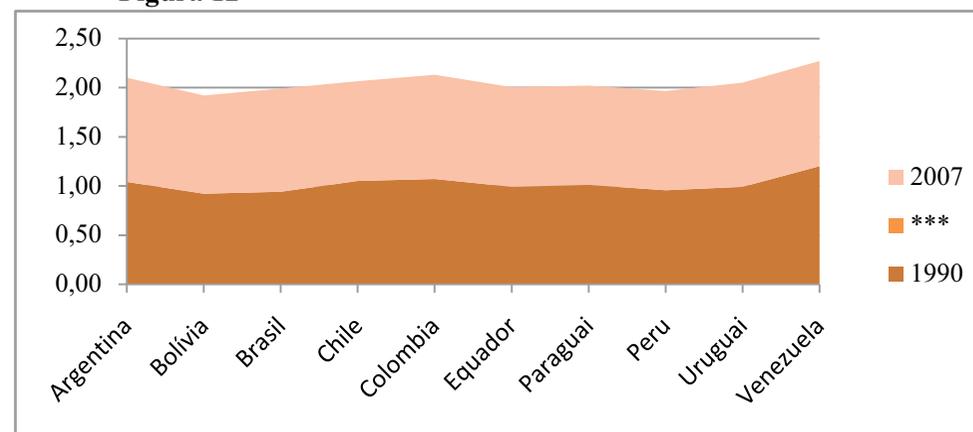
Meta 3A - Eliminar as desigualdades entre os gêneros em todos os níveis de ensino, até 2015.

Indicador 3.1 - Razão entre meninas/meninos no ensino básico e médio. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 12

	1990	***	2007	Avanços%
Argentina	1,04		1,06	1,92
Bolívia	0,92		1,00	8,70
Brasil	0,94		1,05	11,70
Chile	1,05		1,02	-3,33
Colombia	1,07		1,06	-0,93
Equador	0,99		1,02	2,53
Paraguai	1,01		1,01	0,00
Peru	0,96		1,01	5,76
Uruguai	0,99		1,06	7,07
Venezuela	1,20		1,07	-10,83

Figura 12



Objetivo 03 - Promover a equidade de gênero e a autonomia das mulheres

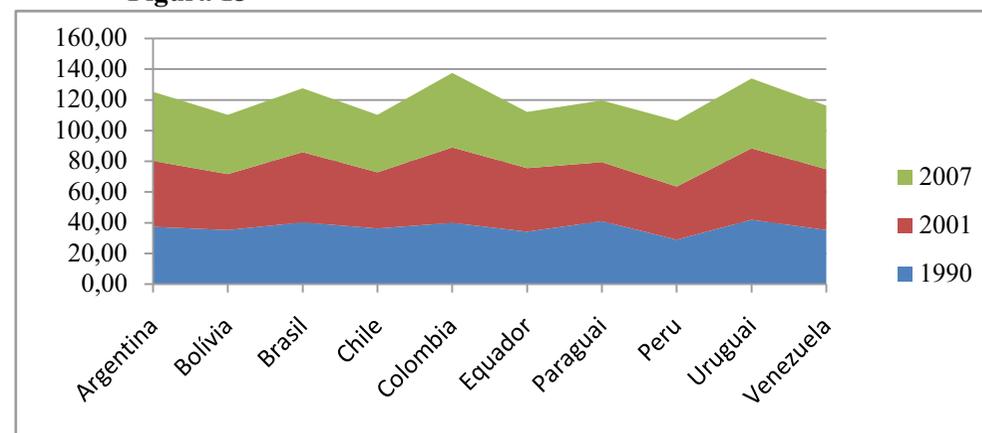
Meta 3A - Eliminar as desigualdades entre os gêneros em todos os níveis de ensino, até 2015.

Indicador 3.2 - Proporção de mulheres entre os assalariados no setor não-agrícola. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 13

	1990	2001	2007	Avanços %
Argentina	37,30	42,90	45,00	20,64
Bolívia	35,20	36,40	38,60	9,66
Brasil	40,20	45,70	41,60	3,48
Chile	36,20	36,60	37,40	3,31
Colombia	39,90	49,10	48,50	21,55
Equador	34,10	41,40	36,60	7,33
Paraguai	41,00	38,40	40,20	-1,95
Peru	28,90	34,60	42,90	48,44
Uruguai	41,90	46,50	45,50	8,59
Venezuela	35,20	39,60	41,40	17,61

Figura 13



Objetivo 03 - Promover a equidade de gênero e a autonomia das mulheres

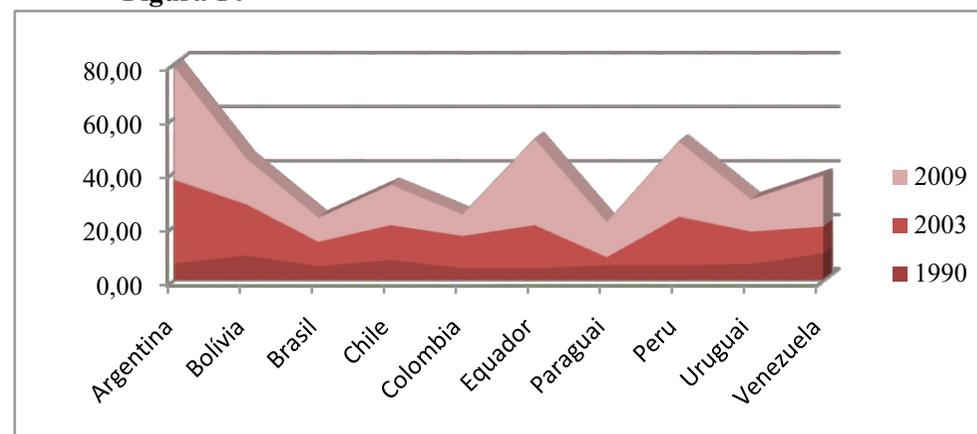
Meta 3A - Eliminar as desigualdades entre os gêneros em todos os níveis de ensino, até 2015.

Indicador 3.3 - Proporção de postos ocupados por mulheres no parlamento nacional. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 14

	1990	2003	2009	Avanços %
Argentina	6,30	31,00	42,00	566,67
Bolívia	9,20	19,00	17,00	84,78
Brasil	5,30	9,00	9,00	69,81
Chile	7,50	13,00	15,00	100,00
Colombia	4,50	12,00	8,00	77,78
Equador	4,50	16,00	32,00	611,11
Paraguai	5,60	3,00	13,00	132,14
Peru	5,60	18,00	28,00	400,00
Uruguai	6,10	12,00	12,00	96,72
Venezuela	10,00	10,00	19,00	90,00

Figura 14



Objetivo 04 - Reduzir a mortalidade na infância

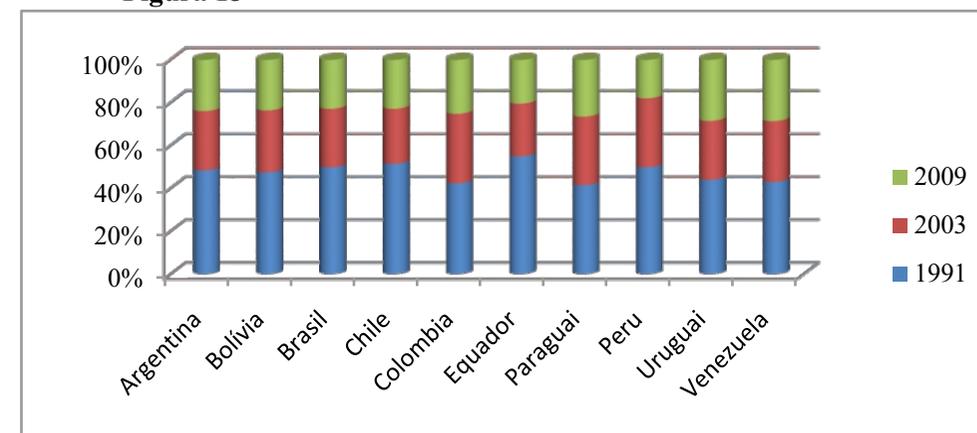
Meta 4A - Reduzir a mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos em dois terços, entre 1990 e 2015.

Indicador 4.1 - Taxa de mortalidade de crianças - de 5 (cinco) anos. (Em 1.000 nascidos vivos) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 15

	1991	2003	2009	Avanços %
Argentina	30,10	17,30	14,90	102,01
Bolívia	114,60	70,30	57,10	100,70
Brasil	60,10	33,10	27,60	117,75
Chile	19,10	9,60	8,50	124,71
Colombia	42,50	32,70	25,30	67,98
Equador	65,50	29,40	24,40	168,44
Paraguai	57,80	44,80	37,00	56,22
Peru	85,10	55,20	30,70	177,20
Uruguai	24,30	15,30	15,80	53,80
Venezuela	31,60	21,00	21,10	49,76

Figura 15



Objetivo 04 - Reduzir a mortalidade na infância

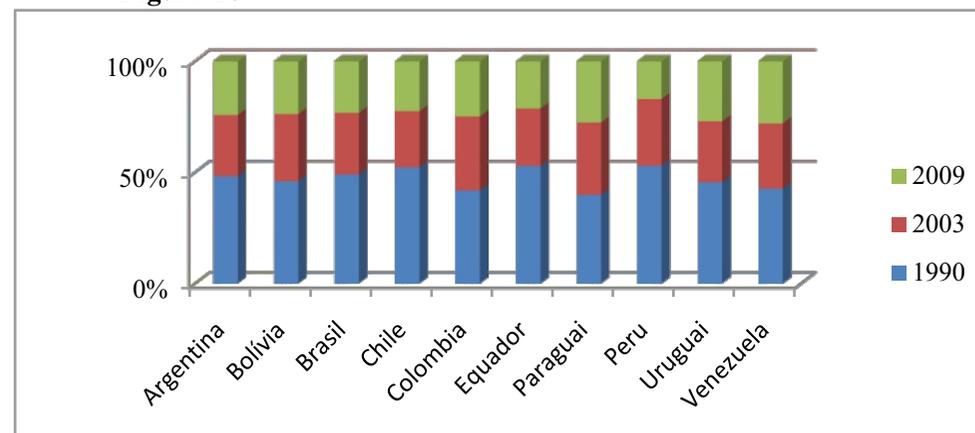
Meta 4A - Reduzir a mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos em dois terços, entre 1990 e 2015.

Indicador 4.2 - Taxa de mortalidade infantil. (Em cada 1.000 nascidos vivos) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 16

	1990	2003	2009	Avanços %
Argentina	25,80	14,80	12,90	100,00
Bolívia	82,60	54,60	42,60	93,90
Brasil	47,50	27,00	22,50	111,11
Chile	16,30	7,90	7,00	132,86
Colombia	31,50	25,20	18,70	68,45
Equador	49,90	24,50	20,00	149,50
Paraguai	44,80	36,70	31,00	44,52
Peru	57,80	32,90	18,50	212,43
Uruguai	21,40	13,00	12,70	68,50
Venezuela	25,00	17,30	16,40	52,44

Figura 16



Objetivo 04 - Reduzir a mortalidade na infância

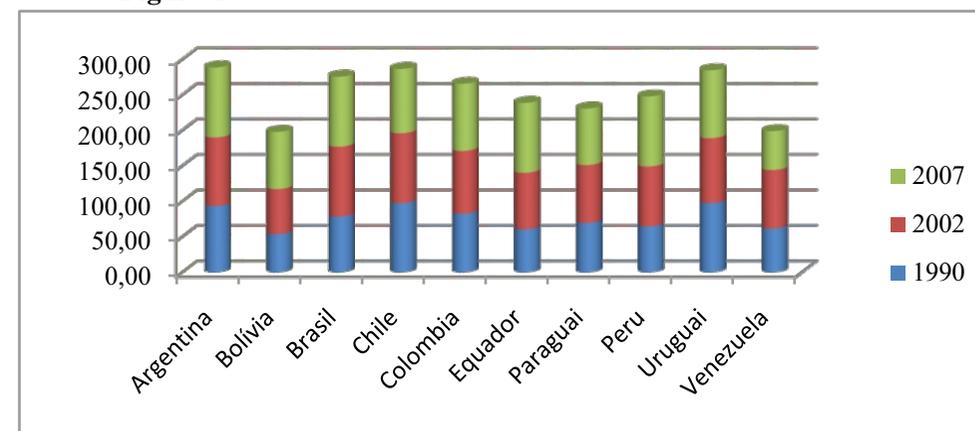
Meta 4A - Reduzir a mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos em dois terços, entre 1990 e 2015.

Indicador 4.3 - Proporção de crianças de 1 (um) ano, vacinadas contra o sarampo. - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 17

	1990	2002	2007	Avanços %
Argentina	93,00	97,00	99,00	6,45
Bolívia	53,00	64,00	81,00	52,83
Brasil	78,00	99,00	99,00	26,92
Chile	97,00	99,00	91,00	-6,19
Colombia	82,00	89,00	95,00	15,85
Equador	60,00	80,00	99,00	65,00
Paraguai	69,00	82,00	80,00	15,94
Peru	64,00	85,00	99,00	54,69
Uruguai	97,00	92,00	96,00	-1,03
Venezuela	61,00	83,00	55,00	-9,84

Figura 17



Objetivo 05 - Melhorar a saúde materna

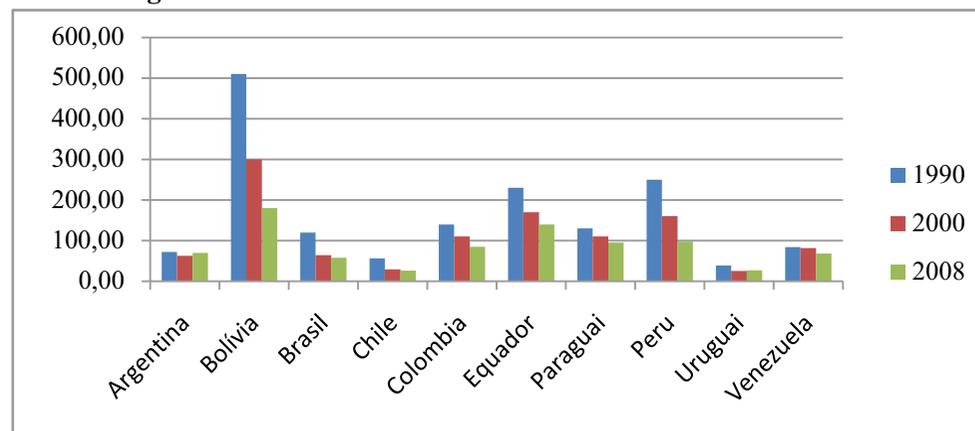
Meta 5A - Reduzir a mortalidade materna em três quartos, entre 1990 e 2015.

Indicador 5.1 - Taxa de mortalidade materna. (em 100.000 nascidos vivos) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 18

	1990	2000	2008	Avanços %
Argentina	72,00	63,00	70,00	2,86
Bolívia	510,00	300,00	180,00	183,33
Brasil	120,00	64,00	58,00	106,90
Chile	56,00	29,00	26,00	115,38
Colombia	140,00	110,00	85,00	64,71
Equador	230,00	170,00	140,00	64,29
Paraguai	130,00	110,00	95,00	36,84
Peru	250,00	160,00	98,00	155,10
Uruguai	39,00	25,00	27,00	44,44
Venezuela	84,00	82,00	68,00	23,53

Figura 18



Objetivo 05 - Melhorar a saúde materna

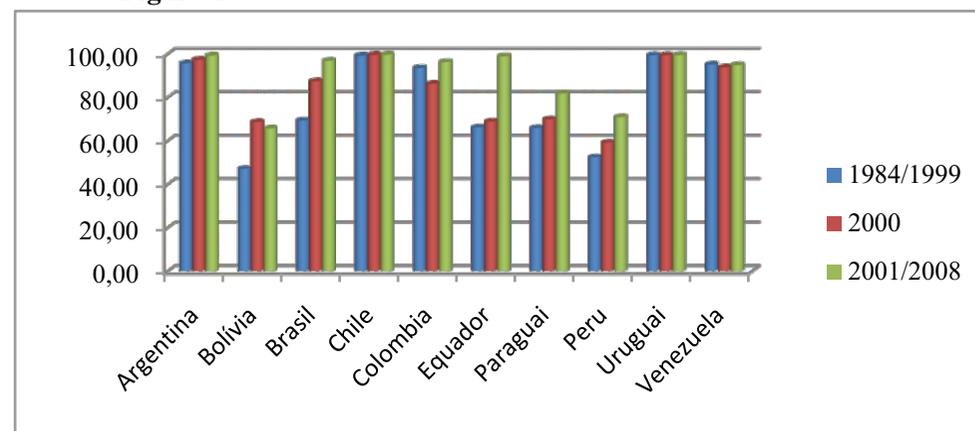
Meta 5A - Reduzir a mortalidade materna em três quartos, entre 1990 e 2015.

Indicador 5.2 - Proporção de partos assistidos por profissional de saúde. Fonte: Nações Unidas

Tabela 19

	1984/1999	2000	2001/2008	Avanços %
Argentina	95,80	97,50	99,40	3,76
Bolívia	47,20	68,80	65,80	39,41
Brasil	69,50	87,60	97,00	39,57
Chile	99,40	99,80	99,80	0,40
Colombia	93,70	86,40	96,40	2,88
Equador	66,30	69,00	99,10	49,47
Paraguai	66,00	70,00	81,90	24,09
Peru	52,50	59,30	71,00	35,24
Uruguai	99,60	99,60	99,60	0,00
Venezuela	95,30	94,00	95,00	-0,31

Figura 19



Objetivo 05 - Melhorar a saúde materna

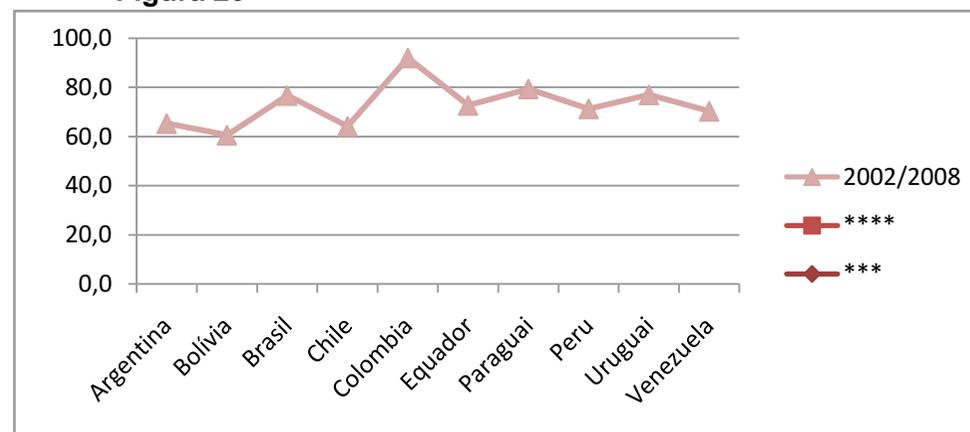
Meta 5B - Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva, até 2015.

Indicador 5.3 - Taxa de uso de anticoncepcionais entre mulheres casadas de 15 a 49 anos. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 20

	***	****	2002/2008	Avanços %
Argentina			65,30	
Bolívia			60,60	
Brasil			76,70	
Chile			64,20	
Colômbia			92,00	
Equador			72,70	
Paraguai			79,40	
Peru			71,30	
Uruguai			77,00	
Venezuela			70,30	

Figura 20



Objetivo 05 - Melhorar a saúde materna

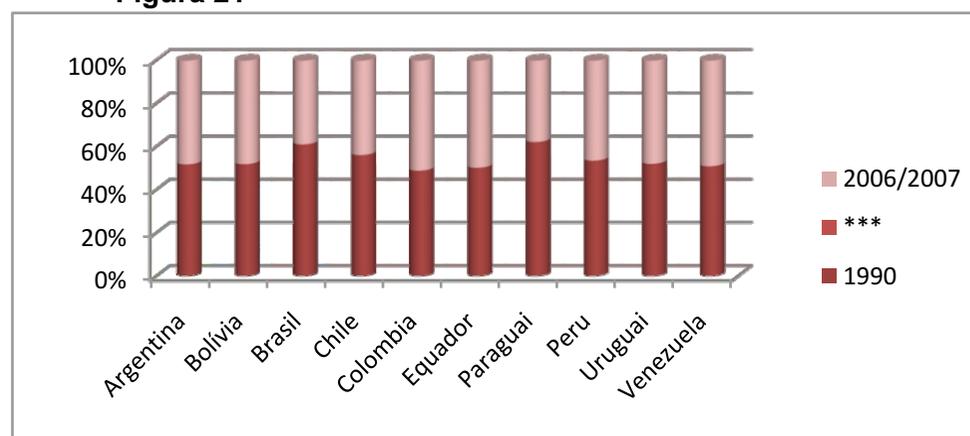
Meta 5B - Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva, até 2015.

Indicador 5.4 - Maternidade entre as adolescentes, por cada 1.000 mulheres. Fonte: Nações Unidas - CEPAL.

Tabela 21

	1990	***	2006/2007	Avanços %
Argentina	69,80		64,90	7,55
Bolívia	96,00		89,00	7,87
Brasil	88,00		56,00	57,14
Chile	64,80		50,60	28,06
Colômbia	92,00		96,20	-4,37
Equador	101,00		100,00	1,00
Paraguai	107,00		65,00	64,62
Peru	68,00		59,00	15,25
Uruguai	64,70		59,60	8,56
Venezuela	104,60		100,80	3,77

Figura 21



Objetivo 05 - Melhorar a saúde materna

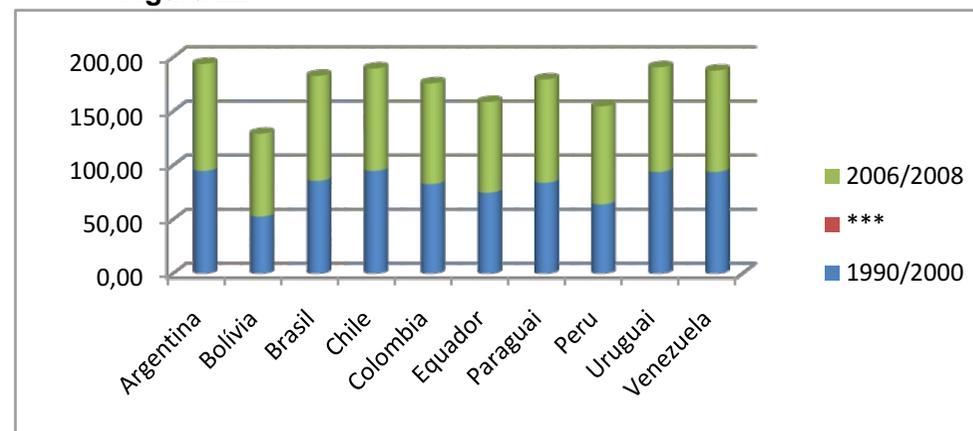
Meta 5B - Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva, até 2015.

Indicador 5.5 - Cuidados pré-natais - pelo menos uma consulta. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 22

	1990/2000	***	2006/2008	Avanços %
Argentina	95,00		99,20	4,42
Bolívia	52,50		77,00	46,67
Brasil	85,70		97,40	13,65
Chile	95,00		95,00	0,00
Colombia	82,70		93,50	13,06
Equador	74,70		84,20	12,72
Paraguai	83,90		96,00	14,42
Peru	63,90		91,00	42,41
Uruguai	94,00		97,10	3,30
Venezuela	94,00		94,10	0,11

Figura 22



Objetivo 05 - Melhorar a saúde materna

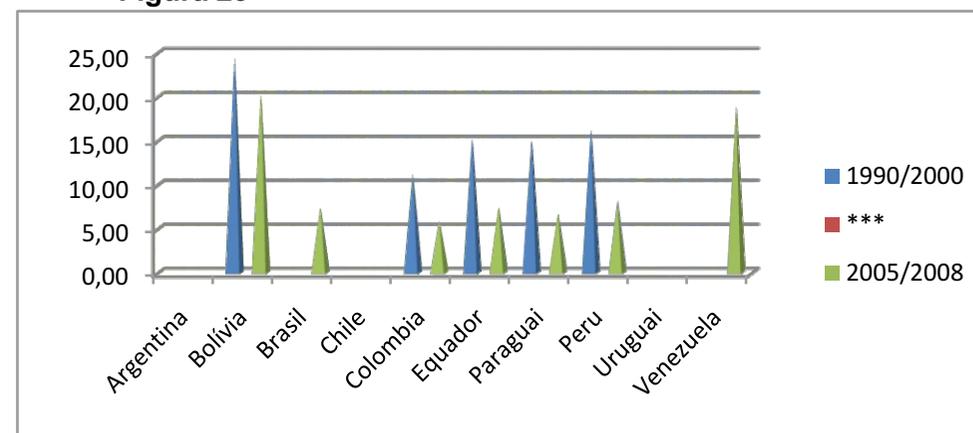
Meta 5B - Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva, até 2015.

Indicador 5.6 - Planejamento familiar - necessidades não atendidas satisfatoriamente. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 23

	1990/2000	***	2005/2008	Avanços %
Argentina				
Bolívia	24,30		20,20	20,30
Brasil			7,30	
Chile				
Colombia	11,10		5,80	91,38
Equador	15,20		7,40	105,41
Paraguai	15,00		6,60	127,27
Peru	16,20		8,10	100,00
Uruguai				
Venezuela			18,90	

Figura 23



Objetivo 06 - Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças

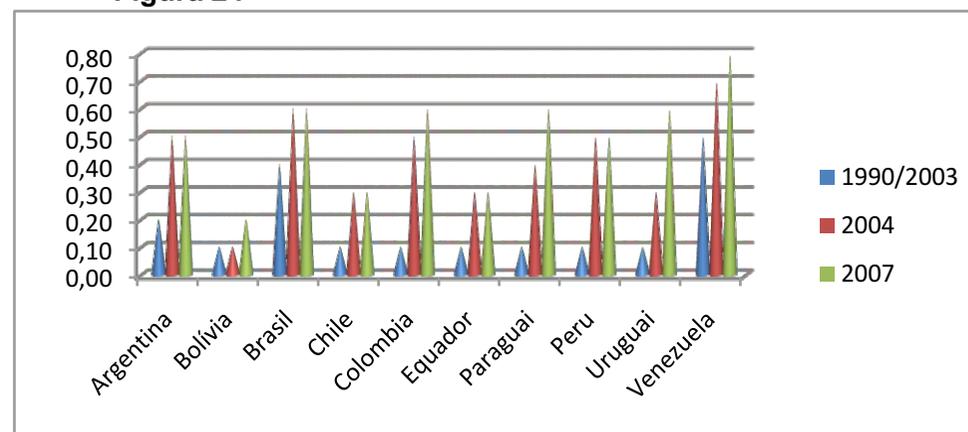
Meta 6A - Haver detido e começado a reduzir, até 2015, a propagação do HIV/Aids.

Indicador 6.1 - Taxa de homens e mulheres de 15 a 49 anos que vivem com HIV/Aids. Fonte: Nações Unidas

Tabela 24

	1990/2003	2004	2007	Avanços %
Argentina	0,20	0,50	0,50	-60,00
Bolívia	0,10	0,10	0,20	-50,00
Brasil	0,40	0,60	0,60	-33,33
Chile	0,10	0,30	0,30	-66,67
Colombia	0,10	0,50	0,60	-83,33
Equador	0,10	0,30	0,30	-66,67
Paraguai	0,10	0,40	0,60	-83,33
Peru	0,10	0,50	0,50	-80,00
Uruguai	0,10	0,30	0,60	-83,33
Venezuela	0,50	0,70	0,80	-37,50

Figura 24



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

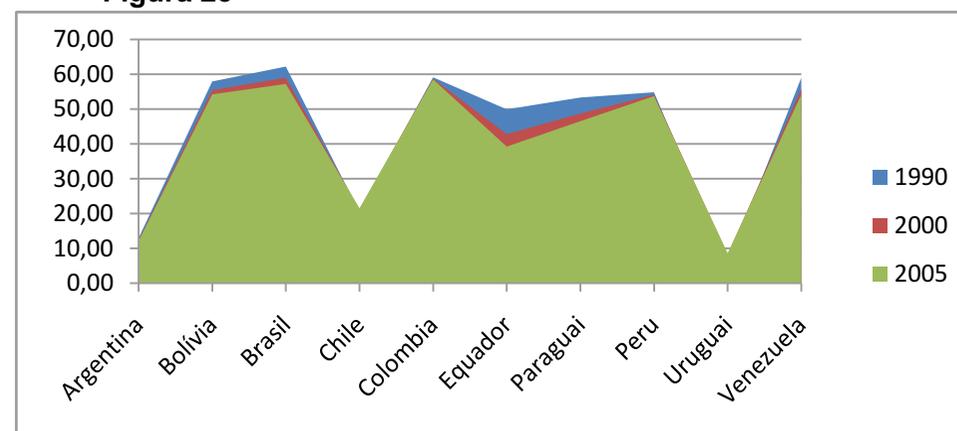
Meta 7A - Integrar desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais e reverter a perda ambiental.

Indicador 7.1 - Proporção da superfície terrestre coberta por bosques/ florestas. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 25

	1990	2000	2005	Avanços %
Argentina	12,90	12,30	12,10	-6,20
Bolívia	57,91	55,40	54,20	-6,41
Brasil	62,20	59,00	57,20	-8,04
Chile	20,40	21,10	21,50	5,39
Colombia	59,10	58,70	58,50	-1,02
Equador	49,90	42,80	39,20	-21,44
Paraguai	53,30	48,70	46,50	-12,76
Peru	54,81	54,10	53,70	-2,03
Uruguai	5,17	8,10	8,60	66,34
Venezuela	58,98	55,70	54,10	-8,27

Figura 25



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

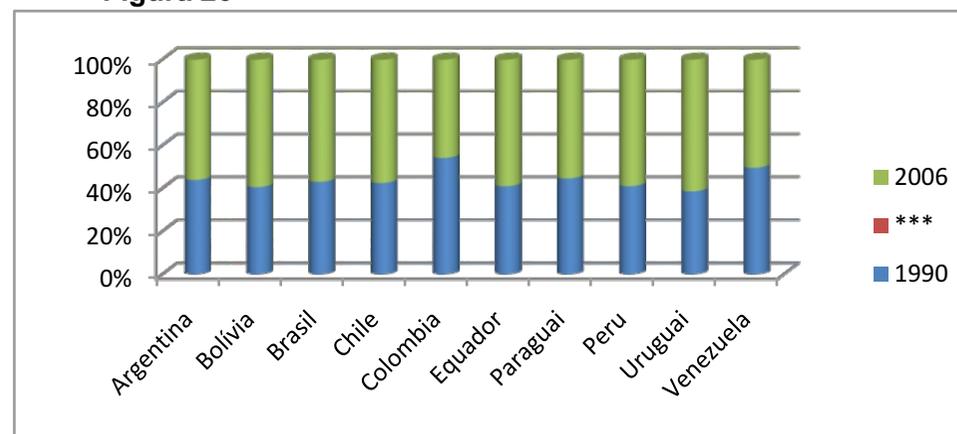
Meta 7A - Integrar princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais e reverter perdas ambientais.

Indicador 7.2 - Emissões de dióxido de carbono (em toneladas métricas de CO₂ - per capita) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 26

	1990	***	2006	Avanços %
Argentina	3,46		4,43	-21,90
Bolívia	0,83		1,22	-31,97
Brasil	1,40		1,86	-24,73
Chile	2,69		3,65	-26,30
Colômbia	1,64		1,39	17,99
Equador	1,64		2,37	-30,80
Paraguai	0,53		0,66	-19,70
Peru	0,97		1,40	-30,71
Uruguai	1,29		2,06	-37,38
Venezuela	6,19		6,31	-1,90

Figura 26



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

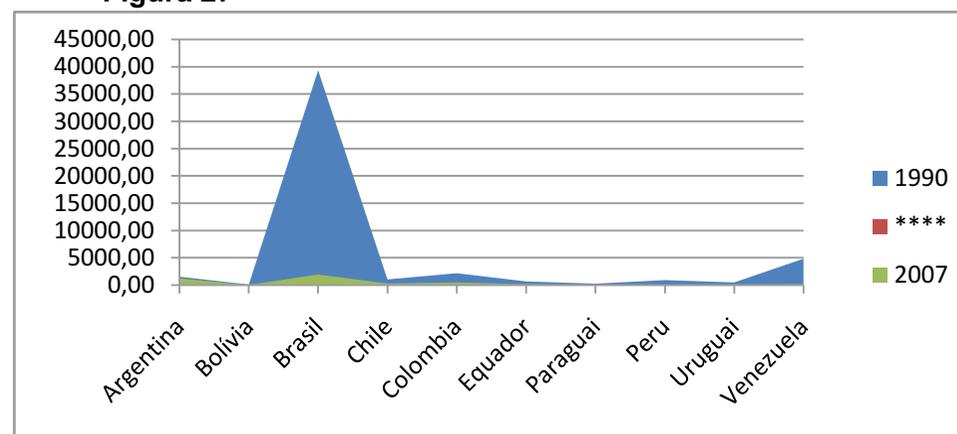
Meta 7A - Integrar princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais e reverter perdas ambientais.

Indicador 7.3 - Consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio (em toneladas métricas) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 27

	1990	****	2007	Avanços %
Argentina	1514,50		1199,70	26,24
Bolívia	76,70		6,60	1062,12
Brasil	39337,30		1915,20	1953,95
Chile	1015,50		270,20	275,83
Colômbia	2152,70		469,90	358,12
Equador	648,60		150,70	330,39
Paraguai	240,00		27,10	785,61
Peru	892,90		43,40	1957,37
Uruguai	464,80		55,70	734,47
Venezuela	4808,60		146,00	3193,56

Figura 27



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Meta 7B - Reduzir a perda da biodiversidade.

Indicador 7.7 - Proporção de espécies animais em perigo de extinção - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 28

	***	****	2008	Avanços %
Argentina			0,93	
Bolívia			0,97	
Brasil			0,93	
Chile			0,92	
Colombia			0,92	
Equador			0,91	
Paraguai			0,97	
Peru			0,94	
Uruguai			0,93	
Venezuela			0,95	

Figura 28



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

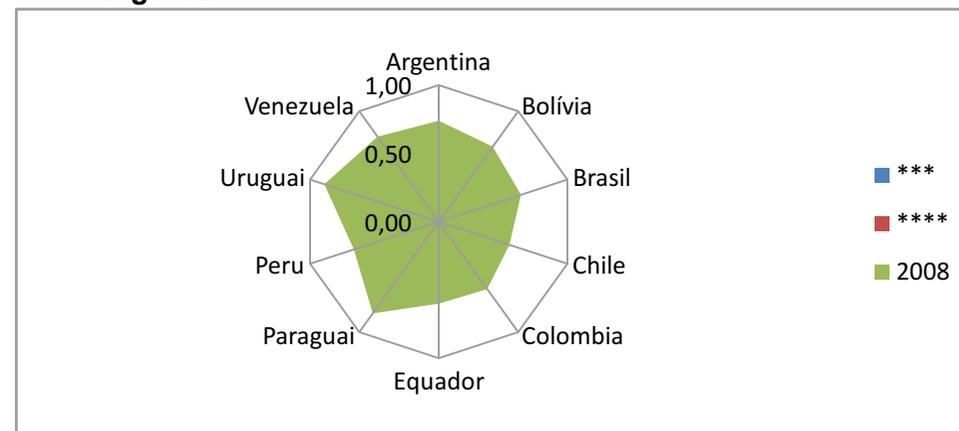
Meta 7B - Reduzir a perda da biodiversidade.

Indicador 7.7 - Proporção de espécies vegetais em perigo de extinção - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 29

	***	****	2008	Avanços %
Argentina			0,74	
Bolívia			0,68	
Brasil			0,64	
Chile			0,55	
Colombia			0,61	
Equador			0,60	
Paraguai			0,83	
Peru			0,66	
Uruguai			0,89	
Venezuela			0,77	

Figura 29



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

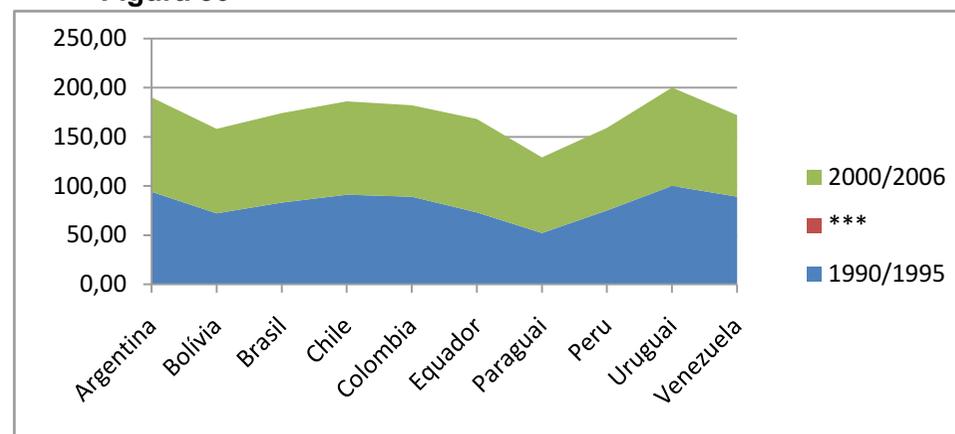
Meta 7C - Reduzir à metade a proporção da população sem acesso à água potável e saneamento.

Indicador 7.8 - Proporção da população com acesso a uma fonte de água tratada. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 30

	1990/1995	***	2000/2006	Avanços %
Argentina	94,00		96,00	2,13
Bolívia	72,00		86,00	19,44
Brasil	83,00		91,00	9,64
Chile	91,00		95,00	4,40
Colombia	89,00		93,00	4,49
Equador	73,00		95,00	30,14
Paraguai	52,00		77,00	48,08
Peru	75,00		84,00	12,00
Uruguai	100,00		100,00	0,00
Venezuela	89,00		83,00	-6,74

Figura 30



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

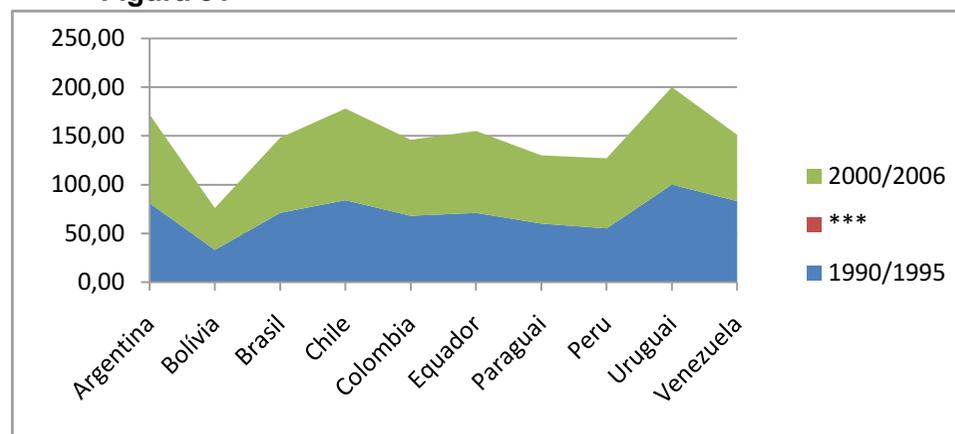
Meta 7C - Reduzir à metade a proporção da população sem acesso à água potável e saneamento.

Indicador 7.9 - Proporção da população com acesso à infra-estrutura de saneamento. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 31

	1990/1995	***	2000/2006	Avanços %
Argentina	81,00		91,00	12,35
Bolívia	33,00		43,00	30,30
Brasil	71,00		77,00	8,45
Chile	84,00		94,00	11,90
Colombia	68,00		78,00	14,71
Equador	71,00		84,00	18,31
Paraguai	60,00		70,00	16,67
Peru	55,00		72,00	30,91
Uruguai	100,00		100,00	0,00
Venezuela	83,00		68,00	-18,07

Figura 31



Objetivo 07 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental

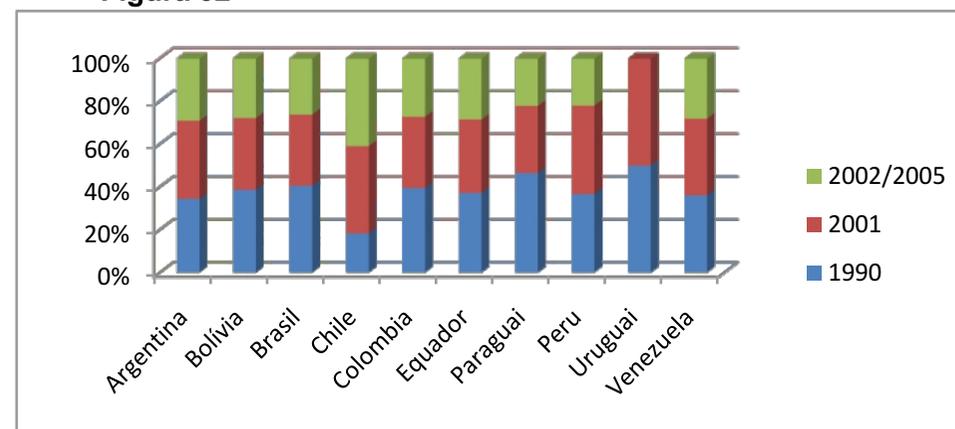
Meta 7D - Melhorar a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes que moram em favelas, até 2020.

Indicador 7.10 - Proporção da população urbana que vive em favelas. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 32

	1990	2001	2002/2005	Avanços %
Argentina	31,00	33,00	26,20	18,32
Bolívia	70,00	61,00	50,40	38,89
Brasil	45,00	37,00	29,00	55,17
Chile	4,00	9,00	9,00	-55,56
Colômbia	26,00	22,00	17,90	45,25
Equador	28,00	26,00	21,50	30,23
Paraguai	37,00	25,00	17,60	110,23
Peru	60,00	68,00	36,10	66,20
Uruguai	7,00	7,00		
Venezuela	41,00	41,00	32,00	28,13

Figura 32



Objetivo 08 - Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento

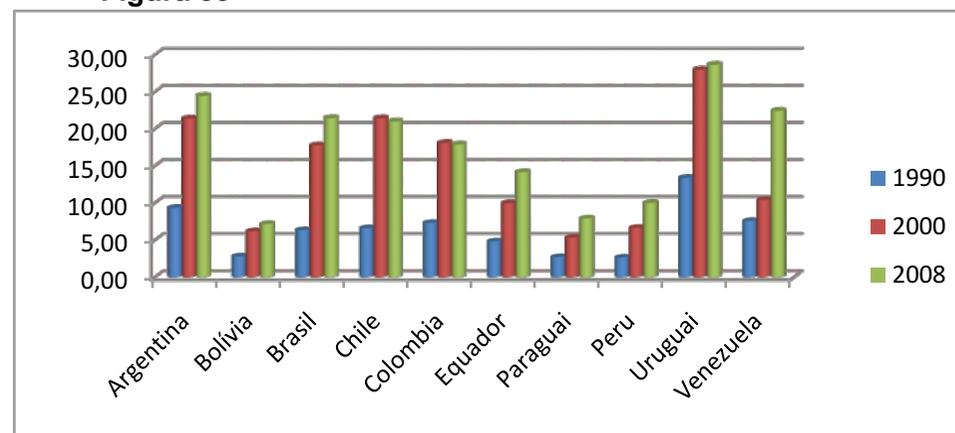
Meta 8F - Dar acesso aos benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Indicador 8.14 - Linhas de telefone fixo, por 100 habitantes. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 33

	1990	2000	2008	Avanços %
Argentina	9,31	21,37	24,43	162,41
Bolívia	2,74	6,14	7,12	159,85
Brasil	6,29	17,76	21,43	240,70
Chile	6,55	21,42	20,99	220,46
Colômbia	7,27	18,08	17,89	146,08
Equador	4,77	9,95	14,14	196,44
Paraguai	2,65	5,29	7,87	196,98
Peru	2,59	6,60	9,98	285,33
Uruguai	13,36	27,98	28,64	114,37
Venezuela	7,54	10,39	22,42	197,35

Figura 33



Objetivo 08 - Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento

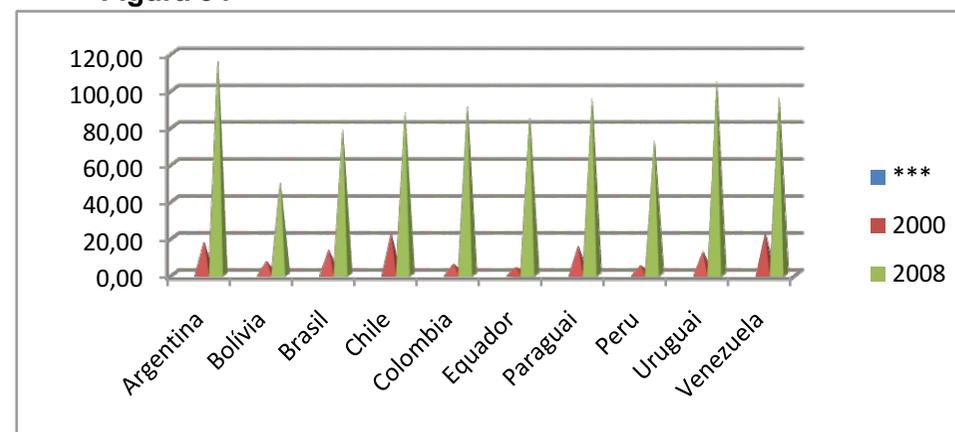
Meta 8F - Dar acesso aos benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Indicador 8.15 - Assinaturas de linha de telefone celular, por 100 habitantes. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 34

	***	2000	2008	Avanços %
Argentina		17,56	116,61	564
Bolívia		7,00	49,82	612
Brasil		13,31	78,47	490
Chile		22,06	88,05	299
Colômbia		5,67	91,90	1.521
Equador		3,92	85,61	2.084
Paraguai		15,34	95,46	522
Peru		4,90	72,66	1.383
Uruguai		12,37	104,73	747
Venezuela		22,32	96,31	331

Figura 34



Objetivo 08 - Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento

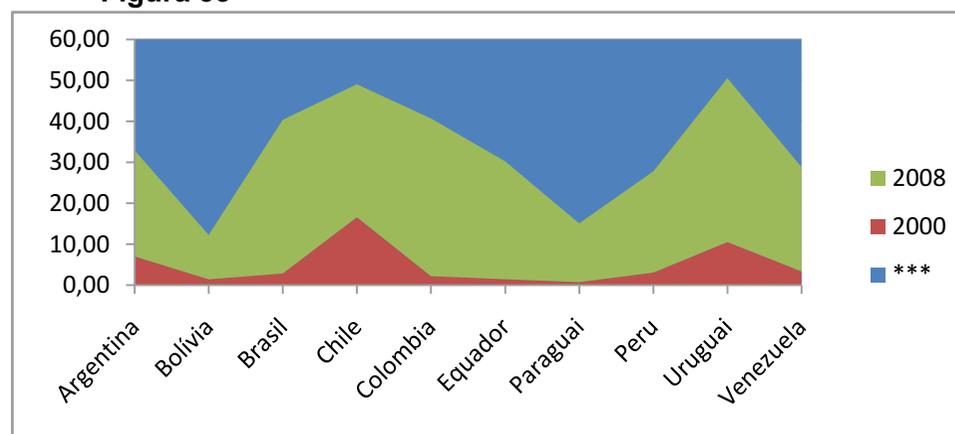
Meta 8F - Dar acesso aos benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Indicador 8.16 - Usuários de internet, por 100 habitantes. Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 35

	***	2000	2008	Avanços %
Argentina		7,04	25,92	268,18
Bolívia		1,44	10,83	652,08
Brasil		2,87	37,52	1207,32
Chile		16,60	32,47	95,60
Colômbia		2,21	38,50	1642,08
Equador		1,46	28,80	1872,60
Paraguai		0,75	14,34	1812,00
Peru		3,08	24,72	702,60
Uruguai		10,54	40,01	279,60
Venezuela		3,36	25,49	658,63

Figura 35

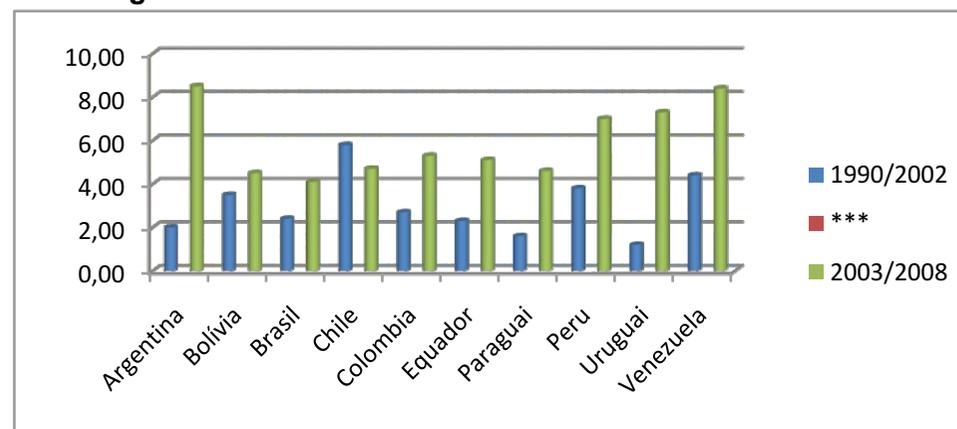


Taxa Média de Crescimento do PIB nos períodos. Fonte: Nações Unidas - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 36

	1990/2002	***	2003/2008	Avanços %
Argentina	2,00		8,50	325,00
Bolívia	3,50		4,50	28,57
Brasil	2,40		4,10	70,83
Chile	5,80		4,70	-18,97
Colômbia	2,70		5,30	96,30
Equador	2,30		5,10	121,74
Paraguai	1,60		4,60	187,50
Peru	3,80		7,00	84,21
Uruguai	1,20		7,30	508,33
Venezuela	4,40		8,40	90,91
		Média	5,95	

Figura 36



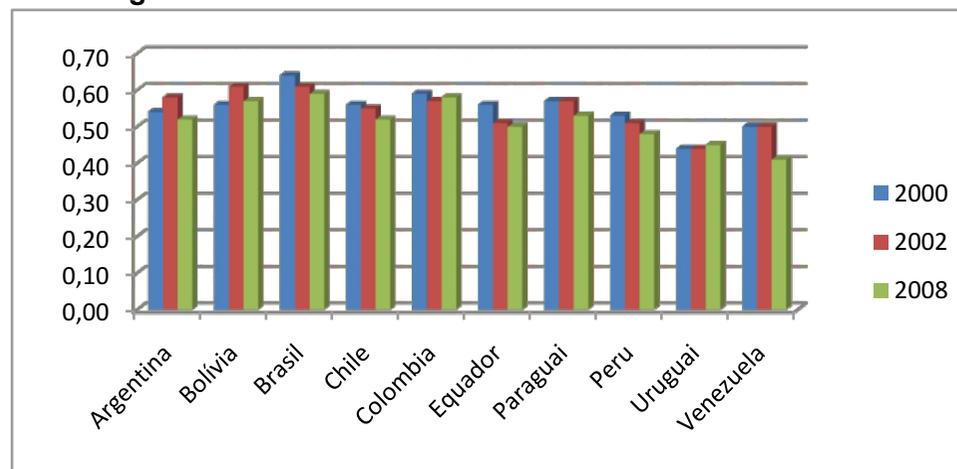
Índices Diversos dos Países

Índice de Concentração de Renda - Coeficiente de Gini. Fonte: Nações Unidas - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 37

	2000	2002	2008	Avanços %
Argentina	0,54	0,58	0,52	3,85
Bolívia	0,56	0,61	0,57	-1,75
Brasil	0,64	0,61	0,59	8,47
Chile	0,56	0,55	0,52	7,69
Colômbia	0,59	0,57	0,58	1,72
Equador	0,56	0,51	0,50	12,00
Paraguai	0,57	0,57	0,53	7,55
Peru	0,53	0,51	0,48	10,42
Uruguai	0,44	0,44	0,45	-2,22
Venezuela	0,50	0,50	0,41	21,95
		5,45	5,15	5,83

Figura 37

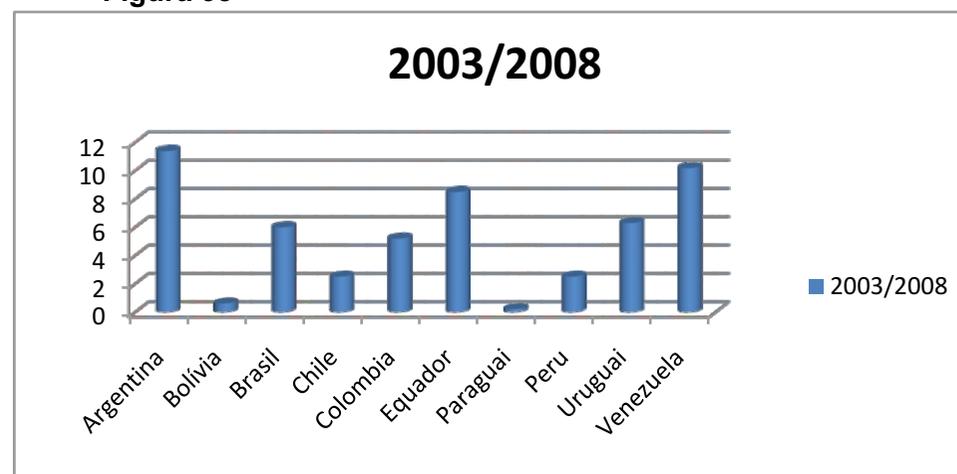


Taxas de variação anual do gasto público social por habitante, no período - (em percentagem) - Fonte: Nações Unidas - CEPAL

Tabela 38

	2003/2008	Colunas1	Colunas2	Colunas3
Argentina	11,40			
Bolívia	0,60			
Brasil	6,00			
Chile	2,50			
Colombia	5,20			
Equador	8,50			
Paraguai	0,20			
Peru	2,50			
Uruguai	6,30			
Venezuela	10,20			
	53,40	Média =	5,34	

Figura 38

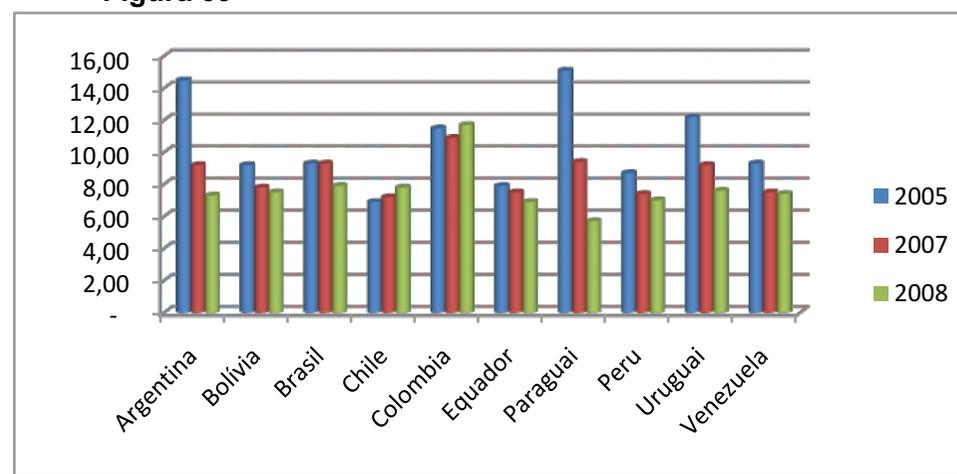


Taxa de desemprego dos países - (% da população total ativa - média anual): Fonte: Nações Unidas - Banco Mundial

Tabela 39

	2005	2007	2008	Avanços %
Argentina	14,50	9,20	7,30	98,63
Bolívia	9,20	7,80	7,50	22,67
Brasil	9,30	9,30	7,90	17,72
Chile	6,90	7,20	7,80	-11,54
Colombia	11,50	10,90	11,70	-1,71
Equador	7,90	7,50	6,90	14,49
Paraguai	15,10	9,40	5,70	164,91
Peru	8,70	7,40	7,00	24,29
Uruguai	12,20	9,20	7,60	60,53
Venezuela	9,30	7,50	7,40	25,68

Figura 39



PIB Per Capitados países - U\$ A preços atuais. Fonte: Nações Unidas - Banco Mundial

Tabela 40

	1990	1992	1995	1998	2000	2002	2004	2006	2008	Avanços %
Argentina	4350,00	6847,00	7421,00	8279,00	7694,00	2708,00	3991,00	5474,00	8189,00	88,25
Bolívia	730,00	808,00	897,00	1065,00	1010,00	913,00	974,00	1224,00	1720,00	135,62
Brasil	3089,00	2528,00	4756,00	4988,00	3701,00	2815,00	3610,00	5787,00	8532,00	176,21
Chile	2393,00	3251,00	4951,00	5278,00	4878,00	4263,00	5931,00	8913,00	10167,00	324,86
Colombia	1213,00	1428,00	2537,00	2561,00	2523,00	2391,00	2766,00	3733,00	5389,00	344,27
Equador	1008,00	1116,00	1771,00	1943,00	1295,00	1972,00	2527,00	3163,00	4056,00	302,38
Paraguai	1239,00	1442,00	1680,00	1543,00	1322,00	906,00	1200,00	1542,00	2705,00	118,32
Peru	1207,00	1593,00	2242,00	2252,00	2049,00	2121,00	2537,00	3276,00	4477,00	270,92
Uruguai	2994,00	4090,00	5996,00	7754,00	6914,00	4113,00	4145,00	5974,00	9351,00	212,32
Venezuela	2381,00	2830,00	3397,00	3901,00	4819,00	3683,00	4309,00	6795,00	11150,00	368,29

Inflação Anual - (% preços ao consumidor) - Fontes: Nações Unidas - Banco Mundial/ CEPAL

Tabela 41

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	2.314,0	172,0	24,9	10,6	4,2	3,4	0,2	0,5	0,9	-1,20
Bolívia	17,10	21,40	12,10	8,50	7,90	10,20	12,40	4,70	7,70	2,20
Brasil	2.948,00	433,00	952,00	1.928,00	2.076,00	66,00	15,80	6,90	3,20	4,90
Chile	27,30	18,70	12,70	12,20	8,90	8,20	6,60	6,00	5,10	3,30
Colombia	29,10	30,40	27,00	22,40	22,80	20,90	20,80	18,50	18,70	10,90
Equador	48,50	48,80	54,30	45,00	27,40	22,90	24,40	30,60	36,10	52,20
Paraguai	37,30	24,20	15,20	18,20	20,60	13,40	9,80	6,90	11,60	6,80
Peru	7.482,00	410,00	73,50	48,60	23,70	11,10	11,50	8,60	7,20	3,50
Uruguai	113,00	102,00	68,50	54,10	44,70	42,20	28,30	19,80	10,80	5,70
Venezuela	40,70	34,20	31,40	38,10	60,80	59,90	99,90	50,00	35,80	23,60

Inflação Anual - (% preços ao consumidor) - Fontes: Nações Unidas - Banco Mundial/ Index Mundi

Tabela 42

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	-0,9	-1,1	25,9	13,4	4,4	9,6	10,9	8,8	8,6	6,30
Bolívia	4,60	1,60	0,90	3,30	4,40	5,40	4,30	8,70	14,00	3,30
Brasil	7,00	6,80	8,50	14,70	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90
Chile	3,40	4,50	3,50	2,50	2,80	2,40	3,10	2,60	4,40	8,70
Colombia	9,20	8,00	6,40	7,10	5,70	5,00	4,30	5,50	7,00	4,20
Equador	96,10	37,70	12,50	7,90	2,70	2,40	3,00	2,30	8,40	5,20
Paraguai	9,00	7,30	10,50	14,20	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60
Peru	3,80	2,00	0,20	2,30	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90
Uruguai	4,80	4,40	14,00	19,40	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10
Venezuela	16,20	12,50	22,40	31,10	21,70	16,00	13,70	18,70	31,40	28,60

PIB - Produto Interno Bruto - (Em bilhões de U\$ - A preços atuais). Fonte: Nações Unidas - Banco Mundial

Tabela 43

	1990	1992	1995	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2009
Argentina	141,00	229,00	258,00	299,00	284,00	102,00	153,00	214,00	326,00	307,00
Bolívia	4,80	5,60	6,70	8,50	8,00	8,00	9,00	11,00	16,00	17,00
Brasil	461,00	391,00	769,00	844,00	645,00	504,00	664,00	1088,00	1637,00	1573,00
Chile	32,00	45,00	71,00	79,00	75,00	67,00	96,00	146,00	171,00	164,00
Colombia	40,00	49,00	93,00	98,00	100,00	98,00	117,00	163,00	243,00	234,00
Equador	10,00	12,00	20,00	23,00	16,00	25,00	33,00	42,00	55,00	57,00
Paraguai	5,30	6,40	8,10	7,90	7,00	5,00	7,00	9,00	17,00	14,00
Peru	26,00	36,00	54,00	57,00	53,00	57,00	70,00	92,00	129,00	130,00
Uruguai	9,30	13,00	19,00	25,00	23,00	14,00	14,00	20,00	31,00	32,00
Venezuela	47,00	58,00	75,00	91,00	117,00	93,00	113,00	184,00	311,00	326,00

Dívida Externa total do País - (Em bilhões de U\$ - A preços atuais) - Fonte: Nações Unidas - Banco Mundial

Tabela 44

	1990	1992	1995	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2009
Argentina	62,00	68,00	98,00	140,00	141,00	145,00	162,00	116,00	119,00	120,00
Bolívia	4,30	4,20	5,30	5,60	5,80	5,00	6,20	5,80	5,50	5,70
Brasil	120,00	129,00	160,00	241,00	242,00	231,00	219,00	193,00	262,00	277,00
Chile	19,00	19,00	22,00	34,00	37,00	41,00	44,00	48,00	64,00	72,00
Colombia	17,00	17,00	25,00	33,00	34,00	33,00	38,00	38,00	47,00	52,00
Equador	12,10	12,20	14,00	15,00	13,00	16,00	18,00	17,00	17,00	13,00
Paraguai	2,10	1,60	2,60	2,80	3,10	3,00	3,60	3,40	4,10	4,30
Peru	20,00	20,30	31,00	30,00	29,00	28,00	32,00	29,00	28,00	30,00
Uruguai	4,40	4,60	5,30	7,60	8,40	10,10	11,70	10,10	11,00	12,10
Venezuela	33,00	38,00	36,00	38,00	42,00	37,00	39,00	44,00	50,00	55,00

Capacidade de Pagamento da Dívida Externa - (Dívida Externa/Produto Interno Bruto) - Fonte: Nações Unidas - Banco Mundial

Tabela 45

	1990	1992	1995	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2009
Argentina	0,44	0,30	0,38	0,47	0,50	1,42	1,06	0,54	0,37	0,39
Bolívia	0,90	0,75	0,79	0,66	0,73	0,63	0,69	0,53	0,34	0,34
Brasil	0,26	0,33	0,21	0,29	0,38	0,46	0,33	0,18	0,16	0,18
Chile	0,59	0,42	0,31	0,43	0,49	0,61	0,46	0,33	0,37	0,44
Colombia	0,43	0,35	0,27	0,34	0,34	0,34	0,32	0,23	0,19	0,22
Equador	1,21	1,02	0,70	0,65	0,81	0,64	0,55	0,40	0,31	0,23
Paraguai	0,40	0,25	0,32	0,35	0,44	0,60	0,51	0,38	0,24	0,31
Peru	0,77	0,56	0,57	0,53	0,55	0,49	0,46	0,32	0,22	0,23
Uruguai	0,47	0,35	0,28	0,30	0,37	0,72	0,84	0,51	0,35	0,38
Venezuela	0,70	0,66	0,48	0,42	0,36	0,40	0,35	0,24	0,16	0,17

Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) (U\$ Per Capita) - Fonte: Banco Mundial										
Tabela 46										
	1990	1992	1995	1998	2000	2002	2004	2006	2008	Média/Ano
Argentina	5,20	7,90	4,10	2,20	1,40	2,20	2,40	2,90	3,30	3,51
Bolívia	81,80	95,40	95,10	79,30	90,90	79,60	87,20	90,90	64,80	85,00
Brasil	1,00	1,70	1,70	1,70	1,30	1,20	0,80	0,60	2,40	1,38
Chile	7,80	9,60	10,90	7,10	3,20	0,50	3,60	5,30	4,30	5,81
Colombia	2,70	6,70	4,60	4,30	4,70	10,70	12,10	23,00	21,60	10,04
Equador	15,50	22,30	19,50	14,70	11,90	17,40	11,90	14,20	17,10	16,06
Paraguai	13,50	21,90	20,00	14,90	15,20	10,20	3,90	9,30	21,40	14,48
Peru	18,20	17,90	15,50	19,80	15,30	18,30	16,90	16,40	16,10	17,16
Uruguai	16,90	21,80	20,40	7,40	5,30	4,10	8,80	6,40	10,00	11,23
Venezuela	3,90	1,60	2,00	1,80	3,60	2,20	1,70	2,30	2,10	2,36
	166,50	206,80	193,80	153,20	152,80	146,40	149,30	171,30	163,10	
					17,46				15,66	-11,15

PARAGUAI - Indicadores ODM de Caráter Emergencial - (INV = Indicadores de relação inversa) (DIR = Indicadores de relação direta)

Tabela 47

	1990 INV	1990 DIR	2008 INV	2008 DIR	Avanços %	Avanços %.	Resultado %
Indicador 1.1	35,00		30,80		13,64		13,60
indicador 1.2	3,60		5,70		-36,84		-36,84
Indicador 1.8	3,70		4,20		-11,90		-11,90
Indicador 1.9	16,00		12,00		33,33		33,30
Indicador 4.1	57,80		37,00		56,22		56,20
Indicador 4.2	44,80		31,00		44,52		44,52
Indicador 5.1	130,00		95,00		36,84		36,84
Indicador 7.8		52,00		77,00		48,08	48,08
Indicador 7.9		60,00		70,00		16,67	16,67
Indicador 7.10	37,00		17,60		110,23		110,23
							31,07

PARAGUAI - Indicadores ODM de Caráter Não Emergencial - (INV = Indicadores de relação inversa) (DIR = Indicadores de relação direta)

Tabela 48

	1990 INV	1990 DIR	2008 INV	2008 DIR	Avanços %	Avanços%.	Resultado %
Indicador 1.3		5,20		5,00	-3,85		-3,85
Indicador 1.5		61,10		72,80	19,15		19,15
Indicador 2.2		78,30		95,00	21,33		21,33
Indicador 2.3		95,60		98,80	3,35		3,35
Indicador 3.1		1,01		1,01	0,00		0,00
Indicador 3.2		41,00		40,20	-1,95		-1,95
Indicador 4.3		69,00		80,00	15,94		15,94
Indicador 5.4	107,00		65,00			64,62	64,62
Indicador 5.5		83,90		96,00	14,42		14,42
Indicador 5.6	15,00		6,60			127,27	127,27
							26,03

BOLÍVIA - Indicadores ODM de Caráter Emergencial (INV = Indicadores de relação inversa) (DIR = Indicadores de relação direta)

Tabela 49

	1990 INV	1990 DIR	2008 INV	2008 DIR	Avanços %	Avanços %.	Resultado %
Indicador 1.1	39,50		32,40		21,91		21,91
indicador 1.2	9,70		4,50		115,56		115,56
Indicador 1.8	11,20		5,90		89,83		89,83
Indicador 1.9	24,00		23,00		4,35		4,35
Indicador 4.1	114,60		57,10		100,70		100,70
Indicador 4.2	82,60		42,60		93,90		93,90
Indicador 5.1	510,00		180,00		183,33		183,33
Indicador 7.8		72,00		86,00		19,44	19,44
Indicador 7.9		33,00		43,00		30,30	30,30
Indicador 7.10	70,00		50,40		38,89		38,89
							69,82

BOLÍVIA - Indicadores ODM de Caráter Não Emergencial (INV = Indicadores de relação inversa) (DIR = Indicadores de relação direta)

Tabela 50

	1990 INV	1990 DIR	2008 INV	2008 DIR	Avanços %	Avanços%.	Resultado %
Indicador 1.3		3,20		4,30	34,38		34,38
Indicador 1.5		61,40		70,70	15,15		15,15
Indicador 2.2		67,10		96,40	43,67		43,67
Indicador 2.3		92,06		99,40	7,97		7,97
Indicador 3.1		0,92		1,00	8,70		8,70
Indicador 3.2		35,20		38,60	9,66		9,66
Indicador 4.3		53,00		81,00	52,83		52,83
Indicador 5.4	96,00		89,00			7,87	7,87
Indicador 5.5		52,50		77,00	46,67		46,67
Indicador 5.6	24,30		20,20			20,30	20,30
							24,72